

CIDADE MELHOR, FUTURO MELHOR
COLIGAÇÃO PMDB-PDT-PTB-PSDC

PLANO DE GOVERNO

JOSÉ FOGAÇA
PREFEITO

JOSÉ FORTUNATI
VICE-PREFEITO

ELEIÇÕES 2008



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
A CIDADE DEMOCRÁTICA.....	5
INTRODUÇÃO.....	5
O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	5
A GOVERNANÇA SOLIDÁRIA LOCAL	7
A RELAÇÃO COM A CÂMARA MUNICIPAL	9
OS CONSELHOS MUNICIPAIS.....	9
A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA	11
<i>PORTAL DE GESTÃO</i>	<i>11</i>
<i>ObservaPoa – OBSERVATÓRIO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE</i>	<i>11</i>
<i>AGÊNCIA POA MULTIMÍDIA</i>	<i>11</i>
<i>O GOVERNO ELETRÔNICO</i>	<i>12</i>
CIDADE DA GESTÃO RESPONSÁVEL	14
INTRODUÇÃO.....	14
A RECUPERAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO	15
A AMPLIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	17
A NECESSÁRIA REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA	19
A PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	24
OS MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DO SERVIDOR.....	25
CIDADE DA RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	27
INTRODUÇÃO.....	27
OS SERVIÇOS BÁSICOS DE SAÚDE	28
OS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	32
A GESTÃO NA SAÚDE	34
A ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	35
A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE DE COOPERAÇÃO	36
A INCLUSÃO DIGITAL	41
O AUMENTO DE VAGAS NO ENSINO FUNDAMENTAL	42
EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	43
EDUCAÇÃO INFANTIL	44
INCLUSÃO DIGITAL E EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA	45
AS DEMANDAS DO OP NA EDUCAÇÃO.....	47
ESPORTES PARA A INCLUSÃO SOCIAL	47
AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA REDE DE PROTEÇÃO.....	49
LUGAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE É NA FAMÍLIA E NA ESCOLA	51
O DIREITO A MORADIA.....	53
O COOPERATIVISMO HABITACIONAL	58
A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.....	59
A POLÍTICA CULTURAL.....	61
A CIDADE AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL.....	65
INTRODUÇÃO.....	65
A RECUPERAÇÃO DA CAPACIDADE DE PLANEJAR	66
A REVITALIZAÇÃO DO CENTRO	67
A REVITALIZAÇÃO DE OUTRAS ÁREAS DA CAPITAL.....	70
<i>O Quarto Distrito</i>	<i>70</i>
<i>A Orla do Guaíba</i>	<i>72</i>
<i>A Zona Sul.....</i>	<i>73</i>

<i>A Lomba do Pinheiro</i>	<i>74</i>
REVITALIZAÇÃO DE VIAS	75
PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA	76
OBRAS VIÁRIAS ESTRUTURANTES	77
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	77
A QUALIDADE NA GESTÃO DOS TRANSPORTES	78
A MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E DA MOBILIDADE URBANA	81
A PRESERVAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL	84
A AGENDA VERDE DA CIDADE	86
A UNIVERSALIZAÇÃO DA ÁGUA POTÁVEL	88
A PRIORIZAÇÃO DA COLETA E TRATAMENTO DO ESGOTO	91
O COMBATE AOS ALAGAMENTOS.....	92
A LIMPEZA URBANA	95
A CIDADE EMPREENDEDORA.....	97
INTRODUÇÃO.....	97
A CIDADE DE BASE TECNOLÓGICA.....	98
A CIDADE DESAMARRADA	99
O FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS LOCAIS.....	100
APROVAÇÃO DE PROJETOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL.....	104
A REESTRUTURAÇÃO DA CAUGE	104
REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS.....	104

Introdução

O governo do prefeito Fogaça caracteriza-se por uma ampla coligação de partidos, pelo compartilhamento real do poder com os partidos e a sociedade, pela construção de um projeto político-administrativo que leva em conta a complexidade dos atores e suas diferenças, pelo exercício do diálogo e do respeito à legitimidade do outro e pela formação de redes de cooperação e governança.

Vários são os exemplos desta construção política. O desempenho do governo na aprovação de 86% de seus projetos, por unanimidade, na Câmara de Vereadores é apenas uma demonstração cabal dessa nova cultura política que se desenvolve na cidade. A despartidarização da administração pública e dos mecanismos de participação popular são outros dois exemplos.

O governo Fogaça está promovendo um distensionamento da vida política da cidade, o fim da polarização. A cidade começa a experimentar um clima de união, que favorece uma articulação mais consistente com os partidos, maior participação nas assembleias do Orçamento Participativo e uma melhor articulação federativa do governo municipal com os governos estadual e nacional.

Apenas com esta forma de governar é possível o fortalecimento de uma rede social que, baseada em um projeto de desenvolvimento e na cooperação, poderá promover a melhoria das condições de vida daqueles que estão na base da pirâmide social.

O projeto implantado pelo governo Fogaça de associar aos mecanismos de participação popular, anteriormente existentes, às ações de Governança Solidária Local, que muitos resultados já proporcionou aos que mais precisam desta articulação social, está baseado na radicalização da democracia na base da sociedade, colocando o cidadão e as comunidades locais como finalidade maior do governo procurando desta forma, criar ambientes de confiança, união e cooperação em torno de melhorias sociais, por meio dos comitês gestores locais e dos pactos de governança e desenvolvimento local.

Mas o governo Fogaça realizou, também, uma importante obra administrativa. Sobretudo entendeu que seria necessário sacrificar parte de seu governo para conquistar o equilíbrio das contas públicas e implantar um modelo de gestão que trouxesse eficiência e transparência para as ações da prefeitura.

O reequilíbrio das contas foi obtido sem grande alarido e nem as custas de um setor específico. A saúde e a educação mantiveram seus níveis históricos de investimentos. As obras decididas pelo OP foram executadas gradativamente. O salário do funcionalismo não foi "achatado". O controle dos gastos foi exercido criteriosamente dentro das prioridades estabelecidas pelo governo.

A implementação do novo modelo de gestão serviu para dar sentido ao conceito de territorialidade e transversalidade que as ações de governança ensejam. Hoje é reconhecido como um modelo vitorioso tendo conquistado vários prêmios.

Depois de colocar a prefeitura em dia foram iniciados novos projetos, como o programa de construção de creches, o centro popular de compras, contratação de

novas empresas para a limpeza urbana, conclusão das negociações do Programa Integrado Socioambiental, reassentamento das Vilas Dique e Nazaré e da Vila Chocolate, constituídos os pactos de desenvolvimento local, além de ter sido dada continuidade aos projetos deixados pela administração anterior, como a Terceira Perimetral, o conduto Álvaro Chaves e o Programa Integrado Entrada da Cidade.

Por esta construção política e administrativa é que a administração do prefeito Fogaça precisa ter continuidade. Sabemos que a reeleição é um grande desafio, já que o povo de Porto Alegre nunca antes delegou, pelo voto direto, mandatos sucessivos aos seus governantes.

Mas o desafio vale pelo projeto, que merece ser preservado e que só com Fogaça pode ter continuidade.

Para que o projeto não seja interrompido foi constituída uma aliança com três grandes partidos, que possuem, no passado, uma raiz única - o trabalhismo, e participaram, ativamente, na luta pela retomada da democracia, mas nunca unidos eleitoralmente. A coligação entre PMDB, PDT e PTB certamente será capaz de dar continuidade ao projeto político-administrativo do governo Fogaça garantindo as mudanças introduzidas em Porto Alegre.

São estas propostas de continuidade do projeto político-administrativo e, outras novas oportunidades que surgem para a cidade de Porto Alegre que apresentaremos a seguir.

Para apresentá-las usamos o mesmo conceito que presidiu as ações da prefeitura nestes últimos quatro anos. Ao invés de planos setoriais apresentamos nossas propostas em função dos problemas a serem enfrentados, para o qual convergirão os esforços de toda a administração municipal.

O Plano de Governo que apresentamos sintetiza a cidade que queremos. A nossa visão de futuro. Uma cidade democrática, com gestão pública responsável, parceira e cooperativa, para o enfrentamento da sua problemática social, ambientalmente sustentável e economicamente empreendedora.

Coligação Cidade Melhor, Futuro Melhor

A cidade democrática

Introdução

A tradição democrática de Porto Alegre é resultado de um processo acumulado de idéias e experiências e que permanentemente é renovada. Esse rico processo de participação corresponde aos vários estágios de desenvolvimento da cidade.

Primeiro foram as cooperativas, os clubes esportivos, as associações de moradores, os clubes de mães, atendendo à simplicidade de um tempo onde tudo estava por ser feito. As organizações sociais refletiam um momento histórico onde elas tinham unicamente caráter reivindicatório. Quando o país começou a se industrializar e sua dinâmica econômica deixou mais visível as disparidades de renda e as desigualdades sociais, as lutas por políticas compensatórias acabou por fortalecer os sindicatos e suas centrais sindicais, os conselhos populares e os conselhos municipais de políticas públicas, todos com profundo caráter de classe e, portanto, pautado pelo antagonismo de interesses. Estado e sociedade eram vistos em lados opostos.

Mais recentemente, a tradição democrática de Porto Alegre universalizou-se, oferecendo ao mundo o Orçamento Participativo, sintonizada com a importância que as cidades adquiriram para o desenvolvimento social e que se impôs pela emergência do controle social sobre o Estado. Pela visão que imperava, o Estado deveria ser o único provedor de todas as necessidades básicas da população.

Nos últimos anos, conectando-se à sociedade da informação e do conhecimento, o movimento comunitário verificou a necessidade de renovar-se e partir para uma experiência onde o conflito fosse substituído pela cooperação. Com base nessa visão de futuro as instituições e a comunidade local buscam a formação de uma rede de cooperação. São as chamadas "comunidades de projeto". A prefeitura, para incentivar e fortalecer esta nova prática social, constituiu a Governança Solidária Local, que se somando ao Orçamento Participativo, promoveu uma nova expectativa de desenvolvimento local.

O Orçamento Participativo

Como era e como ficou

A manutenção do Orçamento Participativo pelo governo do prefeito Fogaça foi muito mais do que o cumprimento de um compromisso de campanha. Refletiu a adoção de uma política governamental de respeito às boas práticas sociais e de zelo com os recursos públicos. A decisão política de manter o OP significou enfrentar uma crise sistêmica que ameaçava sua continuidade, representada por um estoque de 907 obras atrasadas, muitas delas decididas pela população ainda no início da década de noventa.

Diagnóstico realizado nos primeiros anos de gestão apontou um grupo de problemas estruturais no OP, entre eles a limitação dos recursos para o atendimento das demandas renovadas a cada ano, a democratização da informação e do conhecimento do processo, a ampliação da participação e a capacitação dos atores sociais.

Neste contexto, a administração municipal tomou iniciativas no sentido de qualificar o processo de desenvolvimento social da cidade, como a transversalidade nas ações de governo, a instituição da prática do consenso nas reuniões da rede de participação social e a implantação do Sistema Intermunicipal de Capacitação em Gestão Local e Planejamento Participativo.

Outro avanço introduzido no OP foi o acesso, pela população, às informações sobre os serviços públicos disponíveis em cada uma das regiões da cidade. Esses dados servem de base para a tomada de decisão sobre as principais carências de cada uma delas, no que diz respeito aos serviços prestados e às obras necessárias. Pensando nisso é que foi construído o Observatório da Cidade de Porto Alegre – ObservaPOA, instrumento que disponibiliza, via Internet, uma ampla base de informações georeferenciadas e indicadores sobre Porto Alegre, além de estudos fundamentais para a qualificação da rede de participação social e para o conhecimento dos impactos das políticas públicas no cotidiano da cidade.

Exemplo da importância adquirida pelo ObservaPoa foi o lançamento, durante a Conferência Mundial Sobre Desenvolvimento das Cidades, do Atlas do Desenvolvimento Humano, resultado da parceria do Observatório com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), com a Fundação João Pinheiro e colaboração do IBGE e, ainda, da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional – Metroplan. Com este trabalho, é possível detectar oportunidades sociais e econômicas que combatam as iniquidades sociais. O ObservaPoa disponibiliza também outros estudos, entre os quais a Pesquisa de Emprego e Desemprego e o Guia de Criação de Observatórios, que serve de modelo para o Programa URB-AL (Programa de cooperação entre a União Européia e América Latina).

Aliado a estes avanços, o governo estabeleceu um ambiente de diálogo e de formação de consensos. Além disso, buscou a despartidarização das instâncias do OP. O respeito ao Orçamento Participativo está traduzido nas mais de 700 demandas concluídas ao longo do governo, o que resultou na manutenção da participação popular. Isso representa investimentos superiores a R\$ 360 milhões.

Assembléia	OP 2002/2003	OP 2003/2004	OP 2004/2005	OP 2005/2006	OP 2006/2007	OP 2007/2008	OP 2008/2009
Total de Credenciados nas Assembléias Temáticas e Regionais:	17.397	14.857	13.284	14.376	11.579	14.336	14.548

Porque a mudança não pode parar

Para enfrentar com qualidade a crise sistêmica do OP, herdada da administração anterior, o governo do prefeito José Fogaça encomendou uma pesquisa ao Banco Mundial, cuja realização contou com o acompanhamento técnico da Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local e do Gabinete de Programação Orçamentária.

A pesquisa intitula-se "Para um Orçamento Participativo Mais Inclusivo e Efetivo em Porto Alegre". Entre os problemas detectados estão a pouca adesão de determinados grupos sociais, como a juventude, pessoas extremamente pobres, classe média e alta e o empresariado; a falta de interação entre o OP e a administração fiscal, gerando disparidade fiscal, coberta por geração de déficits correntes e/ou pelo adiamento dos investimentos e ausência de discussão sobre política fiscal e gestão equilibrada de despesas e receitas.

O estudo propôs, entre outras medidas, o aperfeiçoamento da metodologia; o incentivo à inclusão de outros grupos sociais; o ciclo de dois anos no caso de obras públicas complexas; a possibilidade de ajustes no Plano de Investimentos, no caso de haver queda de receitas; a fiscalização sistemática do orçamento e dos serviços públicos, por intermédio de mecanismos de monitoramento; a adequação das demandas ao limite orçamentário e criação de grupos de trabalho especiais para o desenvolvimento econômico local, a gestão financeira e a modernização administrativa do município.

A Governança Solidária Local

Como era

A Governança Solidária Local não existia antes do governo Fogaça. Até então, compreendia-se que o progresso de cada comunidade ou região dependia única e exclusivamente dos investimentos governamentais e à população caberia definir onde e no que os recursos orçamentários da prefeitura deveriam ser aplicados. O governo de então entendia que toda a mobilização comunitária deveria ser canalizada para dentro dos mecanismos do Orçamento Participativo, responsável por 100% das demandas dirigidas à prefeitura. Como demonstrado antes, a impossibilidade dos recursos municipais atenderem todas essas demandas, mesmo que elas fossem originadas unicamente pelo OP, acabou por enfraquecer a participação popular.

Como ficou

Para introduzir o conceito de Governança Solidária Local, o governo Fogaça teve que promover transformações profundas no modelo de gestão da administração municipal, adotando o orçamento por Programas - introduzindo a transversalidade de ações entre as secretarias, empresas e departamentos - e a modernização da

máquina pública, com ferramentas capazes de dar eficiência ao gasto público e maior transparência na sua aplicação.

Com a implantação da Governança Solidária Local a população foi estimulada a desenhar seu sonho de futuro, mapear suas potencialidades e não apenas apontar suas dificuldades. O novo conceito passou a ser disseminado em reuniões com as comunidades de todas as regiões da cidade. Cursos de capacitação para a elaboração de projetos sociais e para a captação de recursos atingiram mais de 300 organizações não governamentais, seminários de visão de futuro foram realizados nas 17 regiões da cidade e as próprias comunidades identificaram os projetos que queriam executar.

O fomento da responsabilidade social possibilitou que se firmassem cinco pactos de governança: nos bairros Floresta, Higienópolis, São João e São Geraldo, e nas regiões Leste, Nordeste, Norte e Partenon. Comunidades, empresários locais e instâncias governamentais comprometeram-se a atuar, conjuntamente, em 76 ações que começaram a transformar a realidade local. Ao todo, mais de 13 mil cidadãos estão engajados na realização de 330 ações necessárias para tornar possível o sonho de futuro de suas comunidades. Um total de 195 instituições parceiras somaram-se aos órgãos municipais para a promoção do desenvolvimento local.

A constituição de comitês gestores locais, junto aos Centros de Administração Regionais - CARs, facilitou a resolução mais rápida no atendimento das demandas de obras e de serviços. Governando de forma integrada e cooperativa, proporcionando a capacitação de servidores públicos e propiciando o acesso a um maior volume de informações sobre o orçamento e sobre a própria realidade da cidade, gerou-se um ambiente de distensionamento nas relações com a sociedade civil.

O esforço empreendido pelo governo Fogaça ganhou reconhecimento internacional por seu aspecto inovador e gerador de resultados. Três agências da ONU - UNESCO, UNHABITAT e UNDESA - passaram a convidar a administração municipal a propagar na Europa, África, Ásia e América Latina esta nova forma de governar.

A principal expressão desta inserção de Porto Alegre no âmbito mundial colocou a capital gaúcha como exemplo de uma cidade que se articula em redes horizontais, descentralizadas e distribuídas. Exemplo concreto desta inserção em outro patamar foi a realização da Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Cidades, um evento que contou com a promoção, patrocínio e apoio de mais de 50 organizações nacionais e mundiais, trouxe à cidade mais de 500 palestrantes e teve mais de sete mil participantes.

Porque a mudança não pode parar

Por envolver mudanças de comportamentos e visões, a Governança Solidária Local precisa ser encarada como um processo em permanente construção. Outras

12 regiões da cidade ainda estão construindo seu entendimento em torno dos pactos de governança, definindo seus parceiros estratégicos e alinhando suas ações. Novas capacitações serão feitas, outras organizações da iniciativa privada serão agregadas a este processo e inovadoras ferramentas de acesso às informações da cidade serão incrementadas. Uma vez em andamento, este processo não retrocede, pois o cidadão que se percebe como co-partícipe da construção de seu futuro será cada vez mais participativo e exigente.

A relação com a Câmara Municipal

Em seu primeiro discurso como prefeito da cidade de Porto Alegre, José Fogaça alinhavou os compromissos do governo, que então se iniciava, para com o Poder Legislativo: respeito, diálogo e cooperação. Para o governo, o Legislativo traduz todas as correntes de pensamento da cidade, os mais diferentes e legítimos interesses e aspirações sociais. Esta compreensão foi essencial para que a relação entre os dois poderes passasse a ser delimitada e norteadada por um objetivo maior, o interesse público. Assim, como em relação a outras esferas de representação da sociedade, a marca do governo Fogaça diante do Parlamento foi o respeito à pluralidade.

A capacidade de diálogo possibilitou que, através do livre exercício do contraditório e da divergência, buscassem a construção de consensos tornando os projetos melhores e ou factíveis. Esse clima de respeito e de diálogo viabilizou a aprovação de inúmeros projetos, grande parte deles aprimorados tanto por sugestões de vereadores de situação, quanto de oposição. Mais de 200 projetos do Executivo foram acolhidos pela Câmara, com índices de aprovação, unânime, superiores a 85%.

Os Conselhos Municipais

Como era

Os meios de controle social têm como pilar a fiscalização das ações públicas, mas o seu papel é muito mais amplo. Visam, sobretudo, indicar caminhos, propor idéias e promover a participação efetiva da comunidade nas decisões de cunho público. Os conselhos municipais surgem como uma importante maneira de se concretizar o controle social.

O controle social da Gestão Pública nas diversas áreas (Saúde, Educação, Assistência Social, Criança e Adolescente, Direitos humanos, etc.), tem intuito de se firmar como um espaço de co-gestão entre Estado e sociedade, trazendo formas inovadoras de gestão pública para o exercício da cidadania ativa, possibilitando à sociedade a definição de um plano de gestão das políticas setoriais, com uma maior transparência das alocações de recurso.

Como ficou

Foi realizado o 1º Seminário dos Conselhos Municipais de Porto Alegre com objetivo de avaliar os limites e possibilidades dos conselhos na condução de políticas públicas e no fortalecimento de novas formas de gestão, bem como aumentar o espírito de cooperação entre os conselheiros para qualificar o processo da gestão democrática na Capital.

Durante o governo Fogaça foram criados o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e o Conselho Municipal de Desenvolvimento.

Porque a mudança não pode parar

Se, por um lado, os Conselhos se constituem como um novo padrão de relações entre o Estado e Sociedade, também é importante salientar que neles se expressam os diferentes grupos de interesses, uma vez que a sociedade civil não se constitui num todo harmônico, estando neles representados os diversos grupos sociais. Portanto, é preciso reconhecer, nessa nova institucionalidade, não a afirmação/consolidação de um espaço de oposição entre Estado/sociedade civil, mas de um espaço de participação, em que diferentes projetos políticos possam ser disputados. Ou seja, mais uma vez, nos comprometemos a não promover a disputa política partidária nos Conselhos, para não torná-los reféns de uma única visão política. Os Conselhos devem ser locais, de busca da consertação das políticas públicas e do apoio a sua implantação, assim como de fiscalizador das ações delas decorrentes.

A transparência na gestão pública

PORTAL DE GESTÃO

Sistema (software) desenvolvido para o gerenciamento dos Programas de governo, necessário para atender o novo modelo de gestão da PMPA. Utilizado por todos os gestores como ferramenta gerencial, promove a transversalidade entre a estrutura organizacional do governo. É de alta relevância para a população, pois aos cidadãos, aos órgãos de controle institucionais e à sociedade civil organizada, são disponibilizados para conhecimento e acompanhamento de forma transparente e em tempo real, pela INTERNET, todas as ações, os indicadores, as metas e o desempenho dos Programas de governo.

A aplicação de ferramentas tecnológicas de acessibilidade em todos os sites desenvolvidos para a PMPA permite que pessoas portadoras de deficiências visuais naveguem com total interação em seus conteúdos. A iniciativa cumpre com os aspectos legais e amplia a democratização das informações públicas.

ObservaPoa – OBSERVATÓRIO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE

Portal de livre acesso pela INTERNET desenvolvido com modernas tecnologias de geo-processamento e informática, tornou-se uma ferramenta de análise, produção e democratização do conhecimento e das informações sócio-econômicas da cidade. Com a disseminação das informações sócio-econômicas na comunidade e nos órgãos da PMPA, através do Portal ObservaPoa, tanto a população como os gestores passam a produzir vários "retratos" da realidade municipal para avaliação qualificada dos resultados das ações públicas, suas conseqüências, carências e benefícios para a cidade e às pessoas.

A criação deste Portal atende ao princípio da territorialidade com que a prefeitura passou a atuar na atual gestão do prefeito Fogaça.

AGÊNCIA POA MULTIMÍDIA

Com ferramentas tecnológicas de multimídias (voz, dados e imagens), foi desenvolvido um Portal de acesso pela INTERNET para todos os cidadãos buscarem informações sobre a prefeitura, seus gestores, ações de governo e atos administrativos, dentro de uma linguagem direta e jornalística. Tornou-se possível

saber o que acontece na PMPA, a qualquer tempo, 24 horas por dia. Ao acessar o Portal da PMPA, é possível optar-se entre:

O Banco de Imagens: repositório centralizado de toda e qualquer imagem oficial produzida e divulgada pelo órgão responsável, onde o cidadão e veículos de comunicação obtêm fotos de alta resolução das notícias, eventos, turismo e plenárias, de forma gratuita e democratizada, valorizando a cultura gaúcha e a transparência da gestão pública.

A Rádio Web: Com a RW, a Supervisão de Comunicação Social amplia seu esforço de democratização da informação. A RW nos permite, por exemplo, uma interlocução ao vivo com vários setores e também proporciona um contato mais direto do prefeito com a comunidade. Basta clicar e ouvir a notícia.

Newsletter: A news da PMPA oferece a divulgação diária das principais informações e notícias, que podem, através de links, ser lidas na íntegra, no próprio site de notícias, com riqueza de imagens, áudio e vídeo.

O GOVERNO ELETRÔNICO

Internet pública e gratuita - Porto Alegre é a primeira Capital brasileira a disponibilizar uma rede pública gratuita de INTERNET sem fio (wireless). A tecnologia funciona por meio de equipamentos de rádio ligados à Infovia Procempa, malha de fibras ópticas do município. A rede está instalada, desde 2006, de forma permanente, nos Parques Moinhos de Vento e Farroupilha, e nas praças da Alfândega e Esplanada da Restinga. Podem acessar, livremente, o sistema as pessoas que possuem um equipamento portátil com dispositivo wireless. A rede pública sem fio também fornece a infra-estrutura gratuita de conexão à Internet, necessária a eventos realizados nestes locais.

Terminais- Por meio da rede pública wireless, a PMPA disponibiliza à população um *totens* de auto-atendimento que permitem acesso livre à Internet e consulta a serviços públicos no Centro Administrativo Regional da Restinga -CAR Restinga.

Fala POA – 156 – É o sistema de relacionamento com o cidadão, um callcenter à disposição da estrutura administrativa da PMPA, que possibilita a gestão estratégica das informações e o gerenciamento dos resultados das demandas da população. O sistema viabiliza uma comunicação eficiente entre o cidadão e a estrutura administrativa da prefeitura. Por meio do telefone 156 obtém-se o atendimento das demandas de informações e solicitações da população com confiabilidade e qualidade.

Porque a mudança não pode parar

A utilização de ferramentas tecnológicas modernas e interativas para democratização, transparência e aproximação do cidadão nas atividades e resultados da gestão pública precisa ser estimulada e ampliada.

Ações de implantação de novas tecnologias de informação e comunicação, como o vídeomonitoramento na área da segurança, a rede wireless, a Rede Informatizada para os municípios da Granpal, os Centros de Capacitação Digital, o Alvará Eletrônico via Web, o Licenciamento Ambiental "on-line" e os serviços de telemedicina, são essenciais para a prestação de um bom serviço público e, também, para manter os cidadãos porto-alegrenses conectados com o mundo, relacionados em rede e incluídos digitalmente.

Cidade da gestão responsável

Introdução

Para que as propostas feitas durante a campanha passada pudessem se tornar realidade, o primeiro passo foi reestruturar o governo para dar eficiência às suas ações e poder fazer mais com menos e governar para quem mais precisa.

O maior desafio era fazer com que as contas públicas se reequilibrassem após três anos de sucessivos déficits, mas sem que isto comprometesse os serviços prestados pela prefeitura. Felizmente, podemos dizer que conseguimos nosso objetivo e de 2005 para cá os déficits não mais ocorreram e a prefeitura voltou a ter crédito na praça abrindo-se possibilidade de tomar novos financiamentos para investir na infra-estrutura da cidade.

Para fazer mais com menos, também foi necessário que outras mudanças se fizessem. Passamos a elaborar o orçamento com base nos 21 Programas prioritários e não mais pelas secretarias, como antigamente.

Introduzimos um conceito de administrar a cidade com transversalidade, territorialidade e transparência.

A transversalidade diz respeito a ação integrada das secretarias. Nunca um problema da comunidade diz respeito a apenas um setor. Se existe, por exemplo, aumento de casos de diarreia infantil, que é da SMS, isto geralmente está associado a falta de tratamento do esgoto, que é do DMAE, do lixo que se não é recolhido (DMLU), vai para a rede de drenagem, assunto cometido ao DEP, e é preciso que a população saiba como enfrentá-lo, que é um papel da SMED. Então, nada melhor do que enfrentar um problema desses com todos os órgãos atuando de uma só vez. Para que isso ocorresse a estrutura da prefeitura passou a atuar com três eixos– econômico, ambiental e social – que tem como função dar coordenação as ações dos órgãos que compõem cada um deles.

A territorialidade traduz o fato de que os problemas têm endereço e os órgãos, para resolvê-los, devem atuar local e coordenadamente.

Já a transparência diz respeito ao fato de dar conhecimento das ações promovidas, pela prefeitura, aos contribuintes. Para tanto foi criado o Portal de Gestão.

Estas mudanças gerenciais e o controle das contas públicas estão permitindo, agora, que a prefeitura realize muito mais com menos e esta mudança não pode parar.

A recuperação financeira do município

Como era

O atual governo ao assumir, em janeiro de 2005, encontrou o Município em difícil situação financeira, da qual destacam-se os seguintes aspectos:

- a) Déficit orçamentário no triênio anterior (2002-2004), totalizando R\$ 170 milhões (Gráfico 1);
- b) Dívidas, de curto prazo, de R\$ 202 milhões, incluindo despesas não registradas na contabilidade, de R\$ 109 milhões;
- c) Atrasos superiores há 180 dias nos pagamentos de fornecedores;
- d) Impedimento de contratação de financiamentos externos em virtude dessa situação financeira;
- e) Prestação do BID vencida em 2003 e não paga;
- f) Fluxo de caixa feito de maneira empírica, sem projeção para todo o exercício e, ainda, ausência de informação para projeções futuras devido ao fato da memória dos computadores terem sido deletadas.

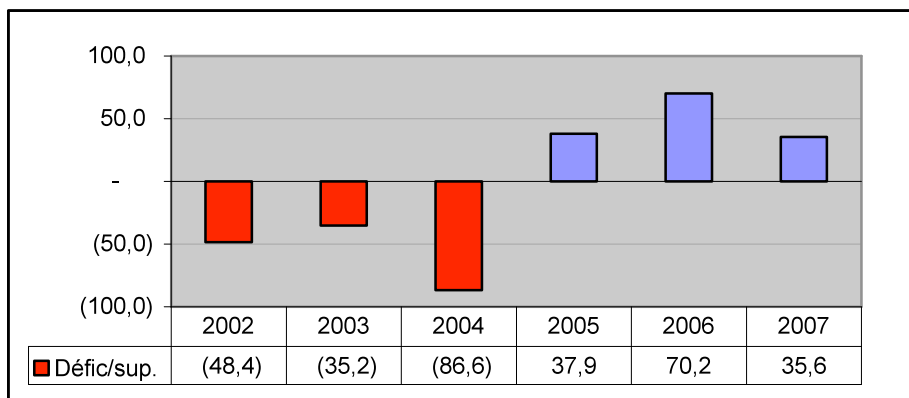


Gráfico 1 - Déficits e superávits do período 2002-2007

Valores em R\$ milhões atualizados para 2007 pelo IPCA

Fonte: Balanços do Município

Como ficou

- a) Os três anos sucessivos de déficit foram seguidos de três anos de superávit, no valor acumulado de R\$ 144 milhões;
- b) Isso foi obtido a despeito de ter sido feito um montante de investimentos com recursos próprios superior ao do período 2002-2004, passando de R\$ 316 milhões para R\$ 351 milhões (Gráfico 2);
- c) Foi paga a dívida de curto prazo recebida, tendo sido assumida a não registrada na contabilidade, e os atrasos com fornecedores, que eram de 180 dias, reduzidos em 45 dias;

- d) O pagamento do BID foi honrado, em janeiro de 2005, no valor de R\$ 8,7 milhões;
- e) Com os três anos de superávits foi possível a contratação de novos empréstimos, internos e externos, com destaque para o do Programa Integrado Socioambiental, que estava com sua preparação suspensa pelo BID em decorrência do não pagamento da primeira parcela de amortização do empréstimo da terceira perimetral.
- f) As projeções do fluxo de caixa passaram a ser feitas pelas metas de ingresso da receita e de execução da despesa, com monitoramento diário entre previsão e execução.

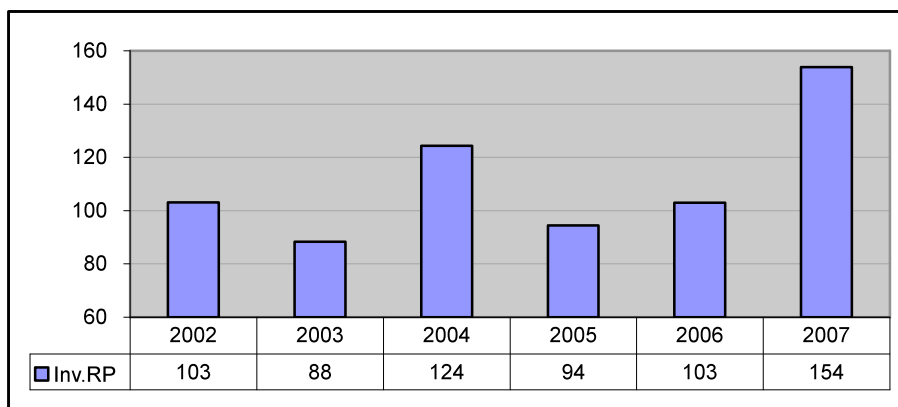


Gráfico 2- Investimentos com recursos próprios
 Em R\$ milhões atualizados para 2007 pelo IPCA
 Fonte: Balanços do Município

Porque a mudança não pode parar

O Município precisa manter e aumentar seu nível de investimentos, necessitando para isso propiciar um crescimento de receita superior ao dos gastos correntes, mediante medidas de gestão, que tornem permanentes esses resultados. E isso deve ser feito dando continuidade às políticas desenvolvidas pelo atual governo, como:

- a) Crescimento da arrecadação, mesmo com redução de alíquotas, como foi a do ISSQN para diversos casos, mediante o estabelecimento de metas e incentivos. Isso fez com que as receitas tributárias crescessem 21% acima da inflação, mais do que o dobro das transferências federais, que cresceram 8%, tudo até 2007 em comparação com 2004;
- b) Diversas medidas voltadas ao melhoramento do desempenho da arrecadação, como: setorização e monitoramento dos contribuintes, declaração eletrônica, avaliação mensal de metas, redução do estoque de processos, estruturação do setor de cobrança, entre outras;

- c) Revisão dos procedimentos dos gastos, visando à otimização das despesas, como foi a parceria feita com o INDG, com o estabelecimento de metas, o que propiciou uma redução de despesas na ordem de R\$ 70 milhões;
- d) Promover ganhos reais de salários aos servidores da prefeitura sem que seja atingido o limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que inibe qualquer possibilidade de aumentos posteriores. Nos três primeiros anos, os reajustes garantiram a correção da inflação e ganho real de 4% ;
- e) Manutenção dos valores aplicados em educação e em saúde no entorno de 27% e 19%, respectivamente, da receita de impostos e transferências, superando os percentuais estabelecidos pela Constituição Federal (25% e 15%);
- f) Redução da dívida de longo prazo, de 31% da receita corrente líquida, em 2004, para apenas 13%, em 2007. Isso, junto com a eliminação dos déficits, abre amplos espaços para novos financiamentos, tão necessários à melhoria da infraestrutura urbana da Capital dos gaúchos.

A ampliação dos Investimentos

Como era

Os investimentos totais no triênio 2002-2004, embora levemente maiores que os do triênio seguinte, foram realizados em grande parte com recursos extras de operações de crédito e com o ganho de venda de bens patrimoniais.

Quando se excluem as receitas extras, realizadas em dobro no período citado, constata-se o crescimento dos investimentos, o que denota que o ajuste fiscal realizado resultou na ampliação dos investimentos (Gráfico 1).

Deve ser destacado, ainda, que os investimentos do período 2002-2004 foram realizados com a ocorrência simultânea de déficits de execução orçamentária que, na prática, significa aumento de dívida a ser honrada pela administração subsequente. Uma prova disso foi a existência de R\$ 220 milhões de dívida de curto prazo, em 31/12/2004.

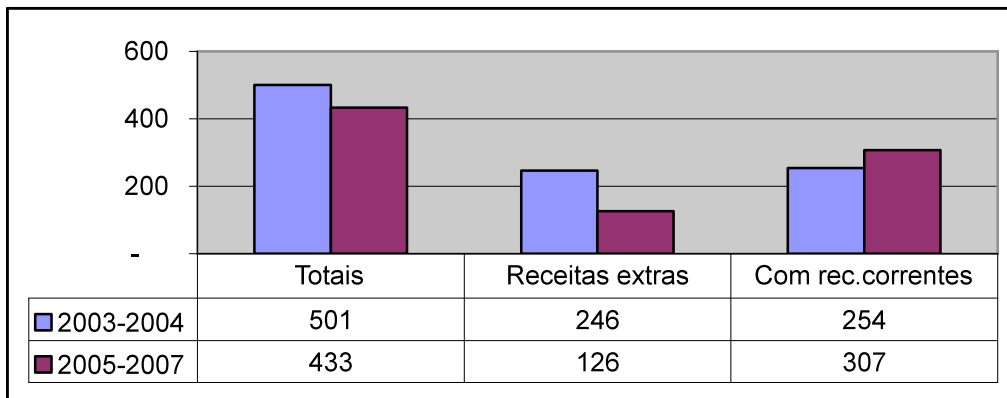


Gráfico 1 - Investimentos totais e com recursos correntes e receitas extras
Valores em R\$ milhões constantes de 2007

Com ficou

Os déficits do período anterior foram eliminados e substituídos por superávits, o que permitiu a realização de investimentos com recursos correntes, ou seja, sem venda de bens patrimoniais e sem a obtenção de novos empréstimos.

Confrontando os períodos 2002-2004 com o 2005-2007, constata-se que os investimentos com recursos correntes cresceram 21% em termos reais, passando de R\$ 254 milhões para 307 milhões.

O ajuste fiscal realizado permitiu a geração de recursos, tanto para investimentos diretos, como para contrapartida e realização daqueles investimentos, de porte, que não podem ser realizados com recursos próprios, como é o caso do Programa Socioambiental. A situação deficitária da Gestão anterior inviabilizava a realização dessas operações.

No tocante ao resultado orçamentário do exercício, Porto Alegre ocupava, em 2004, a 23ª posição entre as demais capitais do País, passando para 10ª, em 2006. Com isso, foi possível melhorar a posição quanto ao nível de investimentos, passando da colocação de 19ª, para a 16ª, no mesmo período.

Porque a mudança não pode parar

A continuidade e a ampliação dos investimentos depende da formação de margem para isso, como da geração de resultados primários para o pagamento das dívidas futuras.

Foi exatamente isso que a atual administração fez, mediante uma política de contenção dos gastos correntes e de ampliação das receitas tributárias. A contenção dos gastos foi feita sem arrocho salarial e o aumento de receita, sem aumento de nenhuma alíquota de imposto.

A necessária reestruturação administrativa

Como era

A estrutura administrativa era totalmente verticalizada, distribuída em 28 órgãos e com 20 mil funcionários. A cultura era setorial, com visão segmentada. Isso trazia uma grande dificuldade de interlocução entre os diversos órgãos. Esta autarquização de toda a administração municipal promovia ausência de uma visão mais sistêmica dos processos desenvolvidos na prefeitura, por isso as atividades prescindiam de direcionamento estratégico e foco definido.

A inexistência de práticas gerenciais levava a uma conseqüente ausência de análise dos resultados das atividades desenvolvidas

Todos estes aspectos estavam levando a uma perda gradativa na qualidade dos serviços prestados.

Como ficou

Buscamos, primeiramente, a estruturação de uma visão sistêmica dos processos desenvolvidos na PMPA, o que levou a administração municipal a se organizar por eixos de atuação (econômico, social e ambiental), onde foram alocados os diversos órgãos, primeira instância de integração e a busca da **transversalidade** das ações. Como exemplo de transversalidade citamos a COPAE- Comissão Permanente de Atendimento as Emergências, ligada a Defesa Civil, que é composta pela SMAN, SMOV, SMS, EPTC, SMDHSU, DMAE, DMLU, DEP e FASC, cuja finalidade é diminuir o tempo de resposta à comunidade atingida por evento adverso, e que permitiu o aumento da eficiência das ações de emergência com maior integração dos órgãos.

O segundo aspecto implantado foi o conceito de **territorialidade**. Nunca o problema de uma região ou de um bairro diz respeito a apenas uma secretaria. A intervenção da prefeitura deve, sempre que possível, ser sistêmica.

O terceiro conceito administrativo introduzido na prefeitura foi o da **transparência**. Qualquer cidadão deve poder acompanhar as ações da prefeitura e verificar seus resultados. Para que isso fosse possível, foi criado o **Portal de Gestão** da prefeitura de Porto Alegre.

Como filosofia de um governo policêntrico (Estado, Sociedade e Setor Produtivo) foram estimuladas as parcerias. No caso da modernização dos processos de gestão, tivemos a colaboração do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade – PGQP e do Movimento Brasil Competitivo – MBC.

A partir desses três conceitos norteadores da conduta administrativa das ações empreendidas pela prefeitura, passamos a estruturá-la organicamente. Organizamos as ações da prefeitura em três blocos de secretarias, que formaram os seus eixos de atuação: o **Social**, o **Econômico** e o **Ambiental**. Cada um desses blocos tinha um **Núcleo de Política**, formado pelos secretários que

validavam as ações propostas e um **Comitê de Gerenciamento**, formado pelos gestores responsáveis pela condução delas.

O orçamento da prefeitura passou a ser estruturado tendo como base os **21 programas** da prefeitura, que representam as suas prioridades em termos de condução das políticas públicas.

Os 21 programas estratégicos do Modelo de Gestão da Prefeitura de Porto Alegre, organizados por três eixos de atuação, são os seguintes:

EIXO SOCIAL

Lugar da Criança é na Família e na Escola

Coordenação: Secretaria Municipal de Educação – SMED;

Objetivo: proporcionar ensino de qualidade e ações de protagonismo para crianças, jovens e adultos em suas relações com a escola, comunidade e sociedade.

Bem-me-quer

Coordenação: Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC;

Objetivo: garantir prevenção, acesso à saúde e à atenção social, tratamento e proteção contra agressões.

Gurizada Cidadã

Coordenação: Secretaria Municipal da Cultura – SMC;

Objetivo: formação e desenvolvimento da infância, adolescência e juventude, focando a formação profissional e empreendedorismo, acesso à prática esportiva, cultural e de lazer.

A Receita é a Saúde

Coordenação: Secretaria Municipal da Saúde – SMS;

Objetivo: melhorar o acesso aos serviços básicos e especializados de saúde, ampliando e qualificando a rede de atendimento à população e fortalecendo ações de promoção e proteção em saúde.

Carinho Não Tem Idade

Coordenação: Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC;

Objetivo: inclusão social e melhoria na condição de vida dos idosos, conscientizando-os dos seus direitos e do exercício da cidadania.

Porto da Inclusão

Coordenação: Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB;

Objetivo: promover a auto-sustentabilidade das famílias.

Vizinhança Segura

Coordenação: Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Segurança Urbana – SMDHSU;

Objetivo: atuar preventivamente na área da segurança, enfatizando o seu caráter comunitário e promovendo a defesa dos Direitos Humanos.

Porto Alegre da Mulher

Coordenação: Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio – SMIC;

Objetivo: promover a auto-sustentabilidade, emancipação e desenvolvimento da mulher.

EIXO AMBIENTAL

Porto do Futuro

Coordenação: Secretaria de Planejamento Municipal – SPM;

Objetivo: articular ações para produzir a cidade das próximas décadas, com sustentabilidade ambiental, gestão democrática, desenvolvimento econômico, inclusão social e valorização do patrimônio.

Cidade Integrada

Coordenação: Secretaria Municipal de Obras e Viação – SMOV;

Objetivo: desenvolver projetos que promovam a urbanização, a ampliação e melhoria da infra-estrutura e a qualificação da mobilidade, com atuação em áreas de risco.

Viva o Centro

Coordenação: Secretaria do Planejamento Municipal – SPM;

Objetivo: promover ações para a revitalização da área central da cidade.

Porto Verde

Coordenação: Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SMAM;

Objetivo: promover a conservação e preservação ambiental, e a conscientização da população por meio de educação ambiental.

Integrado Entrada da Cidade – PIEC

Coordenação: Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico – SMGAE;

Objetivo: reestruturação urbana e recuperação ambiental da zona norte da cidade – região Humaitá/Navegantes.

Desenvolvimento Municipal – PDM

Coordenação: Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico – SMGAE;

Objetivo: aumento da eficiência da administração municipal, das entidades prestadoras de serviços; saneamento e execução de obras para melhorar a infraestrutura.

Socioambiental - PISA

Coordenação: Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico – SMGAE

Objetivo: recuperar o meio ambiente degradado, despoluição dos mananciais hídricos, tratamento dos esgotos sanitários, adequação do uso do solo e reassentamento.

Cidade Acessível

Coordenação: Secretaria Municipal de Transportes – SMT;

Objetivo: aprimorar a mobilidade com melhoria da infra-estrutura do transporte público e do sistema viário, do aumento da satisfação dos usuários e da diminuição dos índices de acidentes.

EIXO ECONÔMICO FINANCEIRO E DE GESTÃO

Cresce Porto Alegre

Coordenação: Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio – SMIC;

Objetivo: induzir o desenvolvimento econômico do município, com ações que promovam oportunidades e captação de investimentos, tornando-o atrativo a novos empreendimentos.

Mais Recursos, Mais Serviços

Coordenação: Secretaria Municipal da Fazenda – SMF;

Objetivo: efficientização da arrecadação da receita e do controle de despesas, associada a novas tecnologias e parcerias para a captação de recursos.

Gestão Total

Coordenação: Secretaria Municipal de Administração – SMA;

Objetivo: implementar um conceito de administração pública orientada por programas de governo que atendam às demandas da sociedade.

Governança Solidária Local

Coordenação: Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local – SMCPGL;

Objetivo: implantar o conceito de Governança Solidária Local que orienta o Modelo de Gestão e induz o desenvolvimento local sustentável, construindo a agenda de desenvolvimento nas 17 regiões do OP.

Orçamento Participativo

Coordenação: Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local – SMCPGL;

Objetivo: ampliar a participação da população no processo decisório do orçamento governamental e seu engajamento no diagnóstico e na resolução de problemas da cidade.

O reconhecimento externo do modelo de gestão

Os resultados do processo de modernização da gestão pública podem ser medidos também pelo reconhecimento externo e premiações conferidas às secretarias, órgãos e ações municipais nesta gestão. Destaque para a conquista do Prêmio Qualidade-RS de 2006 pela Carris, Procempa, EPTC, DMAE e Secretaria de Gestão, distinção que se repetiu na edição de 2007 para a Carris, Procempa e DMAE. Acrescentemos as certificações ISO conferidas ao DMAE e a Carris e outras premiações concedidas por entidades regionais e nacionais na área social como o título de Prefeito Amigo da Criança, da Fundação Abrinq, recebido pela segunda vez por José Fogaça. Mais: prêmios à cidade pela Erradicação do Analfabetismo, pelo programa de Qualidade de Vida do Servidor Municipal, Prêmio Mercocidades de Ciência e Tecnologia, méritos aos projetos habitacionais do DEMHAB, entre outros.

Por que a mudança não pode parar

- ✓ Manter e aprimorar este modelo desenvolvido, consolidando uma nova cultura no serviço público de prestar bons serviços, sem onerar o contribuinte;
- ✓ Dar continuidade a permanente busca da eficiência na administração pública, para prestar mais e melhores serviços à comunidade;
- ✓ Preparar a administração pública para enfrentar os novos desafios ditados pela dinâmica do desenvolvimento urbano, cada vez mais complexos e urgentes;
- ✓ Implantar as correções de rumo necessárias, redefinindo prioridades e novos focos de atuação;

A profissionalização do serviço público

Como era

Além dos cargos de representação política os principais cargos de gestão da administração, também, eram ocupados por comissionados ou pessoas diretamente ligadas ao partido do governo.

A capacitação dos servidores era por meio de cursos e seminários esparsos.

O Projeto Compartilhar dava acesso, para os servidores efetivos, apenas ao supletivo para ensino fundamental e não havia a possibilidade dos servidores, que não tinham concluído o ensino médio, participar deste programa.

No período compreendido entre 2003 e 2004, foram realizadas 3.763 capacitações.

Como ficou

- ✓ Os gerentes dos programas prioritários do governo são servidores de carreira.
- ✓ Um dos objetivos estratégicos do governo foi dar foco no atendimento aos cidadãos. Para tanto, foram realizadas capacitações para que os servidores pudessem melhor atender à população.
- ✓ Outra ação orientada de governo foi a formação de servidores como educadores institucionais, como forma de valorização e multiplicação de conhecimento.
- ✓ O Projeto Compartilhar foi estendido para o ensino médio.
- ✓ Sistema de Capacitação e Reconhecimento, para servidores efetivos, com visitas técnicas a Universidade de Washington (USA) e Brasília.
- ✓ Implantação da Escola de Gestão Pública de Ensino à Distância.
- ✓ Projeto de Pós-Graduação em Gestão Pública para servidores efetivos.
- ✓ O DMAE criou a UNIDMAE - Universidade Corporativa do DMAE, responsável pela capacitação de seus servidores.

No período compreendido entre janeiro de 2005 até junho de 2008, foram realizadas 19.384 capacitações.

Tabela: Número de Vagas Preenchidas nos Cursos Realizados pela Escola de Gestão para todos os Órgãos (Adm. Centralizada, Autarquias e FASC)-

2003	2004	2005	2006	2007	2008 (até jun)
2.838	925	3.125	6.678	6.661	2.920

Porque a mudança não pode parar

- ✓ Manter a política atual das capacitações e qualificar os servidores efetivos para exercerem cargos de liderança nas estruturas dos órgãos da prefeitura municipal;
- ✓ Propiciar a elevação de escolarização dos servidores públicos municipais, que além dos supletivos de ensino fundamental e médio, e pós-graduação, terão, também, incentivos para fazerem cursos de graduação, como forma de proporcionar a estes servidores qualificação e conseqüente melhoria no atendimento ao cidadão.

Os mecanismos de promoção da qualidade de vida do servidor

Como era

- ✓ Não existia, na prefeitura, áreas especialmente formadas para o atendimento de conflitos funcionais.
- ✓ Havia apontamentos, do TCE, referente à concessão de vantagens, como Gratificação de Incentivo à Arrecadação – GIA, hora extra, cedência e transposição, por falta de controle e não cumprimento de legislação. Os critérios de concessão nem sempre claros provocavam injustiças ao conceder para alguns e não para outros que exerciam as mesmas atividades, no mesmo local de trabalho.
- ✓ Os mecanismos de comunicação com o servidor eram por e-mail e por informativos esporádicos. As reuniões eram sempre pontuais acerca de determinado assunto, sem inserção contextual.
- ✓ No Programa de Desenvolvimento Municipal – PDM, o BID tinha solicitado a implantação de projetos para a melhoria do sistema de preparo da folha de pessoal, estando há vários anos, em estudo, sem providências para a implantação de um sistema de gestão de pagamento de pessoal.

Como ficou

- ✓ Foram criadas novas áreas de trabalho, como: Supervisão de Recursos Humanos, Qualidade de Vida no Trabalho e Acompanhamento Funcional. A Ouvidoria dos Servidores foi completamente remodelada, visando minimizar conflitos entre servidores e gerências, identificando melhores alternativas de realocação de trabalho e buscando a diminuição das licenças para tratamento de saúde;
- ✓ Reestruturação da rede de RH, visando disseminar boas práticas em gestão de pessoas e ações desenvolvidas pela Administração envolvendo o funcionalismo;
- ✓ Foram criados Bancos de dados para controle de concessão de vantagens e elaborados decretos fixando critérios para concessão de gratificações, limites de horas-extras, além de cedências e transposições;
- ✓ Foram implementadas comunicações diretas e sistemáticas com os servidores. Para aqueles sem acesso ao meio digital, foi criado o Mural do Servidor;
- ✓ Criado Manual do Servidor Público com o intuito de mostrar-lhes o funcionamento dos diversos órgãos da PMPA;

- ✓ Remodelado o Manual do Servidor Ingressante para apropriação dos seus direitos e deveres funcionais;
- ✓ Implantado o Portal do Servidor, com a perspectiva de que a partir de setembro de 2008, o mesmo acesse seus dados funcionais;
- ✓ Implantado novo Sistema de Gestão de RH – ERGON, em 2006, sendo desenvolvido os módulos - Folha de pagamento e informatização de concessão nas licenças médicas para o funcionalismo. Tal implantação propiciou melhorar a gestão dos recursos humanos da prefeitura e
- ✓ Aprovado Projeto de Lei Complementar que amplia a licença maternidade de 120 para 180 dias, ficando assegurados os direitos e vantagens decorrentes de seu cargo, sem prejuízo da retribuição pecuniária.

Porque a mudança não pode parar

- ✓ Por meio de convênios e parcerias, criar uma rede de atendimento para servidores drogatzados e alcoolizados.
- ✓ Promover grupos de preparo para aposentadoria, afim de que os servidores possam enfrentar a inatividade.
- ✓ Aprimorar mecanismos de concessão de vantagens, de tal maneira que sejam absolutamente justos os critérios.
- ✓ Incrementar os Programas de capacitação dos servidores efetivos por meio da Escola de Gestão Pública, com cursos à distância e com Programas de pós-graduação em Gestão Pública.

Cidade da Responsabilidade Social

Introdução

O prefeito Fogaça elegeu-se dizendo que ia governar para os mais pobres e, inegavelmente, o fez. Atendeu as demandas do Orçamento Participativo e implantou a Governança Solidária Local para fazer mais para os que menos renda têm. À disputa pelos recursos fiscais, promovida pelo processo participativo de elaboração do orçamento, somou-se o espírito cooperativo das parcerias em apoio às ações comunitárias. Com isso, foi agregado capital social aos recursos públicos e muito mais pode ser feito.

A próxima etapa é a **universalização dos serviços**. Para que todas as crianças tenham acesso ao ensino fundamental é necessário que se amplie em 6.000 as vagas para o ensino público municipal. Para a área da saúde, uma vez recuperada a rede de atendimento existente, é necessário organizar os serviços básicos de prevenção e promoção da saúde de forma que cada um dos oito distritos sanitários, como Porto Alegre está dividida pela Secretaria Municipal da Saúde, conte com, no mínimo, 20 Equipes de Saúde da Família, um Pronto Atendimento de Urgência e Emergência, que atenda 24 horas, uma farmácia distrital, e uma Central de Especialidades Médicas, onde serão oferecidos consultas e exames realizados por médicos especialistas. Com isto, estaremos facilitando o acesso aos serviços de saúde. Todos poderão ser atendidos perto de suas casas.

Na assistência social, estaremos implantando o Sistema Único da Assistência Social - SUAS, composto pelos Centros de Referência em Assistência Social - CRAS, identificados como Casa da Família, e dos Centros de Referência Especializados em Assistência Social – CRAS, que darão suporte ao trabalho dos abrigos e Casas Lares. Por meio dessa nova estrutura daremos continuidade ao Programa Ação Rua, que aborda e monitora crianças e adolescentes em situação de rua, para reconduzi-las à família e à escola. Para os casos provenientes da Vara da Infância e da Adolescência e pelos Conselhos Tutelares, completaremos a reorganização da abrigagem, que é feita em 8 abrigos residenciais, e passará a ser feita em 21 pequenos abrigos residenciais. Complementando o serviço de abrigagem abriremos novas Casas Lares, onde as crianças e adolescentes que perderam completamente seus vínculos familiares são cuidados por uma mãe social.

Na segurança pública, nossas prioridades são a articulação com as demais organizações policiais, e serviços de inteligência, a partir de uma Central de Informações e, ainda, a extensão do Programa Vizinhança Segura, que executa ações de polícia comunitária, para as áreas mais inseguras da cidade e onde a população local queira criar uma ambiência favorável a cooperação para o desenvolvimento de atividades comunitárias.

Os serviços básicos de saúde

Como era

✓ Os prédios estavam deteriorados: em alguns casos, 20 anos sem nenhum tipo de reparo. Vidros e telhas quebradas, infiltrações, rachaduras nas paredes e falta de manutenção da rede elétrica e hidráulica eram os principais problemas decorrentes da falta de manutenção.

O melhor exemplo é o da ala de emergência do “Postão” da Vila Cruzeiro, como é chamado o Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul (PACS), que foi interditado pelo Conselho Regional de Medicina (Cremers) e Sindicato Médico (Simers) pela falta de condições de atender os pacientes, após 18 anos sem receber qualquer melhoria nas suas instalações.

✓ As Equipes de Saúde da Família eram 54, sendo que em 20 não tinham médicos.

✓ As farmácias distritais, embora aprovadas no ano de 2000, pelo Conselho Municipal de Saúde, não foram implantadas pela administração anterior.

Como ficou

Reforma dos Postos de Saúde

A Secretaria Municipal de Saúde decidiu investir na recuperação das unidades de saúde de Porto Alegre. Em outubro do ano passado, as primeiras unidades foram reformadas por meio de mutirões, com a equipe de manutenção da SMS e participação da comunidade. Neste ano, uma parceria com a Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV) viabilizou a contratação de uma empresa para dar continuidade ao trabalho. Até o momento, 55 postos foram entregues.

No ano passado, o PACS recebeu melhorias em 25 ambientes de sua unidade.

As obras emergenciais do Pacs ocorreram nos seguintes locais: sala de observação adulto, sala de observação pediátrica, sanitário e banho pediátrico, sala de fisioterapia respiratória, sala de parada, posto de enfermagem, oito consultórios, sala de nebulização, sala de triagem, corredor de acesso, sala de pediatria e pré-adolescente, sala de prescrição médica, depósito de equipamentos de enfermagem, expurgo, morgue,

Área de saúde mental: corredores; banheiro masculino para servidores, sala de observação; telhado. Serviços executados: colocação da rede elétrica em sistema embutido, revisão total do sistema de iluminação, rede hidráulica, desobstrução de esgotos, reposição de vidros, reparos na alvenaria, rodapés, pintura de paredes, forros e aberturas, remoção e colocação de piso vinílico, substituição de portas, ampliação de banheiros com reposição de azulejos e colocação de pias inox e vasos sanitários, troca de caixas de descarga, reforma no telhado com colocação de telhas, calhas e impermeabilização, construção de paredes divisórias, demolição do morgue antigo e construção de um novo em outra área (no estacionamento). A reforma completa foi orçada em mais de R\$ 6 milhões e deverá contar com recursos do QualiSUS, do Ministério da Saúde. Como contrapartida, a prefeitura destinará R\$ 1,4 milhão em recursos próprios.

Alguns exemplos:

O Centro de Saúde Bom Jesus foi totalmente renovado e ampliado. As obras proporcionaram uma nova área para o ambulatório, inauguração de uma farmácia distrital, área de estacionamento, novas especialidades médicas e a remodelação total do Pronto Atendimento. Também foi implantado um Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e um ambulatório de Tuberculose. A prefeitura investiu cerca de R\$ 1 milhão.

A Unidade Básica de Saúde Vila Jardim recebeu novo prédio. Também foram entregues à população os prédios onde funcionam o Núcleo de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente (Nasca) e o Centro de Atenção Psicossocial da Infância (CAPSi). O Nasca atende em torno de 70 mil crianças e adolescentes das creches e escolas das regiões Leste e Nordeste. Já o CAPSi, oferece serviço em saúde mental a cerca de 80 mil crianças e adolescentes daquelas regiões. Presta, ainda, consultoria a 22 serviços da rede de atenção básica.

Como afirmamos, anteriormente, no total foram 55 os Postos recuperados. Os serviços são variados, desde reparos no telhado, substituição de vidros, na alvenaria e rodapés até colocação de cercas e grades, e construção de rampas de acesso. Houve, também, a ampliação de Posto, como é o caso do Jardim Cascata, onde foi construído um prédio anexo. Com isso, os Postos melhoraram na só o ambiente, mas o atendimento aos pacientes.

Para atender ainda melhor os pacientes do SUS em Porto Alegre foram contratados 833 profissionais e 212 efetivos, totalizando 1.035 novos servidores. Desses, 320 são agentes comunitários, 402 agentes de combate as endemias, 16 farmacêuticos e 205 médicos.

Equipes de Saúde da Família

Ao término da atual administração serão 90 as Equipes de Saúde da Família. Atualmente, a Prefeitura conta com 84 equipes e nos próximo dois meses devem ser implantadas mais seis.

Farmácias distritais

As implantações começaram em 2005 e hoje são nove. Foram inauguradas as farmácias distritais nos centros de saúde **Vila dos Comerciantes, IAPI, Santa Marta, Navegantes, Camaquã, Sarandi e Bananeiras e nos Centros de Saúde Bom Jesus e Modelo.**

Localizadas de maneira que o usuário precise pegar apenas um ônibus para ter acesso aos medicamentos, as nove farmácias distritais implantadas em Porto Alegre nesta gestão reduziram o tempo de espera para atendimento, nos dias de pico, de 4 dias para 50 minutos. No período, a prefeitura contratou 10

farmacêuticos, aumentando o número desses profissionais na assistência farmacêutica de 12 para 22.

Está sendo implantado, em fase experimental, no Centro de Saúde Navegantes, um sistema de informatização das farmácias distritais que vai possibilitar maior controle dos estoques e da dispensação de medicamentos, impedindo, por exemplo, que um mesmo paciente retire o mesmo medicamento em farmácias diferentes.

Aquisição de medicamentos

Em 2007, a SMS destinou quase R\$ 10,5 milhões para a compra de medicamentos contínuos e que constam da Relação Municipal de Medicamentos (Remune). Criadas para possibilitar o acesso aos medicamentos, por moradores de regiões mais afastadas, as farmácias distritais permitem a padronização das atividades e melhoram a qualidade do serviço. O controle sobre receitas falsas é rigoroso nesses locais, onde todo medicamento só pode ser fornecido mediante apresentação de receita de profissional habilitado, em duas vias, com letra legível, contendo informações relativas ao paciente e ao medicamento.

As farmácias distritais mantêm um estoque de todos os itens da Relação Municipal de Medicamentos (Remune), que inclui a lista básica definida pelo Ministério da Saúde e, também, remédios para a saúde mental - os psicotrópicos, disponibilizados por esse serviço. Os usuários também podem contar com a presença de um farmacêutico no local.

Porque a mudança não pode parar

No primeiro momento, a Prefeitura precisou colocar suas dívidas e suas instalações em dia para melhor atender a população. Agora, feito isso, podemos pensar na ampliação e organização da rede de atendimento, sempre voltada a prestar serviços para os que deles mais precisam, que é a população pobre da cidade.

Sistema de Saúde

Nossa proposta de estruturação dos serviços de saúde é de que em cada uma das oito regiões distritais da cidade – divisão que a Secretaria Municipal da Saúde usa para administrar os seus serviços - funcionará no mínimo 20 equipes do Programa de Saúde da Família, um Pronto Atendimento (24 horas), um Centro de Saúde de Especialidades e uma Farmácia. Esses serviços garantem o atendimento às famílias da região sem a necessidade de grandes deslocamentos. A idéia é descentralizar e dar acesso aos serviços de saúde.

Equipes de Saúde da Família

Vamos passar de 90 para 200 as Equipes do Programa Saúde da Família, de maneira que toda a população porto-alegrense que dependa apenas do SUS tenha serviços de assistência à saúde. Cada região deve contar com, no mínimo, 20 equipes de PSFs.

Farmácias distritais

Em cada uma das oito distritais de saúde, que divide administrativamente a capital, haverá pelo menos uma farmácia em funcionamento. Para isso, serão construídas, no mínimo, mais duas farmácias distritais, uma na Restinga e outra em Belém Novo.

Centrais de Especialidades Médicas

Em cada um dos distritos terá uma Central de especialidades Médicas com a presença de médicos especialistas tais como: ginecologistas, pediatras, cardiologistas, entre outras. As especialidades médicas de cada Central serão definidas a partir das doenças mais freqüentes em cada região.

Complexo regulador

O projeto de reestruturação do complexo regulador da Secretaria Municipal de Saúde, que inclui a Central de Marcação de Consultas e Exames e a Central de Regulação das Internações Hospitalares, está em fase de implantação. Na primeira etapa, serão adquiridos novo mobiliário e computadores. Além disso, a central telefônica passará por uma atualização. Na segunda etapa, será implantado um novo software, capaz de integrar todo o sistema regulador do município e do estado. O projeto tem custo de, pelo menos, R\$ 380 mil, cujos recursos já estão disponibilizados pelo Ministério da Saúde.

O sistema, em implantação, utiliza o programa SISREG, usado pelo Ministério da Saúde, e que deve ser customizado de acordo com as necessidades da SMS. Ele terá uma interface com centrais reguladoras estaduais e da Região Metropolitana, através das coordenadorias regionais de saúde, conforme organização e disponibilidade da Programação Pactuada Integrada - (PPI). Para atender ao objetivo geral da regulação, o sistema terá, também, a capacidade de agendar consultas e exames, regular internações, autorizar procedimentos e gerar relatórios estatísticos, além de ter a capacidade de detectar a demanda reprimida e gerar relatórios de lista de espera nas especialidades clínicas.

Qualificação do pré-natal

A Prefeitura enviou à Câmara de Vereadores projeto de lei que cria o Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal. A medida tem como objetivo qualificar as informações produzidas sobre mortalidade infantil. Através da análise e crítica dos números, será possível formular programas para reduzir ainda mais a mortalidade infantil.

Em outubro, 400 profissionais da rede básica de saúde, entre pediatras, ginecologistas, médicos geral-comunitários e enfermeiros, receberão qualificação para assistência à gestante e ao recém-nascido.

O índice da mortalidade infantil baixou

Com a melhora dos serviços de saúde básica e a ampliação do pré-natal, hoje disponível em todas as unidades de saúde, o coeficiente de mortalidade infantil de Porto Alegre reduziu em quase 40% nos últimos sete anos, passando de 14,84, em 2000, para 11,9, em 2007.

Os Serviços de média e alta complexidade

Como era

Havia fila de espera por cirurgias e consultas especializadas pelo SUS, com até dois anos de espera. Eram seis os hospitais que prestavam serviços ao SUS.

Como ficou

Foram realizados mutirões de cirurgias que atenderam de, junho à novembro, pacientes nas áreas de urologia, ortopedia, geral, otorrino, ginecologia e vascular. Muitos que estavam na lista de espera receberam tratamento clínico. Também foram realizados mutirões de cirurgias ortopédicas envolvendo os hospitais HPS, Clínicas, Independência, Parque Belém, PUC, Cristo Redentor e Mãe de Deus. No total, foram 5.141 cirurgias realizadas pelos mutirões.

No início da gestão, havia seis hospitais contratualizados. Os contratos foram revistos e assinados termos aditivos para repactuação. A Secretaria Municipal de Saúde viabilizou a contratualização de duas novas instituições hospitalares e outras três estão em processo de contratualização.

Porque a mudança não pode parar

Hospital da Restinga

A obra, orçada em R\$ 14 milhões, será construída com recursos da certificação de filantropia obtida pelo Hospital Moinhos de Vento e vai beneficiar cerca de 100 mil moradores na região Extremo-Sul de Porto Alegre. A prefeitura cederá a área para a construção e, no momento, estão sendo avaliados dois locais. A previsão é de um terreno em torno de 2,5 hectares, para um projeto de sistema integrado de saúde para região, que inclui uma rede de equipes de saúde de família e serviços, além do hospital geral, de média complexidade, com atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Reformas no HPS

Entre as melhorias que estão sendo realizadas no HPS destacamos a reforma e ampliação da urgência e emergência, da unidade de coleta e transfusão, do Centro de Estudos, da unidade de radiodiagnóstico, além da implantação da nova UTI de Trauma e a recuperação da sala anestésica e do bloco cirúrgico. Além de investir em melhorias na estrutura física, houve a preocupação com a reposição de funcionários, que vem sendo feita gradualmente. No corrente ano, foram chamados 13 médicos, aprovados em concurso público, e contratados 37 técnicos de enfermagem, em caráter emergencial. Também foi aberto novo concurso, o que vai possibilitar a contratação de novos profissionais a partir do ano que vem.

Qualificação do HMIPV

O Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (HMIPV) completou, em janeiro, 55 anos de atividades. Realizando cerca de 600 atendimentos ambulatoriais por dia, 600 internações e 200 partos por mês, o hospital é referência em Porto Alegre e Região Metropolitana no atendimento integral à mulher, criança e adolescente, em especial gestantes e recém-nascidos de alto risco. Buscando qualificar o atendimento, a Secretaria Municipal de Saúde - SMS está investindo quase R\$ 2,8 milhões em obras de infra-estrutura. Só na recuperação da rede elétrica, que nunca sofreu intervenção significativa desde sua criação, serão aplicados mais de R\$ 2 milhões. A emergência pediátrica também foi reformada, possibilitando que o número de leitos passe de 10 para 20, os elevadores foram substituídos, e o hospital recebeu banheiros adaptados para portadores de deficiência e rampa de acesso universal.

As áreas operacional e gerencial também foram qualificadas. Desde o ano passado, todos os processos, como prescrição médica, controle do laboratório, serviços de nutrição e farmácia, estão informatizados. Este ano, os sistemas do hospital e do laboratório de análises clínicas foram integrados, reduzindo o tempo para a realização dos exames.

Teste do pezinho – O serviço de referência de triagem neonatal (teste do pezinho) do HMIPV é o único oferecido pelo SUS, no Estado. Por meio da análise das amostras do teste do pezinho, o hospital faz o exame de hipotireoidismo, anemia falciforme e fenilcetonúria. O hospital aguarda o credenciamento para ampliar o serviço e realizar o exame de fibrose cística. Quando é detectada alguma alteração, o paciente é encaminhado para o acompanhamento ambulatorial do serviço.

Brincadeira terapêutica – As crianças internadas no Hospital Presidente Vargas podem brincar e participar de atividades lúdicas na brinquedoteca. O espaço conta com brinquedos variados, computador com Internet e webcam, televisão e DVD. Também será instalada uma rede de oxigênio, atendendo a um número maior de crianças, que serão acompanhadas por uma terapeuta ocupacional, durante a permanência no local. A criança se restabelece mais rápido, porque volta um pouco para o mundo dela.

Mutirão de consultas especializadas

Em junho de 2006 havia uma demanda represada de aproximadamente 86 mil consultas especializadas. Para reduzir o tempo de espera foram selecionadas as dez especialidades mais represadas e organizado um mutirão que contou com a participação das seguintes instituições médicas: Hospital de Clínicas, Grupo Hospitalar Conceição, PUC, Santa Casa, ULBRA, UNIMED, PRONTIL, Hospital Mãe de Deus, Hospital Parque Belém, Hospital Banco de Olhos, Hospital Vila Nova, Hospital Divina Providência e Hospital Beneficência Portuguesa.

Nesse mutirão foram atendidas cerca de 29 mil pessoas, sendo que 30% delas tiveram seus casos resolvidos na própria consulta.

A gestão na saúde

Como era

Consultas especializadas - Levantamentos da SMS apontam que 20% das pessoas que conseguem uma consulta não comparecem na data determinada.

Como ficou

Atualmente, a SMS tem uma oferta de três milhões de consultas por ano aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Destas, 55% são para Porto Alegre, 30% para a Região Metropolitana e 15% para o interior do Estado.

O projeto de reestruturação do complexo regulador da Secretaria Municipal de Saúde, que inclui a Central de Marcação de Consultas e Exames e a Central de Regulação das Internações Hospitalares, está em fase de implantação, integrado com a rede estadual.

Porque a mudança não pode parar

Central de Marcação de Consultas

A nova Central de Marcação de Consultas e a Central de Regulação das Internações Hospitalares estará conectada com as centrais reguladoras estaduais e da Região Metropolitana e estará capacitada para agendar consultas e exames, regular internações, autorizar procedimentos e gerar relatórios estatísticos, além de ter a capacidade de detectar a demanda reprimida e gerar relatórios de lista de espera nas especialidades clínicas.

Telemedicina

A Secretaria Municipal de Saúde iniciou os serviços de telemedicina implantando do Posto Macedônia, localizado no Bairro Restinga, os exames de ecografia cujas imagens são analisadas pelos médicos no HMIPV. A meta, agora, é implantar estes serviços nas Centrais de Especialidades Médicas em cada uma das 8 distritais sanitárias da capital. Para sua implantação formou-se uma parceria entre a Procempa, a SMS, o CETA/SENAI e a UFRGS.

SERVIÇO DE TELEMEDICINA NA REDE SUS

Implantado na Unidade Básica de Saúde Macedônia, na Restinga, o exame de ecografia para gestantes é um inovador serviço prestado pela rede de saúde municipal. A coleta da imagem é realizada no Posto Médico Macedônia e as imagens do exame são analisadas em tempo real pelos médicos do HMIPV, que interagem durante os procedimentos. Identificou-se uma redução de 120 para 40 dias na espera das gestantes para a realização da ecografia. Outro dado também importante é o índice de absenteísmo nos exames baseados em imagem realizados na capital: de 30 para 12% com a utilização da telemedicina.

A atenção psicossocial

Como era

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPs) são serviços de atenção diária focados na humanização do atendimento e ressocialização do paciente com transtornos psíquicos. Esses locais oferecem desde cuidados clínicos até atividades de reinserção social do paciente, por meio do acesso ao trabalho, lazer, direitos civis e o fortalecimento dos laços familiares e sociais. As equipes dos Caps é composta de psiquiatras, psicólogos, terapeutas ocupacionais, educadores físicos, assistentes sociais, enfermeiras, auxiliares de enfermagem e oficineiros. Até o início de 2005, existiam seis Caps em Porto Alegre.

Como ficou

Em 2005 foi implantado o CAPS para adulto pelo Grupo Hospitalar Conceição e em 2008 está em fase de implantação o CAPSad (álcool e drogas) da Vila Cruzeiro. Além dessas unidades, a SMS entregou, no dia 9 de agosto, o novo prédio do CAPS infância Vila Jardim e busca, atualmente, com a Ulbra, a implantação, ainda neste ano, de mais três unidades de tratamento mental.

Porque a mudança não pode parar

O Conselho Municipal de Saúde está analisando a criação de três novos CAPs para usuários de álcool e drogas (CAPSad) e um novo pronto-atendimento psiquiátrico em Porto Alegre. A ampliação do serviço é resultado de uma parceria com o Hospital Mãe de Deus e consistirá na implantação de CAPS no Centro de Saúde

IAPI – dotado de uma emergência psiquiátrica com 15 leitos -, no Centro de Saúde Santa Marta e na Vila Nova. *Os três* CAPS, juntos, terão capacidade de realizar cerca de 3,6 mil atendimentos/mês, entre dependentes químicos e familiares. A SMS também está firmando contrato com a Ulbra para a implantação de mais três CAPS: dois na Restinga (adulto e infantil) e um no bairro Navegantes (adulto).

A prevenção da violência e a construção de um ambiente de cooperação

Como era

As administrações do PT entendiam que a segurança pública era um “abraço do afogado” pelo tamanho do problema que ela representava e pelo fato das contas municipais estarem combalidas e sem nenhuma possibilidade de ampliar os gastos públicos. Por isso deixou que a responsabilidade pela segurança pública ficasse ao encargo unicamente do governo estadual e nem sequer buscou articular a guarda municipal com as demais forças de combate à violência e ao crime; A Guarda Municipal fazia apenas a vigilância patrimonial.

No final de 2004, a frota de veículos da guarda municipal estava conforme a tabela abaixo:

Estado	Carros	Motos
Em uso	6	2
Manutenção	13	3
Total	19	5

Como ficou

Nosso entendimento sempre foi o de que quando a população se acha insegura a Prefeitura Municipal tem que assumir, por meio da guarda municipal, mesmo que ela extrapole suas funções originárias de proteção dos próprios municipais, a colaboração com os organismos de segurança e, a medida do possível, prestar serviços de prevenção e de polícia comunitária.

As principais linhas seguidas pela política de segurança pública implantada desde o início da administração Fogaça foram:

- Melhorar as condições de segurança nos espaços públicos municipais, principalmente parques, praças e jardins, com a ampliação da iluminação pública e a presença física da guarda municipal durante o dia;

Ano	2004	2008
Postos atendidos pela guarda	314	423
Postos atendidos por alarme eletrônico	211	226

- Usar tecnologias voltadas à inibição dos delitos difusos muito presentes no meio urbano e que estimulam a violência e o cometimento de delitos maiores;
- Desenvolver programas de prevenção primária voltados para as crianças, adolescentes e jovens, tais como o acesso a atividades esportivas, culturais, de lazer e de qualificação profissional;
- Integrar as ações da guarda municipal com os demais órgãos policiais e promover parcerias com outros órgãos públicos ou privados que possam ou queiram colaborar com o combate à violência e ao crime, originando uma rede de cooperação;
- Fazer a guarda municipal atuar progressivamente e de forma complementar às ações da Polícia Civil e da Brigada Militar, por meio do policiamento preventivo e comunitário;
- Reequipar a Guarda Municipal, sendo que até o final do ano ela disporá de 38 novos carros e 12 motocicletas.

A Governança Solidária Local precisa da Vizinhança Segura. O trabalho de prevenção à violência e ao crime é necessário na construção de uma comunidade cooperativa, capaz de implantar iniciativas de Governança Solidária Local. A solidariedade entre pessoas não pode prescindir de um ambiente de expectativas positivas, de ordem pública e de respeito aos direitos individuais.

Na Vila Nova a Guarda Municipal, a Brigada Militar e a Polícia Civil estão trabalhando de forma integrada e ocupam um mesmo imóvel para melhor responder às necessidades da população local. É o governo e a comunidade trabalhando juntos e de forma certa.

Desta forma e em consonância com as diretrizes acima arroladas a gestão do prefeito Fogaça promoveu as seguintes mudanças no âmbito das ações em segurança pública:

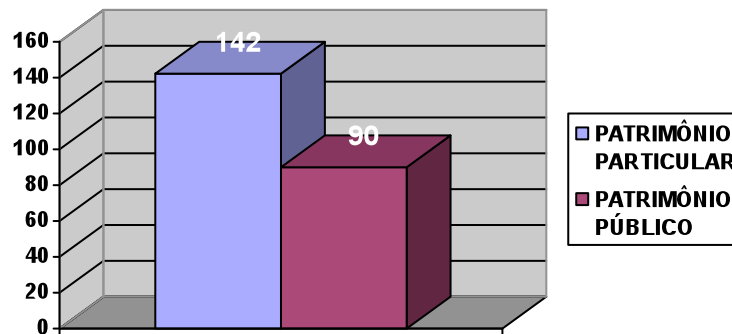
- Formação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Segurança Urbana através do convênio de Cooperação Federativa do Ministério da Justiça, que será responsável pela articulação entre representantes da sociedade civil e as diferentes forças de segurança – polícias civil e militar, Corpo de Bombeiros, Conselhos tutelares, guarda municipal e secretarias de segurança pública municipal e estadual;

- Criação do Disque-Pichação, que funciona 24 horas recebendo denúncias de vandalismo pelo telefone 153 e que já possibilitou 161 prisões em flagrante;

Dados sobre o Disque-Pichação JAN 2008 - AGO 2008(08/08)

DENÚNCIAS

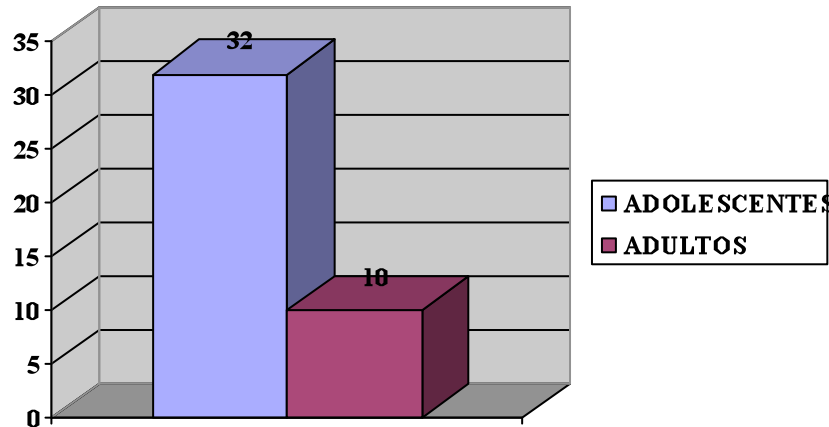
TIPO	NÚMERO	PORCENTAGEM %
PATRIMÔNIO PARTICULAR	142	61,20
PATRIMÔNIO PÚBLICO	90	38,80
TOTAL	232	100



DETENÇÕES

ADOLESCENTES	
TIPO	N.º
PATRIMÔNIO PARTICULAR	26
PATRIMÔNIO PÚBLICO	06
ADULTOS	
TIPO	N.º
PATRIMÔNIO PARTICULAR	04
PATRIMÔNIO PÚBLICO	06
TOTAL	42

ADOLESCENTES	32	76,19%
ADULTOS	10	23,81%
TOTAL	42	100



- Transmissão, pela infovia da Procempa, das imagens de 30 câmeras de vigilância instaladas pela Brigada Militar (10) e Prefeitura Municipal (20) para o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública – CIOSP;

Videomonitoramento: um exemplo de integração

Através de convênio com o Governo do Estado o município de Porto Alegre assumiu a responsabilidade de transmissão das imagens captadas pelas câmeras de videomonitoramento da Brigada Militar, instaladas no Centro da cidade. A transmissão viabiliza-se através da Infovia do município até o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública – CIOSP, garantindo uma ação mais eficiente de segurança e caracterizando-se como uma ação inédita de governança no setor.

- Convênio entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal, teve como propósito a troca de informações; um canal único de rádio com a Brigada Militar e acesso aos dados do CIOSP incluindo, também, cursos de capacitação e aulas de tiro para a Guarda Municipal;
- Convênios de colaboração para a redução do vandalismo também foram firmados com a EPTC e a empresa Tele-Táxi Cidade Ltda.;

- 60 praças passaram a contar com a presença da guarda, 12 horas por dia, sendo que nos 4 maiores parques da cidade (Farroupilha, Chico Mendes, Germânia e Parcão) a melhoria da sensação de segurança é manifestada pelos seus frequentadores, pois eles passaram a contar com um policiamento motorizado fixo;
- Porto Alegre foi a segunda capital brasileira a fazer uso de arma de fogo pela sua Guarda Municipal, que proporcionou maior segurança aos seus integrantes e permitiu ampliar sua prestação de serviços à comunidade, atendendo ocorrências principalmente de assalto e agressões em parques da cidade;
- A Guarda Municipal armada faz, hoje, 400 rondas diárias e atende, a cada dia, 852 pedidos de averiguações;
- A criação da Academia da Guarda Municipal e de um Centro de Formação e Treinamento em um mesmo prédio, primeiro imóvel próprio da Guarda Municipal, foi reformado pelos próprios guardas municipais e contou com a parceria da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP;
- Hoje, na operacionalização, são 39 veículos em perfeito estado e 13 motos.

Vigilância comunitária é um exemplo de Governança Solidária Local

Para melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento nos bairros Floresta, Higienópolis, São João, São Geraldo, Navegantes e Humaitá, foi assinado um Pacto de Governança entre prefeitura, organizações não-governamentais, empresários e moradores da região. Com o acordo, uma série de ações será promovida em parceria pela prefeitura e quase 30 empresas, instituições e entidades locais. Entre as prioridades definidas pela população local está a reurbanização e a vigilância comunitária da chamada Quadra 2000 (na Avenida Cristovão Colombo, entre as ruas Bordini e Dr. Timóteo). Também está pactuada a Campanha Xô Pichação, com estímulo à revitalização das pinturas das fachadas dos prédios da avenida.

Porque a mudança não pode parar

Primeiramente, é necessário reafirmar que a ação da Guarda Municipal sempre será subsidiária às responsabilidades constitucionais da União e do Governo Estadual. Como podemos verificar foram várias as iniciativas adotadas pelo governo Fogaça. Muitas delas para prover os meios que a Brigada Militar não dispõe pela falta de recursos do Tesouro Estadual.

Continuamos a defender a participação da Guarda Municipal como responsável pela defesa do patrimônio público municipal e como força colaborativa no combate à violência e a criminalidade por meio de ações de prevenção. Mas sabemos que a prevenção na área da segurança pública só é eficiente se dispormos de

informações e dados fidedignos, gestão participativa e que envolva amplos setores da sociedade e articulação intersetorial.

Para tanto, nossa proposta de continuidade e avanço nas políticas públicas municipais de segurança é:

- Constituir uma **central de monitoramento** própria da Guarda Municipal, interligada ao CIOSP, que permitirá a obtenção das informações necessárias ao diagnóstico nas regiões mais violentas da cidade;
- Para estas áreas elaborar um **Plano de Segurança** com a participação dos órgãos técnicos e da comunidade, por meio dos **Fóruns Regionais de Segurança Pública**;
- Promover a integração das iniciativas na área da segurança pública entre as prefeituras da Região Metropolitana de Porto Alegre, pois delinquentes e criminosos agem em municípios diversos de onde eles residem e as cidades da Região têm problemas parecidos de segurança pública;
- Ampliar o programa **Vizinhança Segura** para as regiões mais críticas da cidade, tais como Centro, Restinga, Vila Bom Jesus, Rubem Berta e outras que se caracterizarem como violentas, por meio do incremento do patrulhamento e da formação de **Comitês Locais de Segurança Pública**;
- Fortalecer as **parcerias** com a União, Governo Estadual e setores da população interessados em cooperar para a redução da violência e da criminalidade;
- Como estratégia de enfrentamento e prevenção à violência envolvendo crianças e adolescentes, vamos incentivar **práticas restaurativas**, numa atuação integrada com as políticas de Segurança Pública, Assistência Social, Educação e Saúde, pois esta prática de reparar o dano causado pela transgressão por meio de um processo cooperativo, que envolve todas as partes interessadas na determinação da melhor solução reparadora, deve ser incentivada dentro de uma estratégia de colaboração público-privada de combate à violência.

A inclusão digital

Com o objetivo de promover inclusão digital de pessoas sem acesso às novas tecnologias da informação, a Prefeitura de Porto Alegre, instalou até agora um total de 38 Telecentros, em parceria com a comunidade e com apoio de empresas privadas. Cada Telecentro possui de 10 a 12 microcomputadores, em média.

Como era

Apenas 17 Telecentros possuíam convênio legalizado. Estavam equipados com computadores que já se encontravam completamente obsoletos.

Como ficou

Todos os 38 Telecentros de Porto Alegre estão legalizados através de convênio assinado entre as partes. Foram adquiridos mais de 400 novos computadores para

reequipar os Telecentros, onde R\$ 500 mil são oriundos do Ministério da Ciência e Tecnologia e R\$ 100 mil, contrapartida do município.

Porque a mudança não pode parar

Nos próximos quatro anos, a futura administração do prefeito Fogaça terá como meta implantar 22 novos Telecentros nas áreas mais pobres da cidade.

O Aumento de vagas no ensino fundamental

Como era

O número de matrículas do ensino fundamental era mascarado, porque incluía grande quantidade de alunos em situação de evasão que constavam das listas de chamada. Isso resultava numa contabilização a maior, distorcendo a verdadeira informação e implicando o recebimento indevido dos recursos do Fundef, em prejuízo dos demais participantes do Fundo. Isso ocorreu durante cinco anos, em desacordo com um Parecer do Conselho Estadual de Educação, de 2001, que determinava a exclusão desses alunos.

Como ficou

Em 2006, mediante um trabalho conjunto com a Secretaria Estadual da Educação, Ministério Público e Conselho Tutelar, a SMED excluiu os referidos alunos. A partir desse ano, esses alunos foram excluídos das estatísticas, que passaram a ser representativas da realidade. Desta forma, ocorreu um aumento de 5.945 matrículas entre 2.004 e 2.008, 11,6%, conforme demonstrado na Tabela seguinte.

Matrículas do ensino fundamental, 2004 e 2008

ANOS	TOTAL DE MATRÍCULAS	ABANDONOS	TOTAL DE ALUNOS REGULARES
2004	57.434	6.173	51.261
2008	57.206		57.206
VARIAÇÃO			5.945
VARIAÇÃO %			11,60%

Fonte: SMED (2008, dado preliminar)

Nota: A partir de 2006 os abandonos deixaram de constar das estatísticas, que passaram a ser reais.

Para dar atendimento aos locais mais demandados estão sendo construídas duas escolas (Rincão e Morada da Hípica), que gerarão mais 1.800 vagas e representam um investimento superior a R\$ 4 milhões. Também está em projeto uma escola para surdos, cujo local de funcionamento provisório foi objeto de reforma no atual governo.

Porque a mudança não poder parar

O atendimento da demanda educacional é fator preponderante para o futuro de nossa sociedade, preparando o indivíduo para o mundo do trabalho e para a prática da cidadania, além de seu desenvolvimento cultural.

Por outro lado, esse atendimento deve ser real, refletindo informações verdadeiras, para não mascararem as situações, como ocorria anteriormente a 2004.

O objetivo do próximo governo do prefeito Fogaça é o aumento de vagas mais próximas das residências dos alunos que hoje recebem vales transporte, mediante a construção de cinco novas escolas, possibilitando um deslocamento dos alunos próximo de um quilômetro, garantindo a qualidade do atendimento e a universalização do ensino fundamental, isto é , governando para quem mais precisa.

Com isso, serão criadas 3.000 vagas no ensino infantil e 6.000 no ensino fundamental. Os recursos a serem aplicados nestes investimentos serão de R\$ 19 milhões. Foi identificada a necessidade de uma nova escola para portadores de deficiência auditiva, cujo investimento está estimado em R\$ 2,5 milhões.

As escolas de ensino fundamental a serem construídas serão: ***Vila Dique/Porto Seco, Cataventos/Mário Quintana, Loteamento do Bosque, Quinta do Portal, Altos da Embratel.***

Também é meta a reconstrução da Escola Nossa Senhora do Carmo, a construção do Centro Municipal de Educação do Trabalhador, além de várias reformas em outras escolas.

Serão ampliadas, ainda, 1.400 vagas nos cursos diurnos de educação para jovens e adultos.

Educação em tempo integral

Como era

Nos 16 anos anteriores ao governo Fogaça não foram implantadas as escolas em tempo integral, principalmente por uma questão ideológica, por tratar-se de idéia de outro partido. Além disso, a proposta do período 1986-1988 era considerada assistencialista, mas no entanto o modelo adotado pelo atual Governo Federal, denominada "Mais Educação" é bem semelhante a ela. A possibilidade de duplicar as vagas no mesmo espaço também foi o argumento utilizado para a não adoção da escola em tempo integral.

Como ficou

No atual governo está sendo implantado, gradativamente, o turno integral devendo atingir, no final de 2008, 17 escolas, sendo que cinco delas fazem parte, também, do projeto do Governo Federal "Mais Educação".

O conceito adotado pelo atual governo de Cidade Escola - educação em tempo integral, onde as atividades do turno inverso podem ser realizadas na própria escola ou em outros locais do município, como centros sociais, teatros, museus, etc. - enfatiza a interação e a transversalização entre as ações da cidade e da escola, possibilitando ao aluno desenvolver 'identidade comunitária' no seu bairro, ao mesmo tempo em que é acolhido por variados espaços da cidade.

Pode oferecer o contraturno em local diferente do que é oferecido o turno, mas sempre sob orientação pedagógica, que é oferecida nos 56 núcleos criados para esse fim, espalhados pela cidade. As crianças nesse caso recebem quatro refeições diárias, sendo duas no turno e duas no turno contrário.

Porque essa mudança não pode parar

Como se sabe, é a educação o principal instrumento que dispõem as crianças, egressas das classes menos favorecidas, para ascenderem socialmente. Por isso, a necessidade de qualificarmos a educação para que ela possa ser promotora do conhecimento e da cidadania.

A segunda administração Fogaça tem como meta transformar as 94 escolas municipais em escolas de educação integral, buscando reforçar e maximizar o aproveitamento escolar; expandir ações, atividades e ambientes de aprendizagem.

Educação infantil

Como era

A Educação Infantil era atendida por 40 escolas de educação infantil (EMEI), sendo que destas 7 em jardins de praça. Grande parte dessas últimas tem mais de 30 anos, estando a mais nova com 16 anos. Não houve política de expansão na Rede de Ensino Municipal Infantil. No final do governo anterior existiam 133 creches, onde poucas e por critério não definido, recebiam "kit" alimentação.

Como ficou

O número de instituições infantis comunitárias conveniadas (creches) foi ampliado, devendo chegar, até o final deste ano, a 184, correspondendo a 51 novos conveniamentos.

O número de creches construídas no período 2.005-2.008 será de 38 unidades, sendo que 24 unidades já foram entregues e 14 estão em fase final de construção. No período 2001-2004 foram construídas apenas 3.

Atualmente, todas recebem um "kit" alimentação, por força de alteração de convênio em ação proposta pela Prefeitura.

O valor *per-capita* passou de R\$ 1.092,72, em 2004, para R\$ 1.829,83, em 2007, num aumento nominal de 67,5%, o que corresponde a 47% em termos reais, considerando-se o IPCA.

Com parcerias entre governo e comunidade, ampliamos e qualificamos o atendimento de crianças, permitindo que as mães tivessem condições de trabalhar.

Porque essa mudança não pode parar

Além das mudanças referidas, diversas outras ações terão andamento visando a melhoria dos serviços oferecidos às nossas crianças, tais como:

- Construção de nove escolas para o ensino infantil, uma por microrregião: Norte, Leste, Oeste, Nordeste, Noroeste, Sul, Sudeste, Sudoeste e Extremo Sul, com aumento de 3.000 vagas em locais mais próximos das residências dos alunos, num valor aproximado de R\$ 5,6 milhões.
- Inclusão das instituições de educação infantil comunitárias conveniadas no sistema de nutrição da SMED, com oferta de quatro refeições diárias, sem prejuízo do repasse "per-capita" já feito.
- Oferta gratuita dos serviços à comunidade, pelas entidades conveniadas, como contrapartida ao benefício referido no item anterior.
- Ampliação do atendimento em creche noturna, contemplando, inicialmente, uma unidade em cada uma das 17 microrregiões da cidade, para que as mães continuem estudando, com investimento de R\$ 1,26 milhões.

Ações da SMED mediante governança

a) Por meio de parceria feita com a Fundação FECI, do Sport Club Internacional, estão sendo atendidas 400 crianças, mediante o apoio em atividades no contraturno (turno inverso) nas escolas.

b) Da mesma forma, com o Projeto Instituto Ronaldinho, está sendo desenvolvido o Projeto Letras e Gols, no contraturno, em 13 escolas na região sul, promovendo a integração esportiva cultural, etc. Estão fazendo copa de tênis, foi feita uma de futebol.

c) Construção da Escola de Educação Infantil Comunitária Conveniada Timbaúva, Crescer com Lazer, numa ação de governança entre o Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística do Estado do Rio Grande do Sul, a Prefeitura e a comunidade, beneficiando 110 crianças.

Inclusão digital e educação para a ciência

Como era

No início do atual governo, todo o parque de computadores estava sucateado e os laboratórios de informática não funcionavam adequadamente. Não havia

profissionais especializados na área da inclusão digital para acompanhar o trabalho nas escolas.

Como ficou

No atual governo, foram investidos cerca de R\$ 10 milhões na compra de novos computadores e equipamentos de informática, na implementação de Internet banda larga e na inclusão da robótica nas escolas municipais.

Foi implantada Internet sem fio e redes de fibras óticas em 80 escolas municipais, que, além dos benefícios que trazem aos alunos, possibilitou a economia de 50% das despesas com telefones, com investimentos totais de R\$ 2,8 milhões.

A aquisição de mais de 2.500 novos computadores para as escolas, no valor de R\$ 4 milhões.

Implantação de laboratórios de robótica nas escolas, no valor de R\$ 1,5 milhão.

Porque a mudança não pode parar

Para dar continuidade ao que foi feito, serão realizadas e desenvolvidas obras e ações, entre elas:

- Construção do novo prédio do Centro Municipal de Educação do Trabalhador (CMET) e transformação do mesmo em um centro de educação tecnológica, com investimentos de R\$ 3 milhões.
- Transformação da Escola Porto Alegre em um centro profissional para jovens em situação de vulnerabilidade social, com investimentos de R\$ 1 (um) milhão.
- Ampliação da Escola de Desenvolvedores de Softwares, com abertura de novas turmas (uma por região do OP). Investimentos R\$ 2,8 milhões.
- Extensão da robótica para as escolas em todos os níveis e modalidades de ensino, como possibilidade de inclusão social, como ação complementar e transversal ao currículo, com investimentos no valor R\$ 2,5 milhões.

A primeira competição de robótica

A Fundação FIRST (For Inspiration and Recognition of Science and Technology) é uma organização norte-americana sem fins lucrativos, fundada em 1989 por Dean Kamen, reconhecido cientista norte-americano. Seu objetivo principal é despertar interesse e inspirar jovens estudantes de Ensino Médio pelo trabalho com a Ciência e a Tecnologia, desenvolvendo e viabilizando atividades que envolvam empresas, entidades, comunidades e escolas em torno deste objetivo. A prefeitura através da Procempa, Smed, Sme e Smov e a First trouxe para Porto Alegre uma das etapas do campeonato mundial de robótica, inscrevendo pela primeira vez escolas da rede municipal em um evento desta natureza.

As demandas do OP na educação

Como era

As obras, não só da SMED, como de todo o Município, eram aprovadas no OP, mas muitas delas não eram realizadas. O Governo atual, ao assumir encontrou 56 demandas por realizar, correspondendo há 5 anos.

Como ficou

Atendendo o compromisso de manter e respeitar o OP, entre 2005 e 2008, foram concluídas 122 obras, estando 101 em andamento, todas aprovadas pelo referido instrumento de participação popular.

Grande parte delas correspondente a demandas não atendidas de exercícios anteriores. Tais obras vão desde escolas completas, creches, gradis, acessibilidade, reforma de telhado, reformas de cozinhas e banheiros, construção de ginásio, além de quadras poliesportivas, entre outras.

Entre 2005 e 2007 foram investidos em obras, mediante repasse direto às escolas, R\$ 25 milhões, 82,6% superior aos três primeiros anos da gestão passada.

Estes recursos são gerenciados, em grande parte, pelos próprios conselhos escolares, como forma de promover a gestão descentralizada e democrática da educação, promovendo a autonomia de cada comunidade nas suas microrregiões.

Porque essa mudança não pode parar

O atual governo deve continuar para, através das demandas do OP e com a colaboração da governança local, executar as obras necessárias ao atendimento das demandas dos munícipes, previstas para todas as regiões da Capital, como creches e escolas, assim como as mais variadas reformas, necessárias à prestação de um serviço satisfatório às nossas crianças.

Hoje há 101 obras em andamento demandadas pelo OP.

Esportes para a inclusão social

Como era

O atual governo encontrou os prédios e os espaços esportivos deteriorados; não permitiam o desenvolvimento satisfatório para a prática dos esportes.

Como ficou

No atual governo, foi desenvolvida uma rede de iniciativas visando, principalmente, as crianças e os jovens. Como exemplos dessas atividades destacamos as seguintes:

Bonde de Cidadania: O programa em causa visa a mudar o comportamento dos beneficiados através do esporte, já que a clientela são crianças em situação de rua. São oferecidas diversas atividades esportivas, recreativas, lúdicas, culturais e de lazer. São feitos 200 atendimentos por mês, beneficiando 208 crianças e 92 entre jovens e adultos. Das crianças atendidas, 108 voltaram para casa e entre os jovens, este número foi de 24.

Programa em Cada Campo uma Escolinha: Em conjunto com a comunidade e as ligas esportivas, que trabalham voluntariamente com as escolinhas de futebol, cabendo a SME a supervisão e o fornecimento do material (bolas, fardamentos). Ao todo, são 70 escolinhas envolvendo 2.500 crianças.

Esporte dá Samba: Trata-se de uma escola de carnaval-mirim que tem por objetivo a participação de crianças e adolescentes, estimulando o gosto pela cultura carnavalesca. Através desse programa são levados a participar da abertura do carnaval de rua, em torno de 3.000 crianças, que freqüentam as atividades da prefeitura.

Lei de incentivo ao Esporte: Iniciativa do Poder Executivo Municipal, que concede incentivo fiscal a empresas que patrocinarem atletas e clubes, mediante um desconto no pagamento do ISSQN ou IPTU de 70% do valor despendido. Já foram aprovados pelo Conselho Municipal do Desporto – CMD 215 projetos, ampliando em R\$ 900 mil os investimentos anuais em esporte.

Campeonatos municipais: Foram promovidos e organizados campeonatos de diversos tipos de esportes, como futebol, voleibol, basquete, handebol, futsal e bocha, envolvendo mais de 10.000 atletas.

Social Futebol Clube: Atende a 1.600 crianças de famílias com carência econômica e contam, com ex-atletas da dupla GRENAL, como instrutores, com acompanhamento médico, psicológico e pedagógico, nas 14 unidades implantadas em campos de futebol da cidade.

Clinica Pública de Fisioterapia, mediante governança

Foi instalada no Ginásio Tesourinha, em parceria com o Hospital Mãe de Deus, que visa o atendimento de atletas amadores participantes dos diversos projetos da SME, em torno de 1.800 pessoas, sendo 80% da terceira idade.

Porque a mudança não poder parar

O governo atual deve permanecer para dar continuidade às diversas atividades desenvolvidas e para a ampliação de outras, como:

- Bonde da cidadania, que disponibilizará mais um ônibus, duplicando o número de crianças e adolescentes atendidos, que passará para 400, dando a elas novas oportunidades de reinserção social com a prática de esportes e lazer, e o convívio saudável com meninos e meninas da mesma faixa etária;
- Aumentar significativamente as vagas oferecidas nos espaços desportivos do Grêmio e Internacional, como contrapartida a implantação dos novos parques esportivos destes clubes;
- Propiciar que crianças assistam aos jogos da dupla Gre-nal, com recebimento de lanches, transporte de ida e volta, uniformes personalizados, desfilando antes dos jogos e nos intervalos, levando mensagem de paz aos estádios. Serão beneficiadas 60 crianças de cada vez.
- Dar prosseguimento às atividades da Comissão de Preparativos para 2014 onde participam a Federação Gaúcha de Futebol, Agert, Aceg, Sindilojas, representantes do setor hoteleiro, bares, restaurantes, agências de turismo, clubes esportivos e os governos das três esferas da administração pública. O objetivo dela é organizar os preparativos para a Copa do Mundo, em 2014, e preparar a cidade para atender à sua população e os visitantes que aqui acorrerão para assistir aos jogos, nos novos estádios do Grêmio e do Internacional.

Ampliação dos serviços de assistência social e da rede de proteção

Como era

A rede de atendimento aos programas de famílias, crianças e adolescentes era constituída por 09 Centros Regionais de Assistência Social aos quais estavam vinculados 14 Módulos de Assistência Social. Existia, também, uma rede de atendimento especializada formada por abrigos, albergues, 8 casas lares, um serviço de abordagem de crianças e adolescentes e outro, para adultos, no centro da cidade.

Como quase em todos os setores, era precária a situação física dos prédios e dos equipamentos.

Em 2004, funcionavam 08 casas lares atendendo 62 crianças.

A rede de abrigagem era composta por 3 abrigos próprios de grande porte (Ingá Brita, a Casa de Passagem e a Casa de Acolhimento) e não atendiam ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que está fazendo 18 anos.

Como ficou

✓ A primeira coisa que teve que ser feita foi preparar o terreno para começar a mudança, de verdade, no sistema de atendimento social. Construímos a nova sede administrativa da FASC, com isto a prefeitura passou a economizar R\$ 24.000,00 por mês.

✓ Foi construído o Centro Regional de Assistência Social Leste, no bairro Bom Jesus, que assiste a comunidade, formada por 12 bairros, e que por meio de seus 12 programas de atendimento alcançam mensalmente 6 mil pessoas.

✓ Também foi construído o Módulo de Assistência Social Moradas da Hípica, que passou a atender 12 bairros e 2.400 pessoas da região Sul.

No Centro de Atendimento da Região Glória foram construídas 3 salas multiuso para a comunidade ter acesso a Programas de geração de trabalho e renda, voltados para crianças, adolescentes e idosos, atendendo demanda do OP de 2004.

✓ O número de casas lares passou de 8 para 18, onde em cada uma delas são atendidas 8 crianças, que são cuidadas pela mãe social (hoje são atendidas 144 crianças). Mensalmente, a FASC repassa R\$ 7.200,00 para a manutenção de cada uma das casas. As casas lares, assim como os novos abrigos residenciais, são prioridades da atual gestão para fins de acolhimento e proteção. As Casas Lares funcionam como uma família substituta, capaz de prover condições para o desenvolvimento dos acolhidos, crianças e adolescentes em situação de destituição do pátrio poder ou rompimento de vínculos familiares.

✓ A rede de entidades conveniadas foi ampliada de 394 convênios, no início de 2005, para 517 atuais, passando de 17.552 atendimentos para os atuais 23.032 atendimentos. Por meio destes convênios são proporcionadas atividades lúdicas, culturais e educativas voltadas às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social. A rede também assiste aos PCDs (Pessoa com Deficiência) em habilitação e reabilitação. Aos idosos são proporcionados grupos de convivência.

✓ Os abrigos estão passando por um reordenamento. Recentemente foram abertos seis abrigos residenciais de pequeno porte e duas casas de passagem, sendo mantidos, ainda, a Casa de Passagem e a Casa de Acolhimento, totalizando 10 casas.

Porque a mudança não pode parar

✓ Na ampliação da rede física de atendimento estão garantidos recursos do BNDES, cerca de R\$ 400 mil, para a construção do Centro de Referência para a região Centro, que passará a atender os serviços de assistência social para crianças, adolescentes e população adulta em situação de rua.

✓ Os abrigos estão passando por um reordenamento para atender o Estatuto da Criança e do Adolescente. O Ingá Brita será transformado em um abrigo para

mulheres com crianças. Implantaremos mais 8 novos abrigos residenciais para até 12 crianças ou adolescentes em cada um, em casas adequadas, com atendimento especializado de psicólogas, assistentes sociais, pedagogos, técnicos em enfermagem e monitores. Porto Alegre contará, então, com 21 abrigos residenciais e duas casas especiais, num total de 23, que atenderão crianças e adolescentes que estão em risco pessoal, vítimas da violência e altamente negligenciadas pela família. A proposta destes abrigos é de que as crianças e adolescentes permaneçam neles até que suas famílias possam acolhê-los.

✓ Uma iniciativa inovadora e que necessita ter continuidade é a integração das ações de assistência social na Região Metropolitana de Porto Alegre, para atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Para isso, está sendo constituída uma rede de informações, pesquisa, atendimento e, sobretudo, otimizando as intervenções municipais no sentido de garantir aos atendidos o retorno à escola e à família.

Lugar da criança e do adolescente é na família e na escola

Como era

Em 2004, Porto Alegre tinha, aproximadamente, 480 crianças e adolescentes em situação de rua, sendo que 150 deles não possuíam mais qualquer vínculo familiar e moravam na rua.

Como ficou

Para garantir a inclusão social das crianças e adolescentes em situação de rua é necessário que eles retornem às famílias e às escolas. Para tanto, a prefeitura lançou o programa **Ação Rua**, que consiste na atuação de 11 núcleos nas diferentes regiões do OP, por meio de convênios com entidades da sociedade civil (ONGs), onde atuam 80 técnicos na abordagem, encaminhamento e monitoramento das crianças e adolescentes que freqüentam ou moram nas ruas da capital. Podemos, agora, afirmar que todas as crianças e adolescentes em situação de rua em Porto Alegre são abordadas e monitoradas. A efetividade deste trabalho foi comprovada pela recente pesquisa promovida pela UFRGS, onde ficou constatada a diminuição de 40% das crianças e adolescentes em situação de rua – hoje são cerca de 90 - se comparada à pesquisa semelhante realizada no início de 2005.

O uso social da informática foi aplicado no Projeto Integrado de Atenção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco Social, que integra as ações de 7 municípios da Região Metropolitana (Alvorada, Cachoeirinha, Viamão, Porto Alegre, Canoas, Esteio e Gravataí). O sistema construído pela PROCEMPA compreende o cadastro de entidades e projetos, programas e serviços, bem como a inserção dos dados referentes às crianças e adolescentes e pode ser acessado via Internet. Os

municípios integrantes da Rede de Proteção são os mais próximos da capital, têm 2,5 milhões de habitantes, o que representa 60% da população da Região Metropolitana, e enfrentam o problema da migração de crianças e adolescentes para as ruas de Porto Alegre.

Os Conselhos Tutelares foram ampliados de 8 para 10, representando um acréscimo de 10 novos conselheiros. Os novos conselhos foram o da Zona Norte e da Lomba do Pinheiro, duas regiões com graves problemas de inclusão social. Todos foram reaparelhados e os conselheiros capacitados para melhor atenderem suas atribuições de assegurar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Porque a mudança não pode parar

✓ O projeto Ação Rua será mantido pelos resultados já alcançados e para que as ações de encaminhamento das crianças e adolescentes em situação de rua alcancem seus objetivos de reintegrá-los às suas famílias e à escola.

O Sistema Único de Assistência Social

Pela sua importância destacamos as iniciativas da Prefeitura de Porto Alegre para a implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. A proposta prevê a criação de 39 centros na rede de proteção básica, denominados Cras, e seis centros de proteção especializada, Creas.

A proposta do SUAS já foi apresentada ao Fórum de Entidades e ao Fórum de delegados da temática no Orçamento Participativo e está sendo analisada pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

O modelo do SUAS é semelhante ao SUS e integra a política nacional, que prevê uma organização participativa e descentralizada. O atendimento básico da rede de assistência social será feito pelos Centros de Referência de Assistência Social - Cras. Pela proposta em discussão a capital terá 39 Cras até 2012, dos quais os sete primeiros serão implantados até o final do ano nas regiões Ilhas, Timbaúva, Centro-Sul, Partenon, Extremo-Sul, Bom Jesus e Cristal. Em 2009, serão implantados outros oito nas regiões Centro, Lomba do Pinheiro, Eixo Baltazar, Restinga, Glória, Norte, Farrapos e Noroeste. Mais nove Cras estão previstos para 2010, sete em 2011 e oito em 2012. Os Cras são responsáveis pelo atendimento básico e programas como o de atenção integral às famílias, inclusão produtiva, Pró-Jovem adolescente, convênios para os idosos e ações sócio-educativas para crianças e adolescentes.

O atendimento às populações em maior risco de vulnerabilidade social - como crianças e adolescentes em situação de rua, adultos moradores de rua, idosos em sistema asilar e pessoas com deficiência - será realizado nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - Creas, que além do atendimento básico

oferecerão as especialidades necessárias para a solução dos casos mais complexos. A proposta é de implantar seis Creas até 2012, dos quais quatro em 2008 (Centro, Glória, Lomba do Pinheiro e Leste), um em 2009 (Eixo-Baltazar) e um em 2010 (Sul). Os Creas são responsáveis por programas como Erradicação do Trabalho Infantil, Sentinela (combate ao abuso e exploração sexual infantil) e Ação Rua (atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua). Também é sua atribuição gerenciar os programas de benefícios como o Bolsa-Família.

A prefeitura municipal de Porto Alegre acredita que a integração de todas as esferas governamentais, que a criação da rede de proteção à criança e ao adolescente da Região Metropolitana, que a ação coordenada entre instituições públicas e privadas que atuam na área da assistência social é a forma certa de fazer as coisas.

O Direito a Moradia

Como era

Como a habitação não é uma política de competência municipal, a administração anterior debitava no Governo Federal a culpa pela realização de poucas casas.

O grau de inadimplência dos pagamentos ao DEMHAB era muito elevado. Apenas 15% estavam com seus pagamentos em dia e 85% estavam inadimplentes. Isso aponta para o espírito puramente assistencialista que presidia as políticas habitacionais da época.

Diversos empreendimentos estavam relegados pelo poder público, sem que ele pelo menos tivesse o controle de quem morava ou residia em seus loteamentos.

A rigidez do código de obras barrava a execução de diversos programas habitacionais destinados às camadas populares, através do Programa de Arrendamento Residencial - PAR.

Como ficou

A Resolução 460 e depois a 518, do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, possibilitou a construção de casas para a população de baixa renda de até três salários mínimos, pois quanto menor é a renda da família, maior é o subsídio que ela recebe. Mas para os recursos serem liberados é necessário que a prefeitura tenha os projetos elaborados e condições financeiras para bancar com as contrapartidas, que neste caso é a aquisição ou cedência do terreno ou a implantação da infra-estrutura do loteamento.

Com a recuperação financeira da prefeitura e a vontade de resolver o problema da falta de moradia, que é a maior demanda do Orçamento Participativo, a administração do governo Fogaça pôs a mão na massa.

Grande providência foi a **articulação** entre as partes interessadas. Prefeitura, agentes financeiros e futuros beneficiados trabalharam juntos. Um exemplo desta

articulação é do DEMHAB auxiliar as pessoas a se habilitarem ao financiamento da moradia da Caixa Econômica Federal – CEF, através do Programa de Arrendamento Residencial e Associativo de Crédito, mais de 5.000 famílias com renda de até cinco salários mínimos estão sendo beneficiadas com moradia digna. A prefeitura também preparou o terreno para a ampliação dos financiamentos em Porto Alegre mudando a legislação que aprovava os projetos habitacionais. Foi criado um grupo de trabalho, com a participação de todos os setores (prefeitura, empresas, representantes das comunidades) e as regras de aprovação dos projetos de habitação popular se ajustaram aos limites de financiamento.

É o caso do Programa de Arrendamento Residencial – PAR da CEF. Ele só aconteceu porque foi mudada a legislação, através da alteração do código de obras que permitiu adequação de custos dos empreendimentos aos valores do programa.

Outra iniciativa foi a de combater a inadimplência. Podemos citar o caso do Jardim Leopoldina na Baltazar de Oliveira Garcia, que possui 1.100 unidades habitacionais. Lá a inadimplência era de 92% e o DEMHAB nem mais sabia quem estava ou não morando. Junto com a comunidade negociamos com a CEF a redução das prestações e hoje a inadimplência está em 20%, as obras obtiveram o Habite-se e as propriedades foram registradas no cartório.

Podemos citar entre as principais realizações de seu governo as seguintes:

- A conclusão do Condomínio Princesa Isabel formado por 230 apartamentos e nove lojas para abrigar comerciantes. O condomínio conta ainda com Associação dos Moradores e creche. No total, a Prefeitura de Porto Alegre investiu R\$ 10,5 milhões de recursos próprios para a conclusão das obras.

- Foram entregues 277 casas térreas e sobrados, de dois quartos, com tamanho que variam de 42 a 44 metros quadrados, além de 11 unidades comerciais, no Loteamento Santa Teresinha (ex-Vila dos Papeleiros), que também conta com centro social, creche, praça, áreas verdes e sede para a associação dos moradores. Este loteamento faz parte do Programa Integrado Entrada da Cidade - PIEC;

- Do PIEC, foram também concluídas as obras do Loteamento Bela Vista, na Frederico Mentz, 813, contemplando 124 famílias das vilas Tio Zeca e Areia, e do Loteamento Dona Teodora, com 163 unidades habitacionais, de um a três dormitórios, para as famílias que ocupavam o leito da Av. Voluntários da Pátria;

- A construção de novas casas no Bairro Mario Quintana, beneficiou 107 famílias do Loteamento Timbaúva, por meio de contrato assinado entre os moradores e a Caixa Econômica Federal. Os recursos, que totalizam cerca de R\$ 1,2 milhão, são do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, da linha de financiamento Programa Carta de Crédito FGTS, que atende pessoas com renda familiar em torno de um salário mínimo;

- Loteamento da Av. Cristiano Kraemer, 1064, no Bairro Campo Novo, que foi construído por meio do Programa de Subsídio Habitacional - PSH, da CEF. As 141 moradias transformaram a vida de famílias de diversas áreas de Porto Alegre, entre elas, Beco do Zaffari, Mário Totta e Chácara Sperb;

- Foram construídas 91 unidades habitacionais na quadra B, da 5ª unidade da Restinga. Obras realizadas por meio do PSH, cujo investimento atingiu R\$ 600 mil.

Ao todo, serão entregues mais de 6.200 unidades até o final de 2008, sendo 1.400 casas emergenciais.

Vejamos os recursos que foram aplicados, em habitação, pelas duas administrações:

Origem dos recursos	Obras concluídas (2005-2008)	Obras Concluídas (2001-2004)
BID	10.063.475,23	9.737.306,53
FONPLATA	6.195.464,38	1.887.309,97
HBB	14.001.335,23	8.484.561,15
Min. Cidades	61.591,99	
PRÓ-MORADIA	285.861,63	9.629.867,70
PIMES/SEHAB	2.541.563,86	9.953.404,46
PMPA	15.875.659,19	9.407.195,41
PMPA (Cooperativas)	4.235.466,62	
PMPA/GOV. BASCO	1.060.169,24	
TOTAL	54.320.587,37	49.099.645,22

O número total de famílias beneficiadas (obras, unidades habitacionais, serviços e projetos) foi de 7.002, no período de 2005-2008.

Governança também na habitação. É o caso do reassentamento da vila Dab-Dab. A empresa Ferramentas Gerais estava prestes a implantar seu Centro de Distribuição fora de Porto Alegre, pois a área prevista para sua localização, foi decretada de utilidade pública para fins de reassentamento. Após uma negociação entre os moradores da vila e a empresa, intermediada pela prefeitura, a área foi desafetada e a empresa está construindo 104 casas, na av. Julio Castilhos de Azevedo, nº 200, que serão entregues em outubro deste ano.

A atual administração buscou a solução de problemas antigos da capital. Citamos, aqui, alguns projetos que saíram do total descaso ao efetivo encaminhamento da situação:

- REASSENTAMENTO DA VILA NAZARÉ: Através de financiamento e recursos próprios está previsto o investimento de R\$ 33 milhões, beneficiando 1200 famílias;
- REASSENTAMENTO DA VILA CHOCOLATÃO: Ponto crítico no coração da cidade, prevê o reassentamento dos moradores em local próprio para moradia. Benefício de 167 famílias;
- URBANIZAÇÃO VILA PROTÁSIO ALVES: Através de financiamento contraído pela PMPA, serão investidos R\$ 19 milhões (financiamento e recursos próprios) com o beneficiamento de 800 famílias;
- VILAS DIQUE E KEDY: Prevê o reassentamento de 1,4 mil famílias que hoje vivem em situação precária. No total, serão investidos R\$ 33 milhões em recursos federais, mais R\$ 15 milhões, como contrapartida da prefeitura. O Executivo municipal disponibilizará, ainda, a construção de escola, creche, posto de saúde, galpão de reciclagem e centro comunitário no local;
- PROGRAMA INTEGRADO SÓCIOAMBIENTAL: Programa que após longo ano de inatividade, tomou corpo. Prevê o benefício de 1680 famílias do Cristal através da construção de unidades habitacionais e de indenização por meio do Bônus-Moradia.

Porque a mudança não pode parar

✓ A transferência das famílias da **Vila Chocolate** agora poderá ocorrer e dar dignidade às pessoas que hoje lá estão morando. A definição do terreno, que antes apresentou problemas, foi resolvida. Foi adquirido na avenida Protásio Alves, 9099 uma área para assentar as 167 famílias dessa vila e o Estudo de Viabilidade Urbanística – EVU está aprovado. O passo inicial está sendo dado com a execução dos projetos e o posterior início da obra de infra-estrutura, que serão licitados através da junção de recursos do município e do Estado.

✓ **A continuação do Programa Integrado da Entrada da Cidade – PIEC** representará a entrega de mais 2.000 unidades até o ano de 2010;

✓ **Com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC** serão finalmente reassentadas as famílias das vilas Dique (1476 casas) e Nazaré (1200 casas), possibilitando a ampliação da pista do Aeroporto Salgada Filho, que permitirá a presença de aviões maiores e o transporte de mais cargas por via aérea.

✓ **No Programa Integrado Socioambiental – PISA** está previsto o reassentamento de 1680 famílias que ocupam as margens do arroio Cavahada em condições muito precárias de moradia. Quando da preparação do Programa junto ao BID nos deparamos com a promessa feita pela administração anterior de reassentar todas as famílias no Cristal a uma distância nunca superior a 1 km. Ao

verificarmos que isto era impossível de atender buscamos novas alternativas. A população afetada pelo PISA exigiu do prefeito Fogaça, em uma assembléia do OP, que todas as famílias que quisessem ficar no Cristal lá permanecessem. O prefeito se comprometeu e determinou que fosse encontrada uma alternativa que atendesse essa vontade dos moradores. Daí nasceu a idéia do bônus habitação, que permite aos moradores buscarem no mercado imobiliário casas no valor de até R\$ 40 mil para serem adquiridas e registradas no nome do morador, que não poderá vendê-la em um prazo de 10 anos. As famílias que manifestarem o desejo de permanecerem no Cristal serão reassentadas em conjuntos habitacionais a serem construídos, pelo DEMHAB, na região. O que deve ser mantido é o diálogo, respeito mútuo e compreensão com os interesses divergentes. Nem sempre a pressa leva a melhor solução. As primeiras mudanças já ocorreram e até o final deste ano serão 100 as famílias beneficiadas. Para o ano de 2009, está previsto o reassentamento de mais 450 famílias. Na futura administração, Fogaça e Fortunati, esta conquista da população e este compromisso do governo será mantido.

✓ **Operação consorciada.**

O Poder Executivo encaminhou a Câmara Municipal, Projeto de lei complementar que institui a Operação Urbana Consorciada, em Porto Alegre. A proposta introduz no PDDUA este instrumento de política urbana, institucionalizada pelo Estatuto da Cidade - Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

A Operação compreenderá intervenções urbanas coordenadas pelo Executivo Municipal em áreas específicas, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, visando a alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental na área atingida. Entre as finalidades das Operações Urbanas Consorciadas, estão a produção de Habitação de Interesse Social - HIS, a implantação de equipamentos urbanos e comunitários estratégicos para o desenvolvimento urbano e a dinamização de áreas visando a geração de empregos.

Uma vez aprovado o projeto, o Executivo Municipal fica autorizado ao chamamento público de interessados para apresentação de propostas de empreendimentos para os imóveis contidos no perímetro definido em lei específica. Ficará assegurada aos proprietários dos imóveis a opção de utilizar o regime urbanístico e as regras estabelecidas na respectiva lei, mediante contrapartidas e responsabilidades a serem ajustadas em Termo de Compromisso elaborado pelos órgãos municipais competentes. As contrapartidas poderão ser: financeira, integrada à conta vinculada a Operação Urbana Consorciada; em bens imóveis, situados dentro da Operação; em obras públicas vinculadas aos objetivos da Operação; e na forma de produção de HIS e oferta de lotes de preço compatível com a renda da Demanda Habitacional Prioritária. A proposta prevê, ainda, que cada Operação deverá ser regulada por lei específica que, precedida por Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança, deverá definir um Plano contendo no mínimo: área a ser atingida; programa básico de ocupação físico-ambiental da área; programa de atendimento econômico-social para a população diretamente afetada; finalidades específicas da

operação; contrapartidas a serem exigidas dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados. Esta é uma mudança que iniciou no governo Fogaça e deverá ser implantada na sua próxima administração.

✓ Estão em andamento e previstos, sob a coordenação do DEMHAB, diversas obras de infra-estrutura, urbanização, construção de unidades habitacionais com recursos próprios, por financiamento e em parceria com o Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal:

Fonte de recurso	Contratado (R\$)	Famílias beneficiadas
Ministério da Cidade	21.101.862,90	1.747
FONPLATA	9.844.391,83	190
PSH/CEF	2.174.572,78	260
PMPA	6.474.560,13	554
PMPA/COOP.	13.754.474,48	1.207
TOTAL (*)	53.444.964,62	3.958

(*) Do total de recursos contratado, foram executados até junho de 2008 – R\$ 23,6 milhões.

O cooperativismo habitacional

Como era

Para a administração anterior o cooperativismo habitacional era considerado como importante política habitacional **complementar**. Nos 16 anos da administração anterior foram aplicados apenas R\$ 340 mil em recursos próprios para as cooperativas habitacionais em Porto Alegre.

Como ficou

Na atual Administração a AÇÃO DE INCENTIVO AO COOPERATIVISMO, considera a mesma como POLÍTICA HABITACIONAL EMANCIPATÓRIA ESSENCIAL. Através da auto-gestão, as Cooperativas se organizam, compram suas terras, apresentam seus projetos e a Prefeitura trabalha pela aprovação dos seus projetos urbanísticos e complementares e, após submeterem-se ao Orçamento Participativo (Temática OCDUA – Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental), os recursos são liberados e as obras, através de licitação, são contratadas. Foram previstos R\$ 33 milhões de recursos próprios, no PPA para o período 2006 à 2009. Até este momento foram aplicados quase R\$

18 milhões, para obras de infra-estrutura (movimentação de terras, redes de abastecimento de água, rede cloacal, rede pluvial, pavimentação e energia elétrica). Estes recursos são financiados em até 20 anos, com juros de 3% ao ano, com prazo de carência de um ano após a conclusão das obras. Além das Cooperativas obterem a infra-estrutura elas, também, viabilizam a regularização fundiária. Esta AÇÃO DE GOVERNANÇA, gera co-responsabilidade, solidariedade e, sobretudo, moradia com muita participação e qualidade. Das 63 cooperativas habitacionais registradas na Prefeitura, 40 são oriundas de ocupação e foram constituídas entre 1991 e 1999, sem nunca terem recebido apoio do poder público. Somente a partir de 2006 passaram a ter apoio efetivo, com a destinação de recursos para suas obras. Foram beneficiadas, até o momento, 2.310 famílias, em 12 Cooperativas Habitacionais, na sua expressiva maioria de baixa renda.

Cooperativismo e Governança

O loteamento na av. Protásio Alves, da Cooperativa Habitacional do Município de Porto Alegre – COOHAMPA, recebeu da prefeitura investimentos na sua infra-estrutura e em troca cedeu ao município 200 lotes para reassentamento de famílias em situação irregular na região. Com a cooperação, mais famílias foram beneficiadas com terrenos regulares.

Porque a mudança não pode parar

- ✓ Para o próximo PPA vamos, novamente, prever recursos para a implantação da infra-estrutura em loteamentos cooperativados e irregulares;
- ✓ Melhoria no auxílio à organização e planejamento das comunidades a fim de que possam constituir-se, de forma correta, em Cooperativas Habitacionais.
- ✓ Busca de linhas de crédito, junto ao Ministério das Cidades, através da Caixa Federal, específicas para atendimento das demandas oriundas de cooperativas mais carentes.

A regularização fundiária

Como era

Grande parte dos loteamentos era entregue à população sem qualquer titulação e os moradores não contavam com a assistência legal de Órgão responsável pela regularização de seus imóveis. Isso promovia uma concorrência desleal com os loteadores regulares.

Após a comercialização dos terrenos, os loteadores inescrupulosos orientavam os adquirentes a irem ao OP solicitar as benfeitorias que ele não havia realizado. Ou seja, privatizava o lucro e socializava os prejuízos.

Como ficou

Criamos a **Gerência de Regularização**, Órgão, multisetorial, responsável pela agilização dos projetos de regularização de loteamentos. Ele é o responsável pelo enfrentamento jurídico dos loteamentos irregulares e como resultado desta ação, além da regularização dos títulos de propriedade, já conseguiu a condenação à cadeia de um loteador clandestino.

O governo enviou e a Câmara de Vereadores aprovou a Lei 570/2007 que permite ao DMAE a implantação de redes de água e de coleta de esgotos em loteamentos irregulares, desde que satisfeitos alguns condicionantes. Com esta iniciativa os moradores de loteamentos ainda sem infra-estrutura passam a ter redes apropriadas para água e esgoto, além de combater o desperdício da água e a inadimplência.

Também um grande esforço foi despendido, pelo DEMHAB, para a regularização de contratos, garantindo tranquilidade às comunidades, que passaram a contar com os documentos de seus imóveis.

São os casos dos Campos do Cristal, com 700 regularizações; Jardim Leopoldina, com 1.056; Vila Tronco, com 2.000 regularizações; e Mário Quintana, que contou com 270. No total, foram entregues 4.026 contratos de propriedades, beneficiando igual número de famílias.

Destaque especial para a regularização do Leopoldina, que por anos ficou relegado pelo poder público. Com a parceria da SMOV, o DEMHAB conseguiu o Habite-se para todos os moradores devidamente cadastrados e a renegociação da dívida do conjunto com a EMGEA, o que acarretou a diminuição substancial do saldo devedor, que passou a ser de R\$ 31.129.794,07, ao invés dos mais de R\$ 50 milhões anteriores.

Porque a mudança não pode parar

A questão fundiária é ainda um dos problemas mais sérios da cidade. A falta de uma política adequada de provimento de moradias, a falta de apoio às cooperativas habitacionais e a ação deletéria dos loteadores clandestinos levou a que Porto Alegre tenha mais de 300 loteamentos irregulares.

Para enfrentar esses problemas nosso compromisso é com a adoção das seguintes iniciativas:

- A flexibilização das exigências para os projetos urbanísticos de loteamentos de caráter social (famílias de baixa renda), sem que isto interfira na qualidade ambiental da cidade;
- Promover ações de usucapião coletivo, capaz de dar maior abrangência e agilidade aos processos de regularização fundiária;

- Ampliar os efeitos da Lei 570/2006, com a previsão orçamentária de R\$ 1,5 milhão ao ano para obras de redes de água e esgoto em loteamentos irregulares, que satisfaçam as exigências estabelecidas no corpo da lei.

A política cultural

Como era

No que diz respeito à cultura, havia boas realizações nas gestões anteriores. O Fumproarte, as oficinas na periferia e o Porto Alegre em Cena, eram exemplos disso. Mas a grave crise financeira vivida pela prefeitura a partir de 2.002 comprometeu a situação dos equipamentos culturais da cidade. Tivemos que interditar o Teatro de Câmera, o Museu Joaquim Felizardo e o Auditório Araújo Viana. Também o Centro Municipal de Cultura e a Usina do Gasômetro apresentavam deploráveis sinais de deterioração.

Por outro lado, nenhum livro havia sido adquirido pela Biblioteca Josué Guimarães desde meados da década de 1990 e o sistema de consulta era ainda manual. Além disso, de há muito não se criavam novos projetos culturais nas várias coordenações da SMC.

Como ficou

A política cultural da gestão Fogaça centrou-se em cinco tópicos:

- a) A cultura tendo um valor intrínseco recusa a sua ideologização ou a seu aparelhamento partidário, razão pela qual nos pautamos a favor da pluralidade e da liberdade artística e intelectual;
- b) Plena aceitação da diversidade cultural, pois esta traduz a história concreta dos indivíduos e das comunidades, seu imaginário e sua capacidade de construção simbólica;
- c) Defesa indiscriminada das várias e possíveis funções da cultura: a de lazer e entretenimento; a de inclusão social; a de edificação moral; e a de problematização da existência.
- d) Criação das condições objetivas para um sistema cultural permanente: incremento de incentivos financeiros; qualificação pedagógica de artistas e do público; reforma e ampliação dos equipamentos culturais; multiplicação de eventos e melhoria de acervos;
- e) Busca de parcerias para intensificar a produção, a circulação e a fruição de bens culturais.

Quanto a esse último tópico, realizamos parcerias com sindicatos da área artística, organizações comunitárias e de classe e com a iniciativa privada. Parcerias também foram promovidas para reformar e construir novos equipamentos culturais, como o Araújo Vianna e o Teatro Elis Regina. É o que se designa como Governança Solidária Local.

Vejamos o que de mais importante foi feito nas diversas áreas da cultura.

Em relação aos **espaços culturais** da cidade foram realizadas as seguintes obras:

- Construção de oito barracões no Porto Seco
- Reforma do Museu Joaquim Felizardo
- Reforma do Teatro de Câmera
- Pintura externa e reformas internas na Usina do Gasômetro
- Reforma do Memorial do Mercado Público

Em andamento, com previsão de conclusão ainda neste ano, estão as seguintes obras:

- Reforma do Centro Municipal de Cultura;
- Inauguração da Pinacoteca Rubem Berta na rua Duque de Caxias;
- Inauguração do Estúdio Público de Som , junto ao teatro de Câmera;
- Inauguração da Cinemateca Capitólio, em parceria com a Fundacine e o BNDES.

No total, foram investidos mais de R\$ 20 milhões em benfeitorias nas instalações culturais da cidade.

Com respeito aos **projetos especiais** podemos destacar:

- **Porto Alegre em Cena**, considerado hoje, pela imprensa, o melhor festival de teatro do Brasil, teve ampliado os dias e o número de espetáculos;
- **Festival de Inverno de Porto Alegre**, criado em 2006, com a apresentação de shows, filmes, cursos, seminários e palestras, com preços subsidiados ou gratuitos, durante a última semana de julho;
- **24 horas de Cultura**, criada em 2007, com apresentações ininterruptas de espetáculos musicais, teatrais, cinematográficos, literários, de dança e de memória cultural, durante a Semana de Porto Alegre;
- **Acorde Brasileiro**, em parceria com o SESC, que promove um grande painel, com debates e dezenas de shows de música regional brasileira;
- **Usina de Natal**, que montou a maior árvore de Natal do Rio Grande do Sul em parceria com o Grupo RBS e outras empresas;
- **Reveillon de Porto Alegre** que dobrou o público presente.

No que diz respeito à **descentralização da cultura**, foram as seguintes principais realizações:

- 92 oficinas de cultura nos bairros, em 2008;
- Criação do projeto Carnaval Comunitário, que já atingiu 7 regiões;
- Criação do Projeto Cinema nos Bairros, com média de 100 apresentações por ano;
- Apresentações de espetáculos do Porto Alegre em Cena em todas as 17 regiões
- Aumento de três para dez festas temáticas por ano.

No campo das artes, foram promovidos os seguintes eventos e iniciativas:

- Ampliação da verba anual do FUMPROARTE, de R\$ 1.200,000,00, aplicados em 2004, para R\$ 1.800.000,00, em 2008;
- Projeto Arrumando a Casa, que auxiliou grupos que possuem seus próprios locais de ensaio e apresentação;
- Mostra de Dança de Verão e criação do Grupo Experimental de Dança.
- Criação do Prêmio Açorianos de Artes Plásticas;
- Criação dos "Encontros na Arte do Paço";
- Videoarte, nos jardins do DMAE (exibição de nomes internacionais da arte contemporânea);
- Projetos multidisciplinares de exibição e discussão de artes visuais (cinema, vídeo e fotografia), com presença de nomes nacionais e internacionais;
- Compra de acervo para a Biblioteca Josué Guimarães e Ramal da Restinga;
- Ampliação significativa do apoio logístico e financeiro à Feira do Livro de Porto Alegre
- Criação da fototeca informatizada do Museu Joaquim Felizardo;
- Viva o centro a pé, que se constituem em caminhadas orientadas pelo Centro Histórico;
- Descida da Borges de Medeiros, com a participação de 100.000 carnavalescos a cada ano;
- Criação do projeto Vassourinha, realização de shows mensais com músicos populares;
- Criação do projeto Audições Comentadas, com a Banda Municipal;
- Lançamento do primeiro CD da Banda Municipal;
- Duplicação de vagas no Acampamento Farroupilha e obrigatoriedade de apresentação pelos participantes de um projeto cultural;
- Criação do festival Laçador do Canto Nativo.

Porque a mudança não pode parar

Uma das prioridades do futuro governo Fogaça será dar seqüência ao processo de **descentralização** da cultura. Está prevista a realização das seguintes ações de descentralização:

- **Domingão de verão.** Um domingo de verão com dezenas de espetáculos e shows por toda a orla;
- **Concerto de primavera.** Um grande concerto com atração nacional ou internacional para celebrar a primavera;
- **Espectáculos Comunitários Araújo Vianna.** Shows especiais, gratuitos, com grupos e atrações artísticas da cidade, uma vez por mês.

Em termos de **recuperação e ampliação dos espaços culturais** da cidade estão previstas as seguintes obras:

- Teatro Elis Regina na Usina do Gasômetro em parceria com o Grupo RBS;
- Auditório Araújo Vianna, com os recursos do Convênio de gestão compartilhada, com a OPUS;

- Reforma da Praça da Alfândega, como contrapartida municipal do projeto Monumenta;
- Criação de uma sala específica para música, no Shopping Total.

No campo das **artes**, estão previstas a realização das seguintes ações:

- Criação da Coordenação de Dança da SMC;
- Destinação da Casa dos Leõezinhos, na rua dos Andradas, para o Centro Social de Dança;
- Criação da Mostra de Teatro da Rua;
- Criação do Grupo Experimental de Teatro;
- Melhorias no espaço físico do Atelier Livre;
- Reativação do Salão de Artes Cidade de Porto Alegre.
- Festivais sistemáticos de cinema brasileiro e internacional, na sala de exibição da Cinemateca;
- Mostra de filmes "10 Anos da Sala P. F. Gastal";
- Carnaval Comunitário para as 17 regiões:
- Uma festa temática para cada região;
- Criação de 10 Casas de Leitura em bairros de periferia;
- Ampliação de acervos das bibliotecas;
- Prosseguimento às obras de construção do Sambódromo do Porto Seco;
- Reforma completa da Casa Godoy, jóia do estilo "art nouveau", em Porto Alegre e
- Estabelecimento de um fórum de música regional.

A cidade ambientalmente sustentável

Introdução

A construção de uma cidade ambientalmente sustentável depende, acima de tudo, de uma visão de como queremos que ela seja no futuro, e das diretrizes que nortearão o seu desenvolvimento e sua evolução. Em suma, é o planejamento o principal instrumento para garantir que, daqui a alguns anos, teremos uma cidade com a qualidade de vida garantida, sua economia dinâmica e socialmente humana.

Nosso grande desafio foi recompor a capacidade técnica de pensar o futuro de nossa cidade. Fizemos a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, amplamente discutida em todas as regiões de planejamento da cidade, em apreciação na Câmara.

No tocante ao tema da circulação e do transporte, está sendo debatido os Portais da Cidade, que tem como premissas a racionalização do transporte coletivo, a redução das emissões de poluentes e a integração entre vários modais. Também apresentamos o Plano Cicloviário, desejo antigo dos porto-alegrenses, que permite a ampliação do uso da bicicleta e colabora para a redução da poluição, para a prática esportiva e oferece alternativas de deslocamento de baixo custo.

Hoje, Porto Alegre apresenta a relação de 1 automóvel para cada 2,2 habitantes, o que torna necessário a abertura e ampliação das vias estruturantes da cidade.

O controle ambiental e a preservação das áreas legalmente protegidas são garantias de que no futuro Porto Alegre tenha preservado sua flora e fauna, seus recursos naturais e sua riqueza paisagística.

A recuperação de seus arroios, para que possam cumprir com suas funções de condutor das águas superficiais evitando inundações e prejuízos às comunidades do entorno, bem como a recuperação da balneabilidade do Lago Guaíba, são prioridades que estão saindo do papel com os financiamentos obtidos, pela prefeitura, no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal, aprovado pelo senado em 29/08/08 – PISA.

Com os investimentos previstos na implantação da infra-estrutura de coleta, transporte e tratamento dos esgotos sanitários, será possível projetar, para daqui a 20 anos, a universalização destes serviços.

Com os novos contratos de serviços de limpeza urbana, será possível manter a cidade limpa e aprazível.

Como podemos ver, a prefeitura de Porto Alegre mostra recuperação na sua capacidade de planejar, pois na metade do século passado foi referência para outras cidades brasileiras. Vamos continuar a construir a Porto Alegre que queremos.

A recuperação da capacidade de planejar

Como era

A cidade de Porto Alegre tem uma longa tradição em planejamento urbano, constituindo-se na primeira Capital do país a contar com um Plano Diretor. Em 1914, surgia a primeira tentativa de organizar o crescimento da cidade, com o arquiteto João Moreira Maciel propondo o "Plano Geral de Melhoramentos", um típico plano viário.

A segunda tentativa de planificar a cidade ocorreu, no período entre 1935/37, com estudos realizados por Edvaldo Pereira Paiva e Luiz Arthur Ubatuba de Farias. O trabalho, denominado "As Linhas Gerais do Plano Diretor - Contribuição ao Estudo de Urbanização de Porto Alegre", voltava-se, também, para as questões viárias. Em 1938, foi elaborado o chamado Plano Gladosch, que introduziu o zoneamento da cidade. Em 1959 a Capital passou a contar com seu primeiro Plano diretor, a Lei 2330, que fixou normas para as quatro funções urbanas: habitação, trabalho, lazer e circulação. Vinte anos depois, em 1979, era aprovado o chamado 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (1º PDDU) e introduziu o conceito de uso intensivo e extensivo, dividindo a zona urbana em setores denominados de Unidades Territoriais de Planejamento (UTPs), seguindo as tendências de uso e ocupação do solo. Vinte anos depois, o Plano foi atualizado pela Lei Complementar 434/99, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental - PDDUA. O PDDUA passou a tratar a cidade globalmente, criou as regiões de planejamento e alguns pontos serviram como base de estudo para o Estatuto da Cidade (2001).

Esta breve história serve para mostrar que a cidade de Porto Alegre teve, no passado, uma grande tradição de planejamento. Mas nos últimos anos perdeu esta capacidade de planejar. Ora, o planejamento urbano necessita de uma boa base técnica e de uma prática política adequada ao poder de mobilização da sociedade local. Nas gestões do PT a participação da população foi privilegiada, discutindo o orçamento, em detrimento da construção de uma visão de futuro para a cidade.

A falta de uma visão futura da cidade e a ausência de uma base técnica que a fundamente levou a população a ter uma visão acautelatória sobre as mudanças urbanísticas.

Como ficou

Para a retomada do planejamento foi preciso reaparelhar a Secretaria de Planejamento Municipal – SPM. O último levantamento aerofotogramétrico datava de 1989. A implantação de tecnologias de geoprocessamento e a criação de uma base de dados georeferenciada careciam da falta de um software que integrasse as informações de todas as secretarias. O parque de computadores da secretaria estava completamente desatualizado. Também não havia investimento na qualificação do quadro funcional.

Foram adquiridos 58 computadores para os departamentos da SPM, assim como realizados cursos externos de qualificação e aprimoramentos dentro da Escola de Gestão Pública, da PMPA.

Ainda são necessárias compras de softwares específicos para trabalhos em arquitetura e engenharia. Essas necessidades estão sendo levantadas por equipes internas.

Porque a mudança não pode parar

- Será formado o Centro de Geoprocessamento na SPM, onde todas as secretarias terão a sua disposição uma base única, com informações georeferenciadas, tornando as consultas rápidas e independentes, além da sua confiabilidade;
- Está em curso o novo aerolevanteamento (mapeamento digital da cidade) que possibilitará realizar um completo cadastramento de todas as edificações da cidade e que permitirá um melhor planejamento. O novo aerolevanteamento possibilitará:
- Atualizar a tecnologia da Administração Pública em Porto Alegre;
- Agilizar a comunicação entre as secretarias, criando um banco de dados único, diminuindo de maneira drástica o retrabalho (busca de mesmos dados, várias vezes, em diferentes secretarias) e os custos destes trabalhos;
- Ter conhecimento detalhado da realidade espacial da cidade, facilitando o trabalho de planejamento e fiscalização;
- Contribuir para elevar a arrecadação, sem o aumento de impostos, através da cobrança dos tributos, em locais sem fiscalização. Estima-se que 160.000 economias não constem ou estejam com informação incompleta no cadastro da PMPA.
- Agilização de processos, atraindo investidores e prestando melhores serviços à população.

A revitalização do Centro

Como era

O Centro de Porto Alegre caracterizava-se como uma área onde a interrupção do trânsito de veículos nas suas principais ruas e avenidas o tornaram praticamente inacessível. Com a concentração de escritórios, lojas e conjuntos comerciais ele ficava, no período da noite, quase sem movimento e propício a ocorrência de delitos. A insegurança contribuía para que mais moradores o abandonassem como local de moradia. Outro problema, era a presença de muitos vendedores ambulantes, que ocupavam suas ruas inibindo as atividades comerciais formais e dificultando, ainda, mais o trânsito de pessoas e veículos.

Como ficou

A construção do Centro Popular de Compras

Localizado na Praça Rui Barbosa, entre a Avenida Mauá e a Rua Voluntários da Pátria, o novo empreendimento irá abrigar 800 camelôs licenciados pela SMIC. É construído sobre uma plataforma de 10 mil metros quadrados em concreto sobre o terminal de ônibus na Praça Rui Barbosa e cruzará a Avenida Júlio de Castilhos por uma passarela totalmente coberta até Avenida Mauá.

Cada comerciante ocupa um box de quatro metros quadrados com pontos de luz, água, esgoto e telefone. O custo do aluguel será em torno R\$ 300. Com acesso às calçadas e interligado às ruas do entorno, o local terá lojas-âncoras, como restaurante popular, farmácia e agência bancária. O projeto prevê jardins, praça de alimentação, sanitários, acesso para deficientes, sistema de segurança por câmeras de vídeo e policiamento. Com custo estimado em R\$ 12 milhões, o empreendimento não conta com recursos públicos.

Mas o mais importante são as **pessoas**, pois o CPC está transformando trabalhadores informais em pequenos empreendedores.

A abertura de ruas para a circulação de veículos

Foi aberto o acesso da Dr. Flores para a Salgado Filho e o cruzamento da Demétrio Ribeiro com a Av. Borges de Medeiros.

Está concluída a reabertura da Avenida Borges de Medeiros, que recebe os coletivos que outrora ficavam em frente ao Mercado Público. Esta ação, além abreviar a circulação destes ônibus no Centro, liberou a fachada original do Mercado Público, compondo um belo cenário com a Praça Revolução Farroupilha, totalmente reformada.

✓ Os novos caminhos do Centro

O Caminho dos Antiquários transformou o espaço repleto de lojas de antigüidades em uma grande feira a céu aberto. A Rua Marechal Floriano é fechada (aos sábados,) entre a Fernando Machado e a Demétrio Ribeiro, e os antiquários expõem seus produtos na rua. O “Viva o Centro a Pé” é uma caminhada pelo centro da Capital, guiada por professores universitários e historiadores, aos principais pontos histórico-culturais da Região. Mais de 1.500 pessoas participaram, em 1 ano e meio, de caminhadas.

O “Caminho do Livro” tem como objetivo principal incentivar a leitura e fomentar o comércio livreiro. A Rua Riachuelo foi escolhida pela concentração de livrarias nas redondezas. Na feira, lojas de toda cidade participam, além de editoras, vendedores sem pontos comerciais, filiados à Câmara Rio-Grandense do Livro, e entidades colaboradoras. Além das bancas, ocorrem diversas atividades culturais, como contar histórias, sessões de autógrafos, shows musicais e teatro.

✓ **Outras iniciativas**

Fizeram parte do plano de melhoria daquele que é o bairro de todos os porto-alegrenses, a revitalização asfáltica de suas principais ruas e avenidas, a recuperação da Praça Conde de Porto Alegre e do prédio da antiga Confeitaria Rocco, a recuperação da escadaria 24 de Maio, a reforma do Mercado Público, a nova iluminação da Rua dos Andradas e a restauração de mais de 20 prédios históricos pelo projeto Monumenta, assim como a renovação da frota do transporte coletivo com a adoção de ônibus circulares.

Ainda, por meio de Acordo com o Ministério das Cidades, estamos elaborando o Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Porto Alegre que, quando concluído, indicará ações e instrumentos para transformar de maneira real e permanente a área central, garantindo o comprometimento desta e de todas as futuras gestões com a continuidade deste sonho porto-alegrense.

Porque a mudança não pode parar

✓ **Maior circulação de veículos na região**

Com a remoção dos vendedores ambulantes da Praça XV e de seu entorno, está prevista a liberação de vias à circulação de veículos. Ainda neste ano, há recursos previstos para obras de alargamento das calçadas da Rua Marechal Floriano Peixoto, ampliando o espaço para pedestres e os acessos às lojas, preparando o local para o trânsito de automóveis. Em frente à Praça XV, serão criadas pelo menos 35 vagas de estacionamento rotativo. A circulação deverá ser controlada pela restrição de espaço e pela instalação de equipamentos redutores de velocidade, como tachões e elevadas nos cruzamentos. A José Montauray será aberta aos carros e os veículos poderão ainda cruzar a Vigário José Ignácio, da Salgado Filho em direção à Mauá. Haverá mais alterações no quadrilátero formado pelas vias Dr. Flores, Salgado Filho, Borges de Medeiros e Voluntários da Pátria. O plano de circulação viária do Centro prevê, ainda, a abertura do trânsito na rua dos Andradas, no cruzamento com a rua General Câmara. A abertura da Montauray será controlada (aberta em horários pré-determinados). Estes projetos existem, mas nem todos possuem recursos assegurados.

✓ **Uma nova cara para o largo Glênio Peres**

O projeto de revitalização do Largo Glênio Peres vai implementar uma série de mudanças capazes de resgatar sua importância como patrimônio cultural e ambiental do Centro, além de alavancar o seu potencial econômico. O projeto prevê a colocação de deques no entorno do Mercado Público, com a instalação de mesas e guarda-sóis, cadeiras e floreiras. Prevê, também, a recuperação do Chalé da Praça XV. Seus frequentadores poderão também acessá-lo por automóvel pelas ruas José Montauray e Marechal Floriano, com a implantação de um estacionamento rotativo nesta última. Um antigo terminal de bonde voltará a ter esta função com a linha turística a ser implantada.

✓ Modernização da Estação Mercado da Trensurb & Revitalização Urbanística da Praça da Revolução Farroupilha.

A Praça Revolução Farroupilha está sendo totalmente reestruturada, com a valorização do espaço e a relação com o Cais do Porto. As obras, em andamento, na Estação Mercado, que é a mais movimentada do TRENSURB, por onde circulam cerca de 60 mil usuários, diariamente, prevêem a modernização de seus espaços externos e internos e sua adequação às exigências das normas de acessibilidade universal, além de pavimentação e iluminação. Prevê paredes de vidro, que possibilitarão uma visão do Lago Guaíba. A parceria com a Trensurb e uma empresa particular (Cia Zaffari) também viabilizou a colocação de um painel do artista Danúbio Gonçalves na Praça, retratando a saga farroupilha.

✓ A revitalização do Cais

Este é um assunto que está sendo conduzido pelo Governo do Estado, pois é ele o detentor da concessão de operação do porto. A Prefeitura tem participado ativamente da elaboração do projeto de revitalização, inclusive definindo as diretrizes do regime urbanístico que viabilizem a elaboração de um projeto. A prefeitura está de prontidão para analisar, debater e aprovar a proposta que se apresentar como técnica, econômica e ambientalmente viável.

✓ **Linha do bonde histórico**

Uma linha com os antigos bondes percorrerá o Centro Histórico e servirá como atração turística da capital. O itinerário iniciará no Largo Glênio Peres e seguirá pela rua Sete de Setembro indo até o terminal junto a praça Júlio Mesquita, retornando pela rua Salustiano até a rua dos Andradas e depois seguirá pelas ruas Vigário José Inácio e Otávio Rocha até ingressar na praça XV, junto ao antigo abrigo dos bondes. Um projeto para o futuro de Porto Alegre.

A revitalização de outras áreas da capital

O Quarto Distrito

Como era

O Quarto Distrito padecia e ainda padece dos seguintes problemas:

- Está praticamente isolado da malha viária da cidade;
- Sofre alagamentos constantes devido à falta de drenagem das águas da chuva;
- Ao longo dos anos esta região, por estar perto do Centro, construiu uma vocação para sediar empresas de logística; com o tempo e ações, como a criação do Porto Seco, estas acabaram deixando a região e seus terrenos e prédios não tiveram nova ocupação;
- A região foi objeto de várias ocupações irregulares.

Como ficou:

- Foi dado seguimento ao Programa Integrado Entrada da Cidade – PIEC que conta com financiamento do Fonplata, tendo sido entregues 1.724 unidades habitacionais e 5 km de vias pavimentadas;
- Está em construção o viaduto Leonel Brizola, que permitirá a ligação do Quarto Distrito com a IIIª Perimetral, que junto com a duplicação da Av. Dona Teodora melhorará em muito os seus acessos;
- A construção do Conduto Álvaro Chaves resolveu, em parte, o problema dos alagamentos na região, ao retirar da bacia a contribuição das partes mais altas dela.
- O Grupo de Trabalho Quarto Distrito, constituído desde janeiro de 2007 na SPM, tem o objetivo de estabelecer diretrizes e projetos para promover a Revitalização Urbana do 4º Distrito.

O Projeto de Revitalização do Quarto Distrito pertence ao Programa de Governo “Cidade Integrada” coordenado pela SMOV. Caracteriza-se pela qualificação ambiental do espaço urbano, identificação de oportunidades espaciais capazes de gerar respostas para projetar esta parte da Cidade a partir da peculiaridade de seus espaços, através de iniciativas governamentais ou não, envolvendo parcerias público–privada, conservação com diferentes atores, integração intersetorial e controle social.

Foi dada ênfase à Estruturação de uma Oficina com a coordenação do GT intersecretarias do Quarto Distrito e participação da comunidade e demais atores do local. Também está sendo desenvolvida a etapa de Prospecção de Áreas para Habitação, em parceria com DEMHAB e CAIXA (PAR).

Atualmente, fazem parte do GT intersecretarias: SPM, SMOV, SMAM, DEP, DMLU e EPTC.

Porque a mudança não pode parar

- Com as obras de recuperação, já realizadas, e os novos acessos em fase de conclusão os investidores privados da construção civil já começaram a lançar empreendimentos imobiliários residenciais, capazes de dar um perfil mais residencial à região;
- Está prevista a construção do novo estádio do Grêmio (Arena), que certamente trará ao seu entorno uma série de novas ocupações, com atividades de comércio e serviço para atender ao público que freqüentará os jogos que lá serão realizados e principalmente com vistas a realização de jogos pela Copa do Mundo de 2014;
- Com a duplicação da Av. Dona Teodora, será possível construir uma nova ligação da região com a BR-290, a “Free-Way”.

A Orla do Guaíba

Como era

A quase completa ausência, ainda hoje, de itens básicos de urbanização nos espaços existentes entre a cidade e o Lago Guaíba impede o seu uso mais intenso e, portanto, o desenvolvimento de atividades econômicas, culturais e de lazer que poderiam ali florescer. Ao longo dos anos esta importante e imponente área da cidade foi relegada a uma situação crônica de abandono, subutilização e degradação ambiental. Assim, o trecho da orla, que vai da Usina do Gasômetro até a Av. Guaíba, necessitava de um plano que desse funcionalidade e projetasse de forma ordenada sua ocupação.

Como ficou

Para reverter esta situação a prefeitura criou um Grupo Técnico que elaborou o "Relatório Orla", que pode ser acessado, pela Internet, a partir do "site" da Secretaria do Planejamento Municipal.

A conclusão de um diagnóstico geral dos espaços da orla de Porto Alegre permitiu a sua classificação em distintos setores, o estabelecimento de diretrizes gerais e específicas de uso e ocupação e, a título de exercício exploratório, a proposição de um conjunto articulado de intervenções urbanísticas voltadas para o aproveitamento das potencialidades paisagísticas, turísticas e econômicas, bem como de lazer e recreação, no trecho entre a Usina do Gasômetro e a foz do Arroio Dilúvio.

Mas a reversão do quadro de abandono da orla não se limita ao estabelecimento de dispositivos de regulamentação urbanística, mas exige do governo municipal, além de planos e projetos, posturas de maior ousadia na busca de parcerias com os demais setores da sociedade, de modelos de gestão urbana mais eficazes e estímulos ao desenvolvimento econômico da cidade, preservando o meio-ambiente e implantando equipamentos como a marina pública, pequenos espaços de convivência (cafés, livrarias, etc)

Porque a mudança não pode parar

A prefeitura ao longo do mandato do prefeito Fogaça não apenas definiu as diretrizes para a ocupação da orla como também buscou ativar parcerias com outros setores da cidade para viabilizar as vocações de uso identificadas no estudo. Estão sendo analisados e em alguns casos em fase de projeto e captação de recursos, os seguintes empreendimentos:

- O novo teatro da OSPA, que será implantado em uma área junto ao Parque Maurício Sirotsky Sobrinho (Harmonia, próxima a Usina do Gasômetro);

- O Caminho da Soberania, com a implantação de um conjunto de obras que servirão como memória dos feitos dos líderes gaúchos Getúlio Vargas, Jango e Brizola, projetados pelo arquiteto Oscar Niemayer;
 - O memorial Luiz Carlos Prestes, que se situará perto do Anfiteatro Por do Sol;
 - O novo projeto do Gigante da Beira-Rio, com um conjunto de construções que vão de hotéis, centro de medicina esportiva e uma marina, irão preparar o estádio e toda a região para os jogos da Copa de 2014;
 - A conclusão do BarraShoppingSul, cujas medidas compensatórias promoverão a duplicação da Av. Diário de Notícias e a implantação de um conjunto de rotatórias, irá melhorar a circulação de veículos nas confluências desta com as Avenidas Padre Cacique e Wenceslau Escobar;
 - A reurbanização da área junto ao Arroio Cavalhada, com recursos do PISA, permitirá a implantação de um parque linear ao longo do Arroio da Av. Cavalhada até a Av. Icaraí, e, no outro lado do Arroio, a construção de uma avenida ligando a IIIª perimetral com a Icaraí e Diário de Notícias; a implantação dos diques de proteção do Arroio Cavalhada, que evitarão os constantes alagamentos nas suas imediações; o reassentamento de 1.680 famílias, que vivem hoje em moradias extremamente precárias, e que passarão a morar em conjuntos habitacionais, dignos, construídos pelo DEMHAB; a implantação de uma ciclovia sobre os diques e a construção de um mirante do Lago Guaíba, junto a chaminé de equilíbrio do sistema de esgotamento sanitário _Ponta da Cadeia – Serraria;
 - A duplicação da Av. Edvaldo Pereira Paiva, objeto de uma emenda da Bancada gaúcha, e que prevê recursos na ordem de R\$ 17,5 milhões, deve ser viabilizada para permitir um melhor acesso a esta orla reurbanizada.
- Outros projetos estão em andamento, como a construção de uma Marina Pública, em fase de estudos, e o Pontal do Estaleiro, empreendimento particular para reocupar uma área privada da orla, abandonada.

A Zona Sul

Como era

O PPDUA procura respeitar e estimular as diferentes vocações de cada região da cidade. Assim eliminou o conceito de área rural, permitindo que a Prefeitura possa gerenciar todo o território municipal e introduziu a chamada cidade rururbana. A área é caracterizada pela presença de grande patrimônio natural, de empresas de produção de alimentos e criação de animais, de sítios de subsistência ou lazer, misturados a esparsas áreas de habitação popular. Nela existem, também, os núcleos de Belém Novo, Belém Velho e Lami, mais ocupados e com características de cidade intensiva. Dada a predominância de valores naturais a preservar, como os morros e a orla, seu uso deverá ser incentivado para o lazer, turismo ecológico e atividades primárias.

Apesar do PDDUA prever a necessidade de um Programa de Desenvolvimento Sustentável para esta região da capital, ainda não vinha se concretizando.

Como ficou

A administração do prefeito Fogaça criou um grupo de trabalho para a elaboração do Plano Estratégico para a Zona Sul. A conclusão dos trabalhos e apresentação do relatório está prevista para o final deste ano.

Porque a mudança não pode esperar

Com base no Plano Estratégico e na continuidade das ações que a prefeitura tem incentivado na região Sul nos propomos a:

- Implementar as ações previstas no Plano estratégico, com participação da sociedade local, o apoio da coordenação dos Fóruns Regionais de Planejamento e do Comitê de Governança Solidária Local;
- Incentivar o turismo local por meio do produto turístico “Caminhos Rurais de Porto Alegre”, que busca oferecer passeios e alternativas de lazer aos turistas e uma fonte adicional de renda aos seus moradores, uma vez que a procura por estes roteiros é crescente e mais de 21.000 visitantes já participaram deles;
- Promover a agricultura familiar com projetos de piscicultura e fruticultura, através da Divisão de Fomento Agropecuário da SMIC, tendo como finalidade a diversificação da produção e o aumento da rentabilidade da propriedade rural;
- Implantar a “Zona Sul” da SMAM, prevista como contrapartida às obras de saneamento que serão realizadas no PISA, para melhorar a fiscalização desta área que representa um significativo patrimônio ambiental da cidade.

A Lomba do Pinheiro

Como era

Esta região da cidade caracteriza-se pela sua fragilidade ambiental. A falta de um zoneamento ambiental que definisse as áreas que deveriam permanecer protegidas, as de moradia e de atividades econômicas, levou a que a ocupação da Lomba do Pinheiro se fizesse de forma desordenada e com precária infraestrutura, o que acabou por trazer impactos ambientais indesejados.

Como ficou:

A prefeitura deu continuidade ao projeto “Desenvolvimento Integrado da Lomba do Pinheiro” que elaborou as diretrizes gerais para aquela região. Este estudo foi coordenado pela SPM em parceria com o Grupo de Planejamento Local - GPL, que

reúne cerca de 30 representantes de entidades, igreja, escolas municipais e Orçamento Participativo, além de agentes de saúde e moradores locais. O Plano de Desenvolvimento foi estruturado segundo os componentes econômicos, sociais e ambientais e apontou várias iniciativas para se constituírem em projetos que transformarão a realidade dessa Região.

Como resultado, podemos, sinteticamente, apontar como principais necessidades, a implantação de áreas de lazer, a recuperação de áreas ambientalmente degradadas, a construção de espaços habitacionais estruturados e as iniciativas econômicas voltadas para pólos tecnológicos, uma vez que ali está localizado o Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada – Ceitec.

Porque a mudança não pode parar

Dos resultados obtidos com o planejamento participativo da “Lomba do Futuro” podemos destacar, como ações de implantação prioritária, as seguintes:

- O Parque Linear do Arroio Taquara que oferecerá à comunidade uma área verde pública com atividades de lazer alternativas, com ênfase na educação ambiental, como forma de assegurar a proteção dos bens naturais existentes no local;
- A proposta pioneira de reestruturar e controlar a ocupação da Lomba do Pinheiro, por meio de uma Operação Urbana Consorciada, cujo instrumento foi recentemente inserido no Estatuto da Cidade, definirá um regime urbanístico específico para as habitações de interesse social, bem como as contrapartidas e ações mitigadoras que os empreendedores terão que cumprir para realizarem seus investimentos na região e
- A criação do Comitê de Desenvolvimento Local, com a participação da comunidade e do Poder Público, que acompanhará a implantação dos empreendimentos que participarão das Operações Urbanas Consorciadas.

Revitalização de vias

Como era

Porto Alegre possui 2.600 km de vias, sendo que destas, 1.100 km são asfaltadas. A vida útil do pavimento asfáltico é de 10 a 15 anos. No entanto, as principais vias da cidade possuem, em média, mais de que 15 anos.

Por isso, verificamos rachaduras na camada asfáltica, que com o passar do tempo transformam-se em buracos.

Para recuperar esta quantidade, grande, de ruas e avenidas era necessária uma quantia relevante de recursos; como a prefeitura não tinha crédito para fazer novos financiamentos, o jeito foi fazer uma operação “tapa buracos”.

Como ficou.

Em 2007, com a recuperação financeira da prefeitura, foi possível implantarmos o programa *Revitalização de Vias*, que recuperou 37 vias da Capital, sendo que 25 no centro da Cidade, onde circulam, todos os dias, mais de 400 mil pessoas, perfazendo um total de 20 km, com investimentos na ordem de R\$ 6 milhões. Estamos, agora, na segunda fase do programa que irá recuperar, até o final deste ano, mais 40 km no valor de R\$ 15 milhões.

Governança no bairro Cavallhada

Enquanto a prefeitura recuperava a av. Vicente Monteggia, onde foram pavimentados cerca de 3 km, os moradores dos bicos da rua João Vedana se articularam e propuseram à prefeitura que eles entrariam com os recursos para a construção da rede de drenagem se ela pavimentasse as suas ruas. Graças a esta parceria que as ruas Dona Heloísa, do Luciano e Lastênia estão hoje asfaltadas. Um bom exemplo de como se pode por meio da cooperação ampliar os recursos da cidade.

Porque a mudança não pode parar

Com o equilíbrio financeiro da prefeitura, ela poderá com recursos próprios e por meio de empréstimos, dar continuidade ao programa "*Revitalização de Vias*", bem como substituir as pistas de rolamento dos corredores de ônibus por pavimento de concreto armado, mais adequado ao trânsito de veículos pesados.

Com recursos na ordem de R\$ 3 milhões será possível iniciar a recuperação do parque de máquinas da SMOV para a manutenção dos 500 km de vias não pavimentadas da Capital.

Pavimentação Comunitária

Como era

O programa de pavimentação comunitária estava, em 2005, com 153 obras atrasadas.

Como ficou

Foram executadas 77 obras atrasadas, o que representou um investimento de R\$ 20 milhões. Das 27 obras demandadas no período do governo atual, 18 estão em licitação, com valores projetados em R\$ 9 milhões. As nove restantes só não foram licitadas porque possuem problemas técnicos.

Porque a mudança não pode parar

A assembléia da temática de circulação, transporte e mobilidade urbana do OP, para o orçamento de 2009, priorizou a pavimentação de estradas, duplicação e alargamento de vias. As decisões do OP continuarão sendo respeitadas.

Obras viárias estruturantes

Como era

A terceira perimetral estava sendo construída e o pagamento das parcelas do empréstimo, junto ao BID, não tinham sido pagas por falta de verbas.

Como ficou

Estamos pagando o financiamento da Terceira Perimetral e com isto o BID retomou a negociação do Programa Integrado Socioambiental. Com a conclusão do viaduto Leonel Brizola esta importante via de ligação Norte-Sul estará finalmente concluída. Este viaduto, juntamente com a duplicação da Av. Dona Teodora e vias de acesso, que são obras do PIEC, financiadas pelo FONPLATA, custarão R\$ 30 milhões e servirão para ligar a III Perimetral ao bairro Humaitá e, posteriormente à Free-Way. Com isto a região do Humaitá e do Quarto Distrito, formado pelos bairros Navegantes, São João e São Geraldo, será revitalizada.

Porque a mudança não pode parar

As seguintes obras fazem parte do planejamento da segunda administração do prefeito Fogaça:

- Duplicação da av. Vicente Monteggia;
- Duplicação da Av. Edvaldo Pereira Paiva (Beira-Rio);
- Decuperação estrutural da elevatória da Conceição.

Serão, também, contratados os projetos para a duplicação das avenidas Edgar Pires de Castro, Oscar Pereira e Cel. Marcos, para negociações em busca de financiamento para a execução dos mesmos.

Iluminação pública

Como era

Porto Alegre tinha 80.500 pontos de iluminação pública e destes 60.000 tinham manutenção contratada com empresa privada. Existia o programa RELUZ, mas como a prefeitura tinha sucessivos déficits nas suas contas ela não podia acessar estes recursos.

Como ficou

Com o ajuste ocorrido nas contas da prefeitura, que deixou de gastar mais do que recebia, a STN liberou a contratação do RELUZ (um programa de eficiência energética do Governo Federal) e em maio de 2007, foi firmado um contrato com a ELETROBRÁS, no valor R\$ 25.634.620,00, sendo R\$ 6.408.655,00 de contrapartida do município, que permitirá a substituição de todos os pontos de iluminação pública da cidade. Isso proporcionará as seguintes vantagens: um ganho na iluminação de mais 40%; a padronização dos equipamentos de iluminação pública (de 800 itens passarão a 80 itens), que facilitará a sua manutenção e também uma economia de R\$ 500 mil por mês na conta paga à CEEE (cerca de um terço do que se paga atualmente), por conta das novas lâmpadas de vapor de sódio, em substituição as de vapor de mercúrio.

Por questões de segurança, executamos um programa de iluminação de praças e onde existiam postes de madeira foram substituídos por postes de metal e as lâmpadas, pelas de vapor metálico (a mesma utilizada em estádios de futebol). Foram beneficiadas 112 praças, com investimento de R\$ 1,3 milhão.

Porque a mudança não pode parar

Hoje contamos apenas com uma manutenção corretiva na rede de iluminação pública ou seja, só existe a manutenção após a luz apagar. Com a renovação de todo o parque de iluminação pública podemos partir para uma manutenção preventiva e corretiva, que garantirá uma iluminação permanente das vias públicas. A licitação desse serviço está em fase de elaboração do edital e até o final do ano a prefeitura estará em condições de contratá-los.

A qualidade na gestão dos transportes

Como era

Os agentes de transporte, estavam estigmatizados como meros agentes aplicadores de multas.

Os problemas de transporte eram tratados como se fossem locais e não se tinha uma visão sistêmica.

O atraso tecnológico na gerência do sistema de transportes e circulação da cidade de Porto Alegre era muito grande em relação a outras capitais. Como exemplo, podemos citar a bilhetagem eletrônica, que em 2005, estava implementada em 69% das cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes.

Como ficou

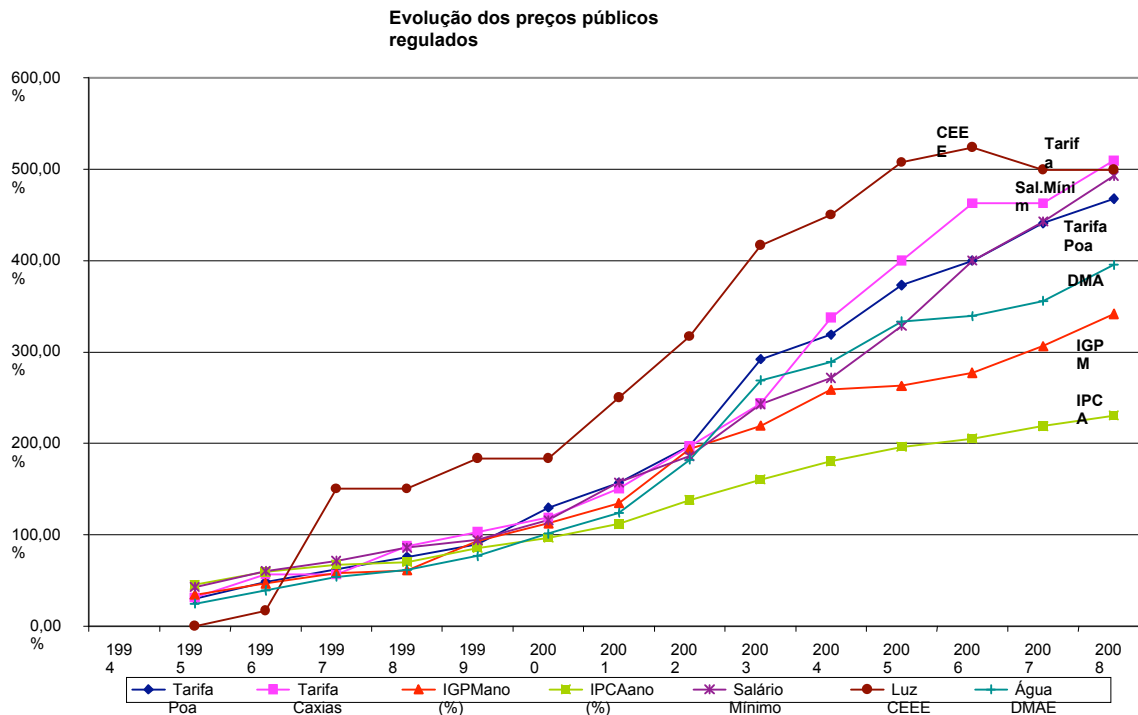
✓ Primeiramente foi realizado um trabalho de valorização do quadro de servidores da EPTC e de melhoria da sua auto-estima. Ao longo da atual gestão esta imagem

vem sendo melhorada e os agentes já não mais são vistos como meros aplicadores de multa.

✓ No tocante a tecnologia, para melhorar a gestão do transporte público, foi implantada a **bilhetagem eletrônica** com o lançamento do TRI. O projeto foi financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, através de um empréstimo de R\$ 20,6 milhões concedido à ATP. O planejamento envolveu uma parceria entre órgãos da prefeitura, como EPTC e Procempa, entidades representativas do setor do transporte coletivo de passageiros, entidades da sociedade civil, PUC-RS e uma empresa de consultoria. O passageiro que utilizar dois ônibus para seu deslocamento terá redução de 50% no valor da segunda passagem. A mudança irá beneficiar os trabalhadores que necessitam utilizar mais de um ônibus para chegar ao trabalho, que representa atualmente 20 % dos passageiros. Além de economia, o sistema irá possibilitar mais segurança, o fim do comércio ilegal de vale-transportes e a garantia da preservação do trabalho do cobrador. No futuro, a passagem integrada poderá servir para outros sistemas de transporte, como é o caso do Trensurb. Mas com o TRI o sistema de transporte de Porto Alegre é gerenciado "on-line", permitindo, por exemplo, que o número de ônibus seja alterado em função da procura pelas linhas.

✓ Quanto a Companhia CARRIS ela continuou a ser a melhor empresa pública de transporte de passageiros, mantendo a sua certificação ISO 9.001/2.000 e ganhando, neste ano, o prêmio Troféu Prata do PGQP. Na atual gestão, foram adquiridos 168 novos ônibus no valor de R\$ 51.500.000,00, com recursos próprios ou financiados diretamente junto ao sistema bancário nacional. Doze ônibus para atender o incremento da demanda nas linhas circulares do centro da cidade, além de ostentarem, externamente, fotos de pontos turísticos da cidade, possuem telefone e televisão, sendo que a partir de outubro deste ano, todos os 335 ônibus terão telefone e televisão. Em 2006, foi criada a linha T-11 ligando Ipanema ao Aeroporto, hoje transportando mais de quinze mil passageiros, diários.

✓ Quanto às **tarifas**, os seus reajustes foram inferiores aos de vários outros serviços, apesar do número de passageiros estar diminuindo, os motoristas e cobradores serem os mais bem pagos do país e os serviços figurarem entre os melhores. Se de um lado buscamos a eficiência do sistema de transporte coletivo para a redução de custos operacionais, sem a perda da qualidade do serviço, de outro, defendemos a sustentabilidade econômica do sistema para que a população de Porto Alegre possa cada vez mais se utilizar dele para se deslocar pela cidade.



Porque a mudança não pode parar

- ✓ Para melhorar ainda mais a gestão dos serviços de transporte de passageiros os veículos terão aparelhos de rastreabilidade (GPS ou GPRS), de tal forma que em tempo real se saberá onde o veículo se encontra e quanto tempo levará para atingir uma determinada parada. Desta forma, o passageiro poderá avaliar o seu tempo de espera ou de programar-se para não perder tempo esperando condução.
- ✓ Fortalecer a parceria entre União, Estado e municípios da Região Metropolitana que tem como objetivo a implantação do Plano Integrado de Transportes e Mobilidade Urbana (PITMUrb), para promover a integração de políticas e programas de investimento nos sistemas de transporte da Capital e Região Metropolitana. A administração Fogaça deu mostras concretas de saber fazer e respeitar as diversas instâncias de governo. Parcerias com a União para ampliar a pista do aeroporto e com o Estado, para permitir que a Brigada Militar fizesse o telepoliciamento, são exemplos das potencialidades de um prefeito que faz da cooperação um instrumento de promoção social.

A melhoria da infra-estrutura física e da mobilidade urbana

Como era

Porto Alegre possui uma configuração urbana radial cujo centro histórico projeta-se a oeste, em forma de cunha, sobre o delta do rio Jacuí. Esta condicionante geográfica acarretou na organização da circulação urbana em vias radiais congruentes e direcionadas para a área central da cidade. Em função desta configuração urbana, foi gerado um modelo de produção de viagens tipo radial-monocêntrico, onde a maioria é direcionada para a área central, com poucas viagens transversais.

A maior intervenção na estrutura de transporte de passageiros, em Porto Alegre, ocorreu ainda na década de setenta, com a construção dos corredores de ônibus. Nos últimos anos o número de veículos vem crescendo e temos 600 mil deles circulando pela cidade. Não se pode mais pensar, apenas, em soluções locais do tipo vias alternativas ou construção de um ou outro viaduto. Há a necessidade de um salto tecnológico capaz de fazer com que os sistemas de circulação e de transporte funcionem otimadamente.

Como ficou

✓ A cidade vive uma nova perspectiva de mobilidade urbana e, por isso, a prefeitura está focada na qualificação do transporte público e no incentivo à utilização de novos modais de transporte, como a **bicicleta**;

✓ A prefeitura, por intermédio da EPTC e Procempa, implantou a **Central Integrada de Monitoramento**, que consiste na instalação inicial de câmeras nos principais pontos de estrangulamento do trânsito, que captam as imagens sendo remetidas a uma sala de controle da mobilidade. Desta sala poderão ser acionadas as sinaleiras e os agentes de trânsito. Futuramente estas informações se integrarão aos serviços de segurança, bombeiros e ambulâncias;

✓ Dentro do espírito de integração e cooperação intergovernamental que presidiu a gestão do prefeito Fogaça, foi formado o **Grupo executivo de Integração – GEI**, composto pela EPTC, METROPLAN e TRENSURB, e tem por objetivo discutir soluções conjuntas para o transporte coletivo no âmbito da Região Metropolitana de Porto Alegre. Entre as diversas iniciativas dos três entes federados, destacam-se as ações no sentido de integrar a bilhetagem eletrônica nos âmbitos municipal, estadual e do trem metropolitano, além de buscar compatibilizar os diferentes projetos, como o “Portais da Cidade” e da “Linha do metrô”;

✓ Desde o início da atual administração, o número de acidentes vem caindo, particularmente os fatais. Em 2004, foram 175 mortes. Em 2005, foram 162; em 2006, foram 157; em 2007, foram 154; e a expectativa é que, em 2008, este número seja ainda menor;

✓ Foram introduzidas diversas melhorias na qualidade do transporte público de Porto Alegre. Dentre elas, destacam-se a implantação de novos ônibus das linhas C1, C2, C3 e a criação da linha T11, atendidas pela CARRIS, todas com ônibus já

dotados de um novo *design*. A frota é anualmente renovada em 10%, o que corresponde cerca de 150 veículos;

✓ A renovação dos alvarás, para táxis, exige que eles tenham ar-condicionado, sendo que em breve, a totalidade da frota já terá sido substituída e contemplado tal obrigação, o que melhorará a qualidade do serviço prestado e

✓ As lotações, também, foram contempladas com melhorias, como a possibilidade de aumentar o tamanho dos veículos, trazendo maior conforto interno aos passageiros.

Porque a mudança não pode parar

✓ Ciclovias da capital

O Plano Diretor Ciclovitário, recentemente enviado a Câmara de Vereadores, identifica uma rede de 495 quilômetros em diferentes regiões da cidade com possibilidade de ter ciclovias e ciclofaixas.. Assim, além de lazer, outros usos para a bicicleta estão contemplados, como seu uso para fins de transporte para a escola, compras e deslocamento para o trabalho, entre outros. Já podem ser, imediatamente, construídos 18 quilômetros de ciclovias cujo projeto básico de engenharia está pronto e cada quilômetro terá um custo médio de R\$ 150 mil. O projeto também contou com a participação dos ciclistas da Capital e de associações que propugnam o uso de bicicletas. São considerados prioritários três eixos: a Av. Ipiranga, entre a orla do Guaíba e o Campus da PUCRS, a Av. Sertório, conectando a Estação Farrapos do Trensurb com a Av. Francisco Silveira Bittencourt, e a Av. João Antônio da Silveira, na Restinga. Também integram o plano outras ciclovias nas avenidas Edvaldo Pereira Paiva (Beira-Rio), Diário de Notícias – já em implantação - e Vicente Montéggia, sendo que algumas delas serão construídas como medidas compensatórias de novos empreendimentos.

✓ Portais da Cidade

O projeto Portais da Cidade consiste na implantação de uma linha de ônibus tronco-alimentada nos dois principais eixos de transporte da cidade (av. Farrapos e av. João Pessoa). O traçado proposto do sistema conecta esses dois eixos radiais entre si e ao centro, permitindo, além da troncalização das viagens em direção ao centro, com redução significativa do número de ônibus acessando a área central, a ligação por transporte coletivo da Zona Norte à Zona Sul da cidade.

O projeto Portais da Cidade, além de um sistema rápido de transporte por ônibus, introduzirá as seguintes novidades aos passageiros:

- Uma frota diferenciada de ônibus com baixos níveis de emissões de poluentes, articulados, com acessibilidade universal e conforto para motorista e passageiros (ar-condicionado, suspensão a ar, bancos estofados, etc);
- Estações em plataforma central e elevada, com pagamento externo ao veículo em estação fechada e sistemas de informação ao usuário em tempo real;
- Terminais de integração (Portais), com conceitos de intermodalidade e interatividade, para usuários e a cidade (comércio, serviços, lazer, estacionamento,

bicicletário, etc), além de infra-estrutura que favoreça um transbordo rápido, de alta capacidade e com conforto;

- Corredores exclusivos, com pavimento qualificado, identidade visual sobre o traçado viário e dispositivo de monitoramento automático para que os ônibus tenham preferência sobre o deslocamento no sistema viário da cidade, além de subsidiar com dados de localização da frota, para melhor informação ao usuário.

✓ **Metrô de Porto Alegre**

A expansão do Trensurb em Porto Alegre, a chamada *linha 2 do metrô*, vem sendo discutida há mais de dez anos. Metrôpoles como Porto Alegre precisam de investimentos em transporte de alta capacidade. A cidade lamenta que tal iniciativa não tenha sido realizada já em 1998, quando foi desenvolvido o estudo de avaliação econômico-financeira da implantação da linha 2 do metrô. Sua implantação requer investimentos superiores a 2 bilhões de reais, razão pela qual esta não é uma iniciativa que cabe apenas ao município de Porto Alegre. Dada sua dimensão metropolitana e necessidade intensiva de investimentos, sua implantação envolve prioritariamente recursos da União e dos Estados. Porto Alegre espera, ansiosamente, por tais investimentos e reconhece que os mesmos já deveriam estar em fases mais avançadas de projetos e alocação de recursos, particularmente por parte da União.

✓ **Melhorias no sistema de transporte público.**

Mesmo com o Metrô, sua alimentação sempre é feita por ônibus. Assim, enquanto o projeto do Metrô não se torna realidade, desenvolvemos outras iniciativas que visam qualificar e atualizar o sistema de transporte coletivo por ônibus. Já apresentamos o projeto Portais da Cidade, da implantação da bilhetagem eletrônica e do novo sistema de informação aos usuários, por meio do GPS. Vamos, ainda, implantar um programa de qualificação de paradas e terminais e recuperar os corredores de ônibus substituindo o capeamento asfáltico por piso de concreto armado.

Serão, também, criadas novas linhas de ônibus transversais.

✓ **Central Integrada de Monitoramento**

A proposta é de ampliar o Sistema Integrado de Monitoramento, com a implantação do Controle Semafórico Inteligente, onde, além das câmeras, o tempo das sinaleiras será controlado automaticamente, conforme o fluxo de veículos.

A preservação da qualidade ambiental

Como era

Como todos os órgãos da prefeitura, a SMAM encontrava-se com os equipamentos deteriorados. O parque de computadores era precário e os veículos estavam sem manutenção. A fiscalização ambiental estava fragilizada. Os licenciamentos eram demorados e os procedimentos não estavam devidamente normatizados e divulgados. A propaganda nas ruas era completamente irregular.

A lei que criou o IPTU ecológico é de 2002, mas não havia sido aplicada devidamente.

Como ficou

Dentro do princípio da sustentabilidade buscamos equilibrar e integrar os desenvolvimentos ambiental, social e econômico, a SMAM foi devidamente reequipada, por meio das compensações ambientais e de investimentos próprios. Foram adquiridos computadores e comprados novos veículos. A equipe de fiscais foi duplicada.

O processo de licenciamento foi desburocratizado e melhorado para fins de agilização, sem comprometer a qualidade e o rigor da análise da atividade ou do empreendimento postulante. Foi estabelecido um checklist para cada espécie de empreendimento, com a informação dos documentos necessários para a obtenção da licença, a fim de tornar o processo mais célere e transparente. Deu-se início ao SISLAM (Sistema de Licenciamento Ambiental Informatizado) e foi ampliada a validade das licenças de um, para quatro anos. As atividades ou empreendimentos de mínimo impacto poluidor foram isentas do licenciamento. Com isso, um processo bem instruído, pode ser licenciado em um prazo de até 3 meses. Foram emitidas mais de 6.700 licenças ambientais.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL "ON-LINE" PARA DESAMARAR A CIDADE

Software para agilização da emissão do Licenciamento Ambiental, desenvolvido pela Procempa para a Secretaria Municipal do Meio Ambiente a partir de um trabalho de redesenho de processos. É um instrumento para a gestão ambiental e tem como objetivo assegurar uma visão integrada, em um ambiente informatizado e seguro, de todo o conhecimento envolvido no processo de Licenciamento Ambiental, tanto pelas áreas técnicas internas da Secretaria como pelos demandantes. A visão integrada das informações, disponíveis de forma segura em uma única base de dados, é fundamental para a redução do tempo de tramitação do processo. A solução contempla dois ambientes tecnológicos: O primeiro, onde o requerente pode, via Internet, acompanhar o andamento do seu processo e também ser comunicado, por e-mail, de situações importantes, como necessidade de seu comparecimento na secretaria; o segundo, onde a Secretaria, através de suas equipes de trabalho, alimenta o sistema, também via Internet, com todos os registros/pareceres e demais dados necessários à viabilidade da emissão da Licença Ambiental. Com a redução no tempo de tramitação do processo de Licenciamento Ambiental, obtém-se também uma maior agilidade no processo de licenciamento de atividades econômicas.

A poluição visual foi combatida de forma exaustiva, com mais de 200.000 apreensões de propagandas irregulares em quatro anos. A fim de conscientizar os lojistas, foi criado, em parceria com o Sindilojas, o Programa "Porto Visual Alegre", que objetiva atingir o cumprimento da legislação por uma campanha educativa de esclarecimento, dando-se prazo para a regularização das fachadas. Na Av. Assis Brasil, por exemplo, foram feitas 300 notificações e 70 regularizaram-se, voluntariamente, em menos de trinta dias. Hoje, a cidade está mais bela com a

redução da poluição visual na paisagem urbana. Foram feitos Termos de Ajustamento com as empresas de mídia exterior, a fim de atingirmos 100% de regularização.

Em termos de políticas de preservação da qualidade ambiental podemos citar as seguintes iniciativas:

- Instituição da exigência de alternativas às sacolas plásticas convencionais nos licenciamentos de supermercados e hipermercados;
- Os estacionamentos devem possuir pisos semipermeáveis;
- O IPTU ecológico passou a ser aplicado e 17 propriedades já foram beneficiadas;
- Foi publicado o Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre, em uma linguagem simples que pode ser entendida por todos, estudo que rendeu prêmios para a Administração Municipal.

Porque a mudança não pode parar

- ✓ Para desburocratizar e agilizar ainda mais os licenciamentos, será criado protocolo próprio na SMAM, a fim de racionalizar os procedimentos internos;
- ✓ A SMAM firmará convênio com o PGQP, a fim de melhorar e racionalizar os processos de licenciamento ambiental e de realização de podas e remoções, sem perder a qualidade e o rigor na análise das questões ambientais;
- ✓ A implantação de ciclovias e ciclofaixas propostas no Plano Diretor Cicloviário da Capital é uma iniciativa que busca proporcionar mais qualidade de vida pela melhoria de questões urbanas e ambientais e dar segurança aos ciclistas de Porto Alegre;
- ✓ O Programa "Porto Alegre Cidade da Educação Ambiental" deve ter continuidade para conscientizar cada vez, mais, os porto-alegrenses sobre a importância de preservarmos o meio ambiente e os recursos naturais da cidade, pois questões como o descarte correto do lixo, a proteção dos arroios, a preservação de morros e os cuidados com a vegetação só serão efetivos se forem objetos da preocupação de todos;
- ✓ O Programa Integrado Socioambiental e a implantação da ETE Sarandi, quando concluídos, permitirão que a cidade trate 80% do esgoto cloacal coletado e trará, imediatamente, impactos significativos na melhora da qualidade das águas do Lago Guaíba, permitindo que as praias de Ipanema para o Sul fiquem balneáveis.

A agenda verde da cidade

Como era

A conservação das praças era muito precária chegando a levar 4 meses o intervalo tempo entre uma capina e outra. Adotadas, eram pouco mais de 20 praças.

Como ficou

As praças são objeto de capina a cada 40 dias no máximo e, as do Centro, são limpas diariamente. Na administração do prefeito Fogaça foram criadas e reformadas 47 praças, sendo que 18, por loteadores, correspondendo a uma praça por mês de mandato. Adotadas, agora, são 63 praças, 67 canteiros e rótulas e 4 grandes parques (Moinhos de Vento/Parcão, Mascarenhas de Moraes, Farroupilha e Germânia).

O prefeito assinou um termo de cooperação com o *Greenpeace* para usar apenas madeira certificada nas suas obras e no mobiliário.

A SMAM plantou mais de 10 mil árvores por ano e se a estas somarmos as plantadas por medidas compensatórias, chegamos a mais de 20 mil árvores por ano.

Foram tombados os túneis verdes da cidade, melhorando a qualidade de vida da população do entorno.

Foram captados mais de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), oriundos da Administração Municipal e do Fundo Nacional do Meio Ambiente, que serão investidos nas nascentes do Arroio Dilúvio, especialmente as situadas no Parque Saint-Hilaire.

Porque a mudança não pode parar

- ✓ Adoção de parte da orla do Lago Guaíba com a previsão de investimentos de R\$ 2,8 milhões nos próximos dois anos;
- ✓ Uso do Biodiesel em toda a frota da SMAM;
- ✓ Os ecopontos a serem implantados, pelo DMLU, receberão pilhas, lâmpadas fluorescentes e baterias de celulares para garantir o descarte adequado destes materiais tóxicos;
- ✓ Promover a adoção de monumentos, pela iniciativa privada, como forma de melhorar a manutenção;
- ✓ Intensificação da fiscalização das emissões atmosféricas dos veículos automotores dentro da Operação Ar Puro;
- ✓ Terceirização, via licitação, e agilização do serviço de poda e remoções de árvores;

Governança nas Praças

Para que o Secretário do Meio Ambiente pudesse ouvir a comunidade, receber dela as críticas e contribuições dos moradores para melhorar e conservar as praças da cidade, mas também para definir as responsabilidades destes para com a manutenção delas, foi criado o projeto Diálogos nas Praças, que consiste em reuniões com moradores e frequentadores das praças para definir uma ação conjunta entre prefeitura e comunidade

A universalização da água potável

Como era

No início de 2005, os dados oficiais eram de que o DMAE abastecia 99,8% das economias da cidade. Porém, em algumas áreas da cidade, como na região extremo-sul e ilhas, o abastecimento era feito por caminhão-pipa. Outras, nas mais variadas regiões, o abastecimento era irregular, uma vez que elas eram providas de água por meio de ligações precárias ou clandestinas. Estimamos, a época, que aproximadamente 10% das ligações de água estavam nestas condições.

À inadimplência, que era de 13%, somavam-se os chamados “gatos” que, em grande parte, eram as tais ligações irregulares. Como consequência verificamos que ao longo dos últimos anos o volume de água anualmente medida vinha caindo, apesar da população ter crescido. Certamente esse fato contribuiu para que em 2002, o DMAE, promovesse um realinhamento tarifário aumentando 17,9% acima da inflação o preço do metro cúbico consumido.

Também os investimentos tiveram queda neste período, conforme mostra o quadro abaixo.

Quadro – Investimentos no período 2001 – 2007 (Em R\$ corrigidos para dez/2007)

Ano	Investimentos em água		Investimentos em esgoto		Total
	Recursos próprios	Financiamento	Recursos próprios	Financiamento	
2001	19.771.959,42	147.637,73	8.537.012,41	8.516.866,92	36.973.476,48
2002	23.394.822,11	2.427.233,86	13.059.277,10	352.433,27	39.233.766,34
2003	20.576.028,45	0,00	13.628.285,00	0,00	34.204.313,44
2004	16.520.169,55	0,00	9.625.131,06	0,00	26.145.300,61
2005	17.489.728,18	0,00	6.144.412,94	0,00	23.634.141,12
2006	32.873.727,27	358.287,08	7.949.685,69	2.959.142,86	44.140.842,90
2007	32.762.477,39	4.501.420,63	13.392.339,99	9.419.351,43	60.075.589,45

Como ficou

Para regularizar as ligações, combater o desperdício e reduzir a inadimplência, criamos o Programa “Água Certa”. Desse Programa fazem parte três ações principais: a regularização das ligações em áreas irregulares, mas que dispunham de rede de água do DMAE; a implantação de redes de água em loteamentos irregulares, desde que atendidos os critérios estabelecidos pela lei nº 570/2006; e a implantação do consumo responsável, que consiste na instalação de um macromedidor, com uma válvula reguladora de vazão e o pagamento por parte das moradias atendidas da taxa social, isto para as áreas irregulares ainda não consolidadas.

Abaixo apresentamos os resultados obtidos por este conjunto de ações.

Quantidades de atendimentos pelo Programa Água Certa – DMAE

Número de famílias atendidas com todas as ações	25,6 mil
Previsão até final de 2008	27,8 mil
Novos ramais implantados	3.226 (até 15-08-08)
Melhoria nas instalações/ligações: atendimentos	53,9 mil atendimentos
Recuperação de dívidas/negociações	R\$ 9,37 milhões

Água como elemento estruturante das comunidades locais.

Em muitas situações com as quais nos deparamos o fato das moradias de um determinado local não disporem de uma infra-estrutura adequada (água, luz e esgoto) fazia com que os moradores não se organizassem e agissem isoladamente. O fato de implantarmos a rede de água fazia com que a associação comunitária e os moradores se unissem para deliberar sobre o custo da obra, se organizassem para fazer o pagamento e buscassem alternativa para a viabilização de novas obras. Isto aconteceu com o Loteamento do Bosque, o Loteamento Clara Nunes, o Loteamento Chapéu do Sol, o Loteamento da Figueira, e tantos outros

Para eliminar ao mínimo necessário o abastecimento por caminhão-pipa, implantamos redes nos bairros mais ao sul da cidade, aproximadamente 34 Km, e estamos realizando obras nas ilhas numa extensão de 18 Km e aumento da capacidade de tratamento da ETA da Ilha da Pintada em 100%.

Também foi feita, pelo DMAE, a substituição das redes adutoras, aquelas de grande diâmetro, que estavam ou envelhecidas ou já eram insuficientes para atender a crescente demanda decorrente do aumento populacional. Podemos destacar a substituição das adutoras do sistema Ouro Preto – Manoel Elias, a substituição do barrilete da ETA Menino Deus, o novo sistema de adutoras e a EBAT Cascatinha que substituirá a velha EBAT IAPC - que alimenta o reservatório na rua Catumbi, no bairro Santa Tereza -, a adutora de sucção da EBAT da Padre Cacique, a adutora Belém Novo – Lami e adutora de água bruta da ETA Moinhos de Vento. Neste conjunto de obra foram aplicados investimentos da ordem de R\$ 28.600.000,00, garantindo o abastecimento regular de água por muitos anos nessas regiões.

Para garantir a qualidade da água e reduzir os efeitos das algas nos verões realizamos obras de modernização nas Estações de Tratamento de Água – ETAs, adotando dosadores automáticos de carvão ativado junto às estações de bombeamento, aplicando oxidantes e floculantes de primeira linha, reformando os filtros e lavando as redes e reservatórios. Com estas medidas em implantação já observamos, nos dois últimos dois verões, que apesar da presença das algas, o número de reclamações por gosto ou cheiro na água reduziram drasticamente.

Porque a mudança não pode parar

Além da continuação das obras citadas e que ainda não forem concluídas até o final de 2008, estamos programando a realização das seguintes obras:

- Interligação do sistema Belém Novo com a Lomba do Pinheiro e a interligação do sistema Menino Deus com a Agronomia, de tal forma que seja possível desativar a ETA Lomba do Sabão para que se possa fazer a limpeza da barragem e deixá-la funcionando para atender situações emergenciais e no desenvolvimento de pesquisas e capacitação;
- A ampliação da EBAT e a substituição da adutora de recalque da Av. Padre Cacique, que abastece, entre outras, os bairros do Cristal, Cavahada, Tristeza, Camaquã, Vila Conceição, Jardim Isabel e Ipanema;
- O reforço das canalizações do sistema de distribuição do reservatório da praça Moema, para melhorar o abastecimento nas zonas mais altas dos bairros Espírito Santo, Aberta dos Morros, Retiro da Ponta Grossa e região sul;
- A construção da nova captação das ETAs Moinhos de Vento e São João, melhorando a qualidade da água bruta e evitando a parada destes dois sistemas em caso de acidente grave no Porto Navegantes;
- Continuar com o programa de melhorias nas ETAs para garantir a qualidade da água distribuída.

A priorização da coleta e tratamento do esgoto

Como era

Até o final de 2004, os dados oficiais eram de que 85% do esgoto sanitário era coletado e 27% era tratado. Só que o índice de coleta foi subitamente ampliado pelo fato do esgoto sanitário passar a ser também conduzido pela rede pluvial, a chamada rede mista. Tratados, mesmo, eram apenas 20%, já que muitas ETES operavam abaixo de sua capacidade de tratamento.

Como ficou

Essa era uma realidade que precisávamos mudar, a medida que o Lago Guaíba, nosso principal manancial de água, já mostrava significativos sinais de poluição, como a presença de algas nos períodos de calor mais forte e que deixavam um gosto e odor característicos.

Para ampliar a capacidade de tratamento, primeiro recuperamos nossa capacidade de contrair novos empréstimos. Depois finalizamos nossa negociação com o BID e aprovamos no Diretório do banco um financiamento de US\$169 milhões para a execução do Programa Integrado Socioambiental – PISA. O PISA quando concluído, daqui a quatro anos, elevará a capacidade de tratamento para 77% do esgoto coletado.

Depois, buscamos, junto a Caixa Econômica Federal, empréstimos que totalizam R\$ 250 milhões (ver dados apresentação AGEOS), que entrarão, em parte, como contrapartida ao empréstimo do BID e o resto para a execução da ETE e redes da zona Norte de Porto Alegre, o chamado Sistema de Esgotamento Sanitário do Sarandi - SES Sarandi. Isto feito elevará a capacidade de tratamento, no ano de 2012, para 80%.

Também construímos redes de esgoto no bairro Três Figueiras, na Restinga, na Ponta Grossa e na Vila Asa Branca. Estamos dando início nas redes do Cavahada. Concluímos os interceptores dos arroios Dilúvio e Moinho e do canal São Vicente, que transportam os esgotos dos Bairros da Lomba do Pinheiro, Partenon e Petrópolis, respectivamente, para o SES Ponta da Cadeia e que, futuramente, serão tratados no PISA.

Porque a mudança não pode parar

Para o próximo período de governo estão previstas as seguintes obras de esgoto:

- Continuar e concluir as obras do PISA;
- Extensão da rede no SES Sarandi, que concluído, elevará a quantidade de esgoto tratado para 94%;
- Implantar as redes nos bairros Chácara das Pedras e Bom Jesus, que fazem parte da bacia do arroio Areia, com a ampliação da capacidade de tratamento da ETE São João-Navegantes;
- Implantação de redes coletoras de esgotos nas vilas Bonsucesso e Panorama, que deverão se interligar ao SES Ponta da Cadeia (PISA).
- Execução de rede cloacal na Vila Sapolândia, que deverá ser interligado ao sistema de tratamento da ETE Lami.

O combate aos alagamentos

Como era

O DEP, no início de 2005, estava em uma situação de sucateamento, serviços essenciais não eram prestados há muitos anos e alguns serviços eram prestados, mas não atendiam o total da demanda da população. As suas quatro zonais não possuíam em seu estoque materiais necessários para a realização de pequenas obras e reparos, que o sistema pluvial da cidade exige (areia, cimento, tijolo, brita, canos, lajes e tampas). As duas fábricas de canos e lajes encontravam-se praticamente desativadas pelo mesmo motivo, demandas há mais de 05 anos não tinham sido atendidas.

A Bacia de Retenção do Parque Marinha foi construída no ano de 2000 e nunca havia passado pelo processo de limpeza. No começo do ano de 2005, fomos acometidos de forte pressão por parte da comunidade do bairro Menino Deus que já havia feito diversas reivindicações ao poder público para limpeza e/ou remoção da bacia, tendo em vista o mau cheiro e a proliferação de mosquitos e insetos.

O arroio Dilúvio é o principal canal urbano de escoamento da cidade, pois a corta numa extensão de 12 Km (Rua Antônio de Carvalho até a Foz). Devido a grande quantidade de afluentes que desembocam no Dilúvio seu assoreamento é constante e requer uma dragagem permanente ao longo dessa extensão. Verificamos que na sua foz o grau de assoreamento era tão grande que os trabalhadores atravessavam toda sua largura, aproximadamente 50 metros, a pé, atrás do Teatro Por do Sol. Caso ocorresse uma forte chuva haveria grande chance de o arroio transbordar nas proximidades do Ginásio da Brigada, ponto mais desfavorável, devido a sua sinuosidade. Para piorar a situação, não havia previsão orçamentária para execução deste serviço em 2005. Este serviço não era executado desde o ano de 2000.

Tabela quantitativa das limpezas dos Arroios (metros)

Mês/Ano	2004	2005
Janeiro	0	1.300
Fevereiro	0	1.450
Março	250	6.580
Abril	1.500	4.450
Maio	300	1.170
Junho	200	230
TOTAL	2.250	17.185

Desde 2001 não eram realizados serviços de limpeza dos poços-de-captação e reforma das comportas de gravidade e descarga das Casas de Bombas do DEP.

Como ficou:

✓ Realizamos a maior obra de drenagem dos últimos 30 anos, o **Conduto Forçado Álvaro Chaves**.

✓ A limpeza da bacia de detenção do Parque Marinha do Brasil é atendida desde 2005, e já realizamos 08 (oito) intervenções, das quais foi retirado um total de 2.610 toneladas de material (lodo e vegetação), que equivalem a 370 caçambas.

✓ Em 2005 foi feito o desassoreamento da Foz do Dilúvio, que não era executado desde o ano de 2000, onde foram retiradas 7.500 toneladas de areia, equivalentes a 400 caçambas.

✓ De 2005 até junho de 2008, todas as 18 casas de bombas do Sistema de Proteção contra as Cheias de Porto Alegre passaram por manutenção geral, sendo que nas Casas de Bombas 01, 02, 10 houve a necessidade de uma reforma geral e está em andamento a reforma geral da Casa de Bombas 05. Durante este período, o DEP também recuperou todo o seu parque de máquinas.

✓ Nos anos de 2006 e 2007, foram realizadas limpezas nas bacias dos loteamentos Cavahada, Figueiras e Ecoville, do Porto Seco e da Praça Álvaro Gutierrez, das quais foram retirados 839 toneladas de material, que equivale a 94 caçambas.

**Uma ação de transversalidade da prefeitura:
METROCLIMA – Sistema de Vigilância
Meteorológica de Porto Alegre**

O Metroclima é um sistema de dados para diagnóstico e emissão de alertas sobre fenômenos meteorológicos que venham a incidir sobre Porto Alegre, que foi implantado em 2.007. Foram instalados dez pluviômetros, para coleta dos níveis de chuva e instalação de cinco Estações Meteorológicas, com acesso remoto, em tempo real, distribuídos nas regiões microclimáticas do município, um Portal sobre Climatologia e o desenvolvimento de um Banco de Dados. A relevância do sistema para a gestão é a do gerenciamento das condições climáticas antes e depois dos eventos, como chuvas, ventos, sinistros, etc, das principais regiões da cidade. Possibilidade de antever situações climáticas de tempo severo, para ações preventivas. Isso só foi possível graças a parceria entre DEP, DEFESA CIVIL, PROCEMPA e a empresa METSUL.

✓ Para melhor atender ao público o horário de atendimento foi acrescido em 1 hora e 30 minutos;

✓ Foram implantadas redes em uma extensão de 41,7 km, representando um aumento de **128,17%** em relação aos 42 meses da administração anterior, e foi executada a limpeza de **248.272** metros de redes.

Porque a mudança não pode parar

No tocante à drenagem das águas das chuvas, estão previstas as seguintes ações e obras:

- Concluir o Plano Diretor de Drenagem Urbana, hoje só com cinco bacias descritas, das 27 a que o município é composto;
- Construir as bacias da Teixeira Mendes e evitar as mortes que ocorreram em decorrência dos alagamentos na Nilo Peçanha, que estão aguardando a conclusão da rede de esgotamento sanitário no bairro Três Figueiras e Chácara das Pedras;
- Construir os diques do arroio Cavalhada previsto no Programa Integrado Socioambiental, cujas obras de drenagem terão início em 2009.

Está prevista, para 2009, a realização das seguintes obras e projetos:

- Obra de drenagem nas ruas Serafim Alencastro, Otávio Sagebim, Luzitana, Dr. Barcelos, Santa Terezinha, av. São Pedro, Buarque de Macedo, av. Carazinho, av. Panamericana, Frei Germano, Av. João Paris, João Mendes Ouriques, Damasco, Otávio José de Souza, José Gertum, Ernesto Ludwig e Carlos Barbosa
- Execução de Bacia de Amortecimento da praça Quintino Bocaiúva e da praça Joaquim Leite;
- Execução da Casa de Bombas Santa Terezinha e a reforma das Casas de Bombas nº 03 e nº 05 e da Vila Farrapos.

A limpeza urbana

Como era

A atual administração encontrou os contratos de limpeza urbana em fase final de validade, havendo uma acentuada queda na qualidade da prestação deste serviço, pois as empresas em final de contratos apresentavam frota de veículo sucateada e serviços tecnologicamente defasados. O fato de serem contratos “emergenciais”, sem a caracterização devida, levou o Tribunal de Contas do Estado a responsabilizar administrações passadas.

Em relação à Coleta Seletiva, com uma frota ultrapassada (hoje com caminhões com 18 anos de uso), esse serviço não evoluiu conforme o crescimento da cidade. O serviço de capina era deficiente, pois não atendia a todas as regiões da cidade, sem cronograma previamente estabelecido para a sua realização, por falta de previsão orçamentária.

Como ficou

✓ Para fugir das contratações emergenciais – que não podem ser um instrumento usual para um serviço de caráter continuado como é a de limpeza urbana – foi feita uma nova licitação dos serviços de coleta domiciliar. O novo contrato já está vigorando, os serviços foram normalizados e houve ganho de qualidade com a

introdução de caminhões novos e monitorados por GPS. Com este mecanismo é possível o controle, em tempo real, do serviço. Se, por exemplo, um caminhão passar pela frente de uma casa e não for recolhido o lixo, é possível verificar se houve ou não uma omissão por parte da empresa. Isso melhora em muito a capacidade de fiscalização dos serviços.

- ✓ Também foi contratado o serviço regular de capina, com previsão de acréscimo de equipes no verão, com valores menores do que o contrato anterior.

- ✓ A esse serviço foi acrescentado o de varrição mecanizada, ampliando para 152 os logradouros que passaram a receber, regularmente, este tipo de serviço.

- ✓ Foram instaladas 8.000 novas lixeiras de aço, com pintura especial de proteção.

- ✓ O DMLU também iniciou um trabalho pioneiro de revitalização de viadutos e pontes da cidade, com a aplicação de pintura anti-pichação, evitando que o vandalismo degradasse a paisagem da cidade e deteriorasse as suas grandes obras de engenharia. Concomitantemente, foi contratado outro serviço pioneiro de limpeza de monumentos.

- ✓ Foram contratados serviços de limpeza de monumentos, que antes não existiam.

- ✓ Ampliamos, em 3, as unidades de triagem lixo seco, onde trabalham cerca de 750 pessoas, com renda mensal média de R\$ 500,00, favorecendo a inclusão e valorização social de centenas de famílias.

- ✓ Os novos contratos geraram, em média, uma economia de 18% em relação aos valores pagos às empresas.

Porque a mudança não pode parar

- ✓ Está em fase de licitação a contratação de serviços de lavagem de logradouro, com equipamentos mecânicos de elevada performance.

- ✓ Criação de 16 ecopontos – correspondendo às regiões do OP – onde a população poderá descartar resíduos que a coleta domiciliar não recolhe, tais como: móveis velhos, pneus, calça, podas, etc. Na verdade são depósitos temporários desses resíduos até que eles sejam levados para os destinos finais adequados.

- ✓ Com a conclusão da licitação da coleta seletiva, ela será realizada em todos os bairros duas vezes por semana, por meio de uma nova frota, com veículos novos e em maior número. Das atuais 60 toneladas por dia, passarão a ser recolhidas 100 toneladas por dia.

- ✓ Implantação de um projeto piloto de containerização em determinadas áreas da cidade, que consiste na colocação de containeres fechados, em vias públicas, onde a população poderá descartar seu lixo, para posterior recolhimento por caminhões automatizados e que fazem uma lavagem neles;

- ✓ Implantar a Central de Material Reciclável – CEMAR, destinada aos carroceiros e carrinheiros do Arquipélago. Ela será uma grande unidade com cozinha comunitária, sala de aula e creche, que se situará na av. Frederico Mentz, a um custo de R\$ 1,5 milhão. Por ser um local afastado de onde atuais catadores das ilhas moram, três ônibus buscarão e os levarão, todos os dias, da casa para o trabalho e vice-versa.

- ✓ Outros serviços que serão ampliados é o da coleta de óleo de cozinha, por meio de convênios com escolas, órgãos públicos e condomínios, e o convênio com a RECICLANIP, para o recolhimento e reciclagem de pneus usados.
- ✓ Após esta série de mudanças, o DMLU poderá se voltar a análise do aproveitamento energético do lixo e a adesão ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, que consiste na venda de créditos de carbono decorrente da redução de emissões provocadas pelos aterros sanitários.
- ✓ O resultado das licitações dos novos serviços a serem prestados para o DMLU e que já foram concluídas, apresentaram uma redução de custos de 18,6% em relação ao inicialmente orçado, mostrando que o processo conduzido pela prefeitura atende ao interesse público.

A cidade empreendedora

Introdução

Porto Alegre precisava desamarrar sua economia. Mais do que instrumentos de promoção das atividades econômicas o que um município pode fazer é criar uma ambiência favorável aos negócios. Foi o que a administração do prefeito Fogaça fez.

Criou o Alvará na Hora, reformulou a Comissão de Análise Urbanística e Gerenciamento -CAUGE, está informatizando o processo de licenciamento da SMAM e agilizou a aprovação dos projetos, na SMOV, com a adoção de duas fases na sua análise.

Como propostas para dar continuidade a estas mudanças vamos implantar a **Agência Municipal de Inovação e Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Porto Alegre – InovaPoa**, cujo objetivo será o de definir as políticas de fomento à inovação e ao desenvolvimento, aproveitando o potencial humano, o acadêmico e o empresarial da capital.

Vamos expandir as atividades do Distrito Industrial da Restinga que hoje está com todos os seus lotes adquiridos. Serão mais 67 lotes para empresas se implantarem e gerar emprego e renda para a população da Zona Sul da cidade.

A recuperação da infra-estrutura do Porto Seco possibilita que mais 14 empresas lá se instalem, com a criação potencial de mais mil novos empregos na Zona Norte.

Fomentar o turismo articulando toda a sua cadeia produtiva no Fórum de Governança Local do Turismo e implantar um Centro de Eventos da Vila Nova, que possa abrigar as festas tradicionais dos produtos primários cultivados na capital e feiras permanentes de produtos elaborados pelos moradores da Zona Sul.

A cidade de base tecnológica

Como era

Porto Alegre tinha e tem uma boa infra-estrutura de pesquisa, com duas grandes universidades, sem falar nas que se situam na Região Metropolitana. Cada uma delas com suas instituições de pesquisa, incubadoras e escritórios de transferência de tecnologia. Esses fatores propiciam que a capital se transforme em uma cidade promotora da inovação e que sedie empresas de alta tecnologia. Agora com a fábrica de chips, o CEITEC, fica ampliada ainda mais a possibilidade de instalação de empresas na área da informática.

Muito se comentava sobre a “Tecnópolis”, mas pouca coisa realmente aconteceu.

Como ficou

O que Porto Alegre precisava era ser aberta ao ambiente de negócios. Uma prefeitura pouco pode fazer para atrair grandes investimentos privados. Ao invés de empresas com grande escala de produção, o que precisamos são de empresas de escopo. Pesquisa, crédito, incentivo e comércio exterior, por exemplo, são instrumentos de política econômica que não estão ao alcance das prefeituras. Para criar dinamismo em uma economia de escopo é necessário que se **articule** os governos, os empresários e a comunidade científica e tecnológica.

Com este objetivo foi encaminhada para a Câmara de Vereadores a proposta de criação da **Agência Municipal de Inovação e Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Porto Alegre – InovaPoa**. Seu objetivo é responsabilizar-se pelas políticas públicas de fomento à inovação e ao desenvolvimento aproveitando o potencial humano, o acadêmico e o empresarial da capital.

A criação da InovaPoa é uma proposta construída pelo município, com participação do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia, Fiergs, Federasul, Fecomércio, Farsul, PUCRS, Ufrgs e Conselho do Orçamento Participativo.

Porque a mudança não pode parar

Vamos implantar a **Agência Municipal de Inovação e Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Porto Alegre – InovaPoa** e buscar fazer a interação entre empresas nacionais e internacionais, governos e universidades e centros de pesquisa. Ela também será responsável pelo estabelecimento de critérios para uma política de concessão de benefícios, visando à atração de empreendimentos ligados ao setor; e avaliar, permanentemente, a eficácia das ações e políticas públicas desenvolvidas. Desta forma Porto Alegre estará se desenvolvendo e gerando emprego e renda, inclusão social e promoção da sustentabilidade ambiental.

Uma grande oportunidade para o setor de tecnologia é a **área da saúde**, que está se mostrando como uma vocação da nossa capital. A InovaPoa poderá identificar e apoiar parceiros provados que queiram investir em equipamentos e serviços de alta complexidade em saúde.

A cidade desamarrada

Como era

Muitas vezes a burocracia, quando em demasia, trava o surgimento de novos empreendimentos. Em Porto Alegre, para uma empresa ganhar um alvará de funcionamento levava em torno de 140 dias.

O quadro abaixo mostra, que no passado, havia uma grande demora para a liberação dos alvarás.

Quadro – Alvarás liberado por ano pela SMIC

Ano	Número de alvarás expedidos
2004	3.935
2005	11.865
2006	11.600
2007	14.213
2008 (previsão)	20.000

Como ficou

A prefeitura criou o **Alvará na Hora**, que vai agilizar e desburocratizar os procedimentos para a expedição do documento. Para a obtenção de um alvará, ou sua segunda via, o solicitante é atendido por um técnico qualificado da SMIC, que irá prontamente verificar a documentação e encaminhar o Documento de Arrecadação Municipal - DAM, que poderá ser paga no posto do Banrisul, instalado no local. Pronto, se a documentação estiver em ordem o empreendedor sai com o alvará na mão.

Para dar suporte ao projeto Alvará na Hora, também foi criado um Protocolo Central Intersecretarias, para agilizar processos de alvarás mais complexos, como o caso dos bares e casas noturnas, que envolvem, além da SMIC, outros órgãos da administração municipal, como as secretarias municipais do Meio Ambiente, Obras e Viação e Planejamento.

Outra iniciativa para destravar a economia foi o **Alvará no Bairro**, que consiste em uma ação da prefeitura para a legalização de estabelecimentos da periferia da cidade. Uma equipe de técnicos e fiscais da prefeitura vai aos bairros e verifica a situação dos estabelecimentos comerciais e procura esclarecer as dúvidas em relação a procedimentos para a legalização dos mesmos. Depois, quando forem a SMIC, já com a documentação certa, receberão o Alvará na Hora. Foram 4 mil os estabelecimentos visitados e 654 alvarás concedidos.

Alvará Eletrônico via WEB. A solicitação do alvará pode agora ser feita via INTERNET, com a expedição da taxa e do alvará eletronicamente e encaminhados diretamente ao contribuinte, via e-mail, com implementação de dispositivos de segurança digital. As implementações agilizaram e desburocratizaram os procedimentos para a expedição do documento, é mais um exemplo do novo modelo de gestão implementado pela Administração. As mudanças promovem o empreendedorismo e o desenvolvimento da cidade.

Porque a mudança não pode parar

O que deve permanecer é esta visão de cidade empreendedora, de que as atividades econômicas da cidade são importantes para o seu desenvolvimento, a geração de empregos e de renda. Simplesmente com a mudança de postura da prefeitura, de buscar promover e facilitar as atividades econômicas que queiram se manter ou instalar na cidade, muitas empresas que queriam sair da cidade resolveram permanecer e outras tantas se instalaram aqui. Para termos uma idéia do que representa esta **mudança de comportamento**, atualmente estão em construção ou ampliação 11 grandes empreendimentos novos de shoppings e hipermercados, que representam investimentos de R\$ 860,5 milhões e mais 13 mil novos empregos.

O fortalecimento das atividades econômicas locais

Como era

Como a visão que predominava antes do governo Fogaça era de que a economia deveria servir de base a um discurso político de afirmação antineoliberal e como a prefeitura não dispunha e nem dispõe dos instrumentos de política econômica, a ação da prefeitura se deu fortemente em cima da despesa, com investimentos em infra-estrutura e no microcrédito, e na forte regulação das atividades econômicas, com o objetivo de promover o controle social do mercado e o comprometimento de parte da renda acumulada ou a que viria a ser auferida pelo negócio em compensações sociais, na tentativa de direcionar parcelas do investimento privado para bens públicos.

Com uma baixa capacidade de investimentos esta política acabou viabilizando somente os projetos e iniciativas econômicas voltadas, apenas, aos grupos excluídos (catadores de papel, recicladores, grupos de mulheres da periferia, criadores clandestinos de porcos, etc.) e alguma coisa no segmento dos pequenos empreendedores. É importante que a prefeitura tenha políticas de renda para as pessoas mais pobres e que tem nos seus pequenos negócios sua única fonte de renda. Mas isso somente não basta. As médias e grandes empresas - a economia do "grande mercado" – são importantes para a geração de emprego e renda. Para estas não é necessário alcançar recursos, mas lhe propiciar **infra-estrutura e confiança**.

Um testemunho da ausência de uma política e de até mesmo um certo antagonismo com o setor de médios e grandes empresários, era o Distrito Industrial da Restinga. O loteamento industrial foi concebido na década de 80 com 47 lotes, dos quais apenas 5 estavam ocupados no início do atual governo.

Como ficou

✓ Em um quadro de grave desemprego e explosivo crescimento da exclusão social, o objetivo estratégico dos projetos de desenvolvimento local foi o de criar oportunidades de ocupação remunerada, seja através de pequenos empreendimentos coletivos ou individuais, seja através de grandes empreendimentos. A sinergia entre essas duas formas de dinamização da economia deve ser buscada para potencializar o objetivo de combate à exclusão social.

Muitas das empresas saíam de Porto Alegre porque o ISSQN era o maior de toda a Região Metropolitana e isso estava trazendo uma redução na arrecadação da prefeitura. A SMF chamou os representantes dos setores onde isto estava ocorrendo e negociou com eles uma redução da alíquota do imposto, desde que fosse estabelecida uma meta de aumento da arrecadação. Isto foi feito com os setores de publicidade e propaganda, com o de recauchutagem e regeneração de pneus. O resultado foi mais empresas, mais empregos e mais arrecadação.

✓ Hoje, no Parque Industrial da Restinga – PIR, 42 lotes já foram comercializados e 27 empresas estão instaladas e em operação, proporcionando crescimento econômico, cerca de 500 empregos diretos e geração de renda para a população da Zona Sul. Isto ocorreu, em parte, pelo fim da burocracia na obtenção da documentação dos terrenos e na implantação da infra-estrutura do PIR, que possui redes de energia, água e esgoto. No total a prefeitura investiu R\$ 1,5 milhão. Mas, também, é fruto da vontade de fazer as coisas acontecerem. O velho estigma da cidade deixou de existir.

O Pólo Moveleiro da Restinga: um exemplo de governança econômica

Um grupo de 7 pequenos empresários do ramo moveleiro se reúne, forma a Associação Moveleira Metropolitana (Ormetro) e traça um plano de ações com base em atividades conjuntas. Ocupam uma área de 500 m² do PIR onde ficam a oficina compartilhada com máquinas, ferramentas e matéria-prima. Os empreendedores passam a fazer compras coletivas para minimizar custos. Também participam de licitações de forma associada, a fim de assegurar preço e conquistar novos mercados e clientes. A concepção do arranjo produtivo local é resultado de parceria da prefeitura, por meio da SMIC, a PUC-RS é responsável pela supervisão técnica e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). O resultado é a abertura de 52 postos de trabalho, sendo grande parte deles ocupados por moradores da Restinga.

✓ O mesmo ocorreu com o **Porto Seco** que há muito tempo marcava passo. Durante a atual administração municipal foram atraídas novas empresas e, hoje, 28 delas estão atuando, gerando 6 mil empregos diretos e indiretos, movimentando 400 mil caminhões e 15,4 toneladas de carga por ano. Para isso foram investidos R\$ 17 milhões para melhorar a infra-estrutura do Porto Seco, que conta com guarda 24 h, refeitório, serviço de agenciamento de cargas, posto de combustível e, em breve, um posto do IMETRO.

✓ Porto Alegre é a segunda capital com maior área rural. São cerca de 1.050 pequenas propriedades, que além da atividade econômica, cumprem com a função de preservação ambiental da cidade. Por tais razões a **agricultura familiar** da Zona Sul foi incentivada. Foram distribuídas mudas de árvores frutíferas, reservatórios para piscicultura, e incentivadas as feiras de produtores rurais. A contrapartida aos recursos alcançados aos produtores foi a entrega de produtos para a merenda escolar para os alunos da rede municipal de ensino.

✓ Porto Alegre saltou do 7º lugar (2006) para o 4º (2007) destino preferido para a realização de eventos internacionais entre as capitais brasileiras, o que demonstra a correção das ações voltadas ao fortalecimento do setor, que vem sendo feitas pelas áreas pública e privada. Nos últimos três anos e meio, foram cerca de 260 eventos realizados na capital atraindo um público de 1 milhão de pessoas, gerando renda e emprego. Para melhorar a articulação da prefeitura com a cadeia

produtiva do setor foi criada, em outubro de 2007, a Secretaria Municipal de Turismo. E para promover melhor esta articulação foi criado o Fórum de Governança Local do Turismo, que promove encontros mensais, entre cerca de 30 entidades ligadas ao setor, para a convergência das ações pública e privada para o desenvolvimento do turismo na capital. Novos produtos turísticos foram lançados, entre os quais podemos destacar os Caminhos Rurais de Porto Alegre, que reúne 41 atrativos no meio rural da Zona Sul. Em infra-estrutura, foi realizada a recuperação do porto da Usina do Gasômetro e estão em fase de obras ou licitação, com recursos federais e municipais já assegurados, projetos de sinalização turística (Zona Sul e Centro Histórico), construção do Trapiche de Ipanema, revitalização da área do antigo Timbuca, melhorias no Centro de Eventos da Vila Nova e no Sambódromo, duplicação da Avenida Edvaldo Pereira Paiva e revitalização da Praça da Igreja Santo Antônio. Em parceria com a FAMURS, a SMTUR lançou, ainda, o Projeto Turismo Pedagógico, que permite que crianças, em idade escolar, de municípios próximos, possam conhecer o Centro Histórico de Porto Alegre.

Porque a mudança não pode parar

✓ Vamos expandir as atividades do Pólo Industrial da Restinga com a abertura de mais 67 lotes. Em uma área já reservada do PRI será implantada uma Escola Técnica Federal, com recursos do Ministério da Educação.

✓ Ampliação do Porto Seco em mais 14 empresas, com o potencial de criar um mil novos empregos.

✓ Implantar um Centro de Eventos da Vila Nova, que possa abrigar as festas de produtos cultivados na Zona Sul.

✓ Viabilizar a construção da Marina Pública de Porto Alegre, que deverá ser implantada nas proximidades do anfiteatro Por do Sol, em uma área de 35 hectares. Serão construídos molhes e trapiches com capacidade para 1.000 barcos e um prédio-sede, com lojas, espaço para exposições e eventos, restaurantes, bar, academia e uma escola profissionalizante para jovens, direcionada para atividades náuticas.

Ampliar o investimento na promoção da cidade para aprofundar a vocação de destino de eventos de Porto Alegre, potencializando os equipamentos e serviços já instalados. Para aumentar a competitividade no cenário internacional, avançar nas melhorias e na qualificação dos equipamentos e atrativos atuais e investir na construção de novos e maiores centros de eventos e qualificar participação em feiras internacionais.

Aprovação de projetos da construção civil

A reestruturação da CAUGE

Como era

A Comissão de Análise Urbanística e Gerenciamento – CAUGE, promove a análise técnica de Estudos de Viabilidade Urbanística (EVUs) de Projetos Especiais referentes a empreendimentos de maior porte, que podem ser enquadrados como de Impacto Urbano de 1º e 2º Nível. Só que para os projetos serem aprovados, muitas vezes, transcorria um prazo superior a três anos, pois não havia limitação de tempo para isto.

Como ficou

A CAUGE foi reestruturada pelo Decreto nº 14.826, de 2 de março de 2005. Pela nova sistemática de análise foram definidos prazos para a aprovação, tanto pelo Poder Público, como pelos empreendedores, agilizando o tempo de tramitação dos processos. Em três anos, foram analisados 259 empreendimentos de grande porte.

Porque a mudança não pode parar

A estruturação dos serviços públicos é importante para uma eficiente e responsável prestação de serviços aos contribuintes, principalmente quando se trata de um órgão deliberativo de grandes empreendimentos. Mas o que mais imposta é a vontade da administração de ser eficiente e eficaz.

Regularização de loteamentos

Como era

Os loteamentos irregulares se constituíam em prática corrente, principalmente na região da Lomba do Pinheiro e na Zona Sul da cidade, onde exatamente se localizam as áreas mais frágeis do ponto de vista de seu ecossistema. Inúmeras famílias acabaram adquirindo lotes e construindo moradias nestes locais, sem receber a infra-estrutura adequada e muitas vezes sem garantias quanto à propriedade do imóvel.

Como ficou

Com a assinatura do Decreto 15.432 de 26/12/2006, foi criada a Gerência de Regularização de Loteamentos, um órgão multidisciplinar, coordenado pela Procuradoria Geral do Município - PGM, que vem atuando na regularização destas áreas. É composta do Núcleo Jurídico, Núcleo de Análise Urbanística – NAU e Grupo Técnico de Regularização Fundiária - GTRF.

Um dos loteamentos beneficiados foi a Chácara das Pêras, na Lomba do Pinheiro, onde moram mais de 770 pessoas que aguardavam pela regularização desde 1973.

Ao NAU compete dar as diretrizes urbanísticas para a regularização dos loteamentos, instituir as Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), solicitar cadastramento de vias, análise, execução e encaminhamento dos projetos urbanísticos para aprovação.

Porque a mudança não pode parar

- Elaborar o primeiro Plano de Regularização Fundiária Sustentável com base na Resolução 369/06 do CONAMA;
- Propor Ações Cíveis Públicas contra os loteadores irregulares contumazes, que não queiram firmar Termos de Ajustamento de Conduta com o município ou que promoveram loteamentos em áreas de preservação permanente, proteção ao ambiente natural e em áreas de ocupação rarefeita;
- Coibir a implantação em loteamento em desacordo com a lei 6.766/7, procedendo-se a coleta de provas (recibos, contratos, anúncios em jornais), diligências ao local, tomada de depoimento de consumidores lesados para posterior encaminhamentos de dossiê ao Ministério Público noticiando crimes praticados pelos loteadores clandestinos e irregulares.

